



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 654/2013

Altera e revoga os dispositivos
que especifica da Lei nº 16.522,
de 31 de maio de 2010.

Art. 1º Altera o § 6º do art. 15 da Lei nº 16.522, de 31 de maio de 2010, passando a vigorar com a seguinte redação:

“§ 6º Fica vedada a acumulação, salvo as exceções permitidas em lei e nas Constituições Federal e Estadual:

I – de cargos públicos ou funções públicas;

II – de cargo público com emprego privado pelo regime geral da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, em caso de incompatibilidade de horário”.

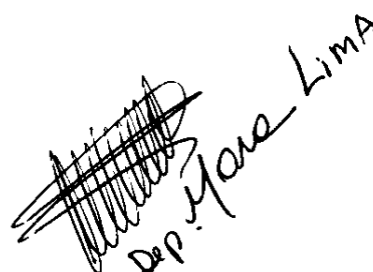
Art. 2º Ficam revogados o § 3º do art. 15 e o art. 16 com seu parágrafo único, ambos da Lei nº 16.522, de 2010.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

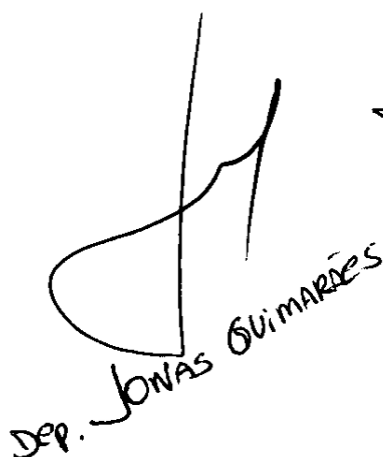
Sala das Comissões, 25 de novembro de 2013.



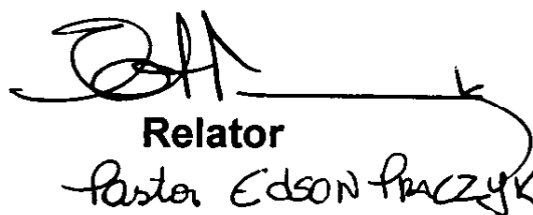
ALEXANDRE CURI
Presidente



Dep. Manoel Lima




Dep. Jonas Guimarães



Relator
Pastor Edson Praczyk

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2º Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
2012

D. L.
Fls. 02
11

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.
Em, 26 MAR. 2012

1º Secretário



Projeto de Lei nº

113/12

Súmula: Proíbe, em dia de jogos, a comercialização, a distribuição gratuita e o consumo de bebidas alcoólicas nos Estádios, Ginásios, Arenas e Praças desportivas.

Art. 1º. Fica proibida, em dias de jogos, a comercialização, a distribuição gratuita e o consumo de bebidas alcoólicas, nos Estádios, Ginásios, Arenas e Praças desportivas, cujos eventos dependam para sua realização, de autorização do Poder Público Municipal ou Estadual, no âmbito territorial do Estado do Paraná.

Art. 2º. Fica proibido, em dias de jogos, na forma do artigo anterior, o acesso aos Estádios, Ginásios, Arenas e Praças desportivas, de pessoas portando qualquer tipo de bebidas alcoólicas, bem como daqueles que visível e comprovadamente tiverem consumido níveis ilegais de álcool.

Parágrafo único. Para efeitos deste artigo, a autoridade policial, quando constatar indícios de alcoolemia superior a 0,50g/l de sangue (zero vírgula cinquenta gramas por litro de sangue) aferidos por equipamento etilômetro, impedirá o acesso, tomando as providências cabíveis.

Art. 3º. Os efeitos desta Lei se aplicam, também, aos jogos da Copa do Mundo da FIFA – Federação Internacional de Futebol, do ano de 2014.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em 26 de março de 2012.


PARANHOS
DEPUTADO ESTADUAL

Obs: Justificativa em anexo.

15:12 26/03/2012 00:16:73 DT ASSINADO LEGISLADO DO PARANÁ

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2º Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
2012



Projeto de Lei nº

Súmula: Proíbe a comercialização, distribuição gratuita e consumo de bebidas alcoólicas nos Estádios, Ginásios, Arenas e Praças desportivas.

JUSTIFICATIVA

A Política Nacional sobre o álcool, declara dentre suas diretrizes que compete aos governos e a sociedade. "estimular e fomentar medidas que restrinjam, espacial e temporalmente, os pontos de venda e consumo de bebidas alcoólicas, observando os contextos de maior vulnerabilidade às situações de violência e danos sociais".

Enquanto sociedade, abraçamos e apoiamos as medidas que visem reduzir o consumo e, sobretudo, as maléficas consequências do uso do álcool em nossa nação. E, diante da iminência da realização de um dos maiores eventos esportivos do Planeta, não podemos nos privar da oportunidade de mostrar para todos, que efetivamente estamos trabalhando para reduzir o consumo do álcool e seus prejuízos para cada cidadão paranaense.

Portanto, é de suma importância ética e humanitária que a Legislação não permita que bebidas alcoólicas sejam vendidas nos estádios de futebol e nem mesmo em seu entorno. É urgente que o Paraná e o Brasil se mostrem comprometidos com cada família paranaense e brasileira, que vem sofrendo aos longos dos anos com todas as consequências relacionadas com o uso de bebidas alcoólicas. Esse sofrimento é visto pelos representantes das agremiações, associações e confederações esportivas, como mais uma oportunidade de ampliar lucros, sem se importarem com as angustias de grande parcela de famílias, angustia esta, crescente a cada dia como epidemia, famílias que choram por causa de pessoas vítimas, diretamente ou não, pelo consumo de bebidas alcoólicas.

Assim sendo, encaminhamos a presente Proposição Legislativa, rogando pela não proliferação do consumo de bebidas

alcoólicas nos estádios de futebol, visando desconstruir um costume e uma relação perversa, que tentam estabelecer entre o Esporte e o consumo do álcool e outras drogas, que representam risco para a segurança coletiva e à paz nos Estádios de futebol do âmbito do Paraná.

Alcool nos estádios é uma ameaça à saúde pública, sendo que a Associação Brasileira de Estudos do Alcool e outras Drogas (ABEAD), lamenta a decisão da Comissão Especial da Lei Geral da Copa e afirma, que liberar o consumo de bebidas alcoólicas nos estádios representa retrocesso na legislação brasileira.

Não há dúvidas de que a proibição da venda de bebidas alcoólicas nos estádios, prevista no Estatuto do Torcedor (Lei 10.671/30), trouxe benefícios práticos para sociedade, contribuindo para diminuir a violência nos campos de futebol. Segundo cálculos do Ministério Público, a média por jogo, de ocorrências policiais nos estádios caiu de 500 para menos de 100. Só em São Paulo, a redução foi de mais de 60%. "Os números representam uma conquista para o país, mas que está sendo colocada em risco, em prol de interesses comerciais", afirma o presidente da Associação Brasileira de Estudos do Alcool e outras Drogas (ABEAD), senhor doutor Joaquim de Melo Neto.

O presidente da ABEAD, reforça que o Estado brasileiro ignorou o Estatuto do Torcedor e diversas leis estaduais para satisfazer interesses econômicos da FIFA e da marca de cerveja que patrocina o evento. "Não se trata apenas de uma submissão, mas também de uma séria ameaça à saúde pública. Em 30 dias, o Brasil vai retroceder anos em seu esforço pela prevenção e conscientização da população sobre os males causados pelo abuso de álcool", acrescenta.

Segundo este médico, a proibição do comércio de bebidas alcoólicas nos campos de futebol percorreu um longo caminho até se institucionalizar. "Muito esforço foi empregado para que a sociedade em geral se convencesse dos benefícios da medida e os freqüentadores dos estádios, bem como o comércio nas praças esportivas, se adaptassem à nova realidade".

A concessão feita à FIFA, abre precedente para que a CBF e outras federações estaduais exijam o livre comércio em jogos da sua competência. A regra vai além do resultado prático de diminuir a violência no local, objetivo extremamente importante, e possui ainda efeito preventivo, já que relação entre o futebol e seus ídolos com o álcool estimula o consumo, principalmente entre os jovens.

Impedir essa associação é essencial para diminuir os graves problemas causados pelo consumo de bebidas alcoólicas que observamos diariamente.

É fundamental resguardar os interesses da população do Paraná e do Brasil, no que diz respeito à saúde pública e à segurança nos estádios, independentemente dos interesses e intervenções de alguns grupos. Não é aceitável negociar a saúde da população para receber o evento. Agora, mais do que nunca, precisamos mobilizar esta Casa de Leis e a sociedade em geral, para impedir que o álcool continue a ser comercializado nos estádio esportivos.

Os principais efeitos do álcool ocorrem no sistema nervoso central (SNC), onde suas ações depressoras assemelham-se

às dos anestésicos voláteis. Os efeitos da intoxicação aguda pelo etanol no homem são bem conhecidos e incluem: uma fala arrastada, descoordenação motora, aumento da autoconfiança e euforia. O efeito sobre o humor varia de pessoa para pessoa, e a maioria delas torna-se mais ruidosa, desembaraçada e agressiva. Alguns contudo, ficam mais morosos e contidos. Em níveis elevados de intoxicação, o humor tende a ficar instável, com euforia e melancolia, agressão e submissão. O desempenho intelectual e motor e a discriminação sensitiva, são também prejudicados. O álcool gera uma sensação de calor; aumenta a saliva e o suco gástrico e o uso freqüente, pode gerar lesão no estômago e gastrite crônica. (FONTE: Farmacologia, 3a.ed., Ed. Guanabara Koogan, 1997, p.520. FIGURA: capa da Revista Plantão Médico - Drogas, Alcoolismo e Tabagismo, Ed. Biologia e Saúde, RJ, 1998)

Os efeitos emocionais e comportamentais são muito frequentes e variáveis, conforme a tolerância do indivíduo e a dose ingerida. Perda da inibição, sendo que pessoa intoxicada com álcool pode fazer coisas que normalmente não faria, como por exemplo, dirigir um carro em alta velocidade após os jogos esportivos.

Mas devemos também nos ater à alteração do humor, que ocasiona raiva e comportamento violento, em determinada parcela de torcedores dos estádio.

O Instituto Suíço de Prevenção dos Problemas Relacionados ao uso do Álcool e outras Drogas, o Instituto de Pesquisa em Dependências Químicas de Zurique, o Departamento de Saúde Pública da Universidade de Toronto e o Centro de Saúde Mental e Dependências Químicas de Toronto, Canadá, manifestam-se sobre o uso nocivo do álcool e seu impacto social, abordando a relação entre o uso do álcool e violência nos estádios e os prejuízos diretos e indiretos sobre a família.

Várias teorias explicam como o consumo de álcool aumenta os índices de violência:

1. Os efeitos farmacológicos do álcool sobre o cérebro seriam responsáveis por aumentar o comportamento agressivo e prejudicar áreas cerebrais responsáveis pela tomada de decisões e controle dos impulsos (Gustafson 1994).
2. A associação entre a intoxicação alcoólica com agressividade seria um produto da aprendizagem social e de influências culturais (MacAndrew e Edgerton 1969; Bandura 1973; Lang e Stritzke 1993).
3. Estudos com placebo demonstraram que as pessoas agem com agressividade apenas por acreditarem que consumiram álcool. (Bushman e Cooper 1990; Gustafson 1994; Bushman 1997; Lipsey et al. 1997).
4. Outras teorias relatam que o álcool contribui indiretamente para atitudes agressivas por causar mudanças cognitivas, emocionais, e psicológicas, que podem reduzir a autoconsciência ou produzir uma avaliação incerta dos riscos (Bushman 1997).

Aproximadamente 37 % das vítimas de crime nos Estados Unidos referem o envolvimento do álcool (Greenfield 1998) e boa parcela destes crimes são cometidos após à euforia causada pela aglomeração de pessoas, como em estádios desportivos, associados ao uso de álcool, que multiplica os efeitos desta euforia, tendo como reação em determinados grupos de torcedores, grave agressividade no comportamento.

Além do dano que o consumo de álcool causa para o bebedor e a família, principalmente o cônjuge e os filhos, que saem bem prejudicados deste convívio, sendo alvos de violência, atingem principalmente as crianças que ficam sujeitas a sofrerem problemas médicos e sociais que persistem na maioridade (Maffli 2001).

Aproximadamente 43% da população adulta dos EUA, têm no mínimo, um alcoolista na família e uma parte significativa das crianças abandonadas, tem no álcool a causa da desorganização familiar.

Famílias em que um dos cônjuges é alcoolista, estão expostas ao divórcio 7 vezes mais do que a população geral.

Por causa do estigma relacionado ao alcoolismo, geralmente os familiares de alcoolistas: vivem isoladamente, sentem-se diminuídos, responsáveis ou envergonhados, minimizam ou negam o problema.

O uso de álcool pelos pais pode influenciar uma criança genética ou ambientalmente (Schuckit 1994; Schuckit e Smith 1996; Windle 1997).

A síndrome alcoólica fetal (SAF) é um das conseqüências diretas do uso de álcool materno. Aproximadamente 3 a 10 entre cada 10.000 bebês nascidos nos Estados Unidos a cada ano, nascem com a SAF.

O abuso infantil pode ser outra conseqüência direta do uso de álcool pelos pais, o uso do álcool está relacionado a aproximadamente 50% dos casos de abuso infantil.

Evidências científicas mostram que o alcoolismo tende a perpetuar na família, sendo que os filhos de alcoolistas apresentam um risco maior de se tornarem dependentes do álcool e são mais propensos a abusar de outras drogas do que filhos de não alcoolistas. São também mais propensos a desenvolver transtornos de ansiedade, transtornos alimentares, depressão, problemas de aprendizagem e transtornos de conduta. Apresentam um risco aumentado para problemas comportamentais, agressividade, e transtorno do impulso. Apresentam mais dificuldades na escola e em geral, apresentam notas escolares menores do que a média, pobreza no discurso e dificuldades em realizar tarefas.

Os gastos com a saúde em crianças filhas de alcoolistas é aproximadamente 32% maior do que os gastos com crianças filhas de pais não alcoolistas.

Filhos de alcoolistas na vida adulta: 37% se vêem como alcoolistas; 30% casam-se com alcoolistas.

Muitos têm dificuldades de expressar sentimentos e apresentam baixa auto-estima, timidez.

O Paraná e o Brasil não devem enveredar por um caminho perigoso de perda do controle moral. O fato de a Seleção Brasileira de futebol ser patrocinada por bebida alcoólica é o pior exemplo que podemos ter e a dar aos nossos filhos.

Podem até alegar que se trata de propaganda permitida por lei. Mas porque é permitido, não tem de ser feito. O prejuízo para a nação é muito grande, muitas vezes maior que a renda auferida por esse injustificável patrocínio.

O Poder Público gasta muito e cada vez mais o dinheiro do povo, para reparar os males provocados pelo alcoolismo, através de justiça, polícia, bombeiros, hospitais e muitos outros serviços públicos.

O governo federal e o nosso estadual devem assegurar uma postura digna. O Ministério do Esporte, que luta para construir uma Política Nacional de Esporte, trabalhando ações de inclusão social e garantindo à população brasileira o acesso gratuito à prática esportiva, qualidade de vida e desenvolvimento humano, se vê amarrado, apesar de sermos o país do futebol, pelo péssimo exemplo dado pela CBF e afiliadas, que vendem a saúde do povo, em troca de benesses, ao tratar de entidades de direito privado, que deveriam enquadrar-se aos preceitos das políticas públicas brasileiras.

Não dá para entender a Seleção Brasileira ser patrocinada por bebida alcoólica, enquanto o Ministério da Saúde, desde 2009, esforça-se para estabelecer um Plano Emergencial de Ampliação de Acesso ao Tratamento e Prevenção em Álcool, voltado para crianças, adolescentes e jovens em situação de grave vulnerabilidade social.

Parece que não adiantou o Ministério da Saúde ter lançado o Plano Emergencial, voltado para os 100 maiores municípios brasileiros (com mais de 250 mil habitantes), incluindo todas as capitais e sete municípios de fronteira selecionados, totalizando 108 municípios. Essas cidades somam cerca de 78 milhões de habitantes, correspondendo a cerca de 41% da população nacional. O plano busca alcançar sua clientela por meio das ações de prevenção, promoção e tratamento dos riscos e danos associados ao consumo prejudicial de substâncias psicoativas.

A Portaria nº 1.190, de 4 de junho de 2009, que instituiu o citado plano emergencial, levava em consideração, entre inúmeros outros pontos, o "cenário epidemiológico recente, que mostra a expansão no Brasil do consumo de algumas substâncias, especialmente álcool, cocaína (pasta-base, crack, merla) e inalantes, que se associa ao contexto de vulnerabilidade de crianças, adolescentes e jovens; e "a necessidade de intensificar, ampliar e diversificar as ações orientadas para prevenção, promoção da saúde, tratamento e redução dos riscos e danos associados ao consumo prejudicial de substâncias psicoativas".

Dizem que quem manda fora dos gramados é a cerveja. "O anúncio de cerveja não é uma peça subliminar, disfarçada: o anúncio de cerveja é concebido para estimular diretamente o consumo da bebida alcoólica. E, ao associá-la à sensação de alegria e triunfo, emite-se uma mensagem clara: seja um vitorioso também, tome a sua cervejinha ao lado de uma estonteante morena brasileira ou loura importada."

Na opinião do psiquiatra Ronaldo Laranjeira, sobre as afirmações das Empresas Cervejeiras, de que as crianças não associam a publicidade de uma marca de cerveja ao consumo de álcool e que o público do futebol é majoritariamente adulto, diz: "É surpreendente. Eu não sei em que mundo essas pessoas vivem, em que bombardear todos os dias as nossas crianças com propaganda de cerveja não tem uma influência no seu comportamento".

As pessoas que associam os símbolos nacionais com a propaganda de cerveja estão cometendo um crime contra os valores da sociedade brasileira, que se expressam claramente nos campeonatos de futebol profissionais e amadores assim como na Copa do Mundo.

Chamamos a atenção para o fato de que a Organização Mundial da Saúde (OMS) aprovou recentemente uma resolução segundo a qual, dentro das políticas mundiais de combate ao consumo excessivo de álcool, é preciso restringir ao máximo o consumo e as propagandas de cerveja. Estas causam impacto maior na parcela da população que ainda não desenvolveu um padrão de consumo: as crianças e adolescentes.

Neste sentido, nos utilizamos da resolução da OMS para promover um debate público sobre o tema nesta Assembleia Legislativa, pois não podemos permitir a "venda de valores nacionais pela CBF, FIFA, ou qualquer outra agremiação esportiva, que promova a associação do esporte à bebida alcoólica, principalmente nos coliseus.

A publicidade de bebida alcoólica pode ser banida do futebol da mesma forma como, no passado, a propaganda de cigarro foi proibida em eventos automobilísticos, pois a própria prática do esporte deve negar ou contrapor-se ao consumo de bebidas alcoólicas.

Cabe ao esporte e às próprias empresas de comunicação não aceitarem esse tipo de publicidade ou colocar-se a serviço desse tipo de indústria. Perde-se um pouco de dinheiro, mas, sem dúvida, ganha-se em retorno de imagem, em retorno institucional e mais do que isso, atende-se ao apelo da população que é contra este tipo de associação.

Torcer por um time de futebol é uma das coisas mais emocionantes da vida dos paranaenses, mas utilizar-se dessa paixão, para permitir o vício, o dano à saúde e para colocar insegurança nos estádio e, por conseguinte, nos lares das famílias, é sem dúvida uma omissão do Estado.

Torcedores que ingerem bebida alcoólica brigam após os jogos. A emoção genuína do futebol já gera violência ainda mais agravada pelo álcool nos estádios, nas ruas e lares. Basta visualizar as reportagens policiais.

Recentemente tivemos uma grandiosa e respeitável agremiação do Paraná, que teve suspensa a atividade de seu estádio para pratica de futebol em virtude de sua própria torcida, talvez inflamada pelos efeitos do álcool, por promover quebra-quebra, invadir o campo, agredindo também os policiais que lá se encontravam para tentar garantir segurança.

No caso dos Estádios, tenho absoluta convicção de que uma grande parte das expressões de violência física, está intimamente ligada ao consumo de álcool que simplesmente desencadeia processos de agressividade fazendo emergir violência brutal, como uma erupção de um vulcão.

Mas alguém poderia perguntar: mas essa não é uma associação capciosa já que futebol e álcool não possuem uma relação direta? Não, não é. Estamos aqui falando não de duas coisas, mas de três: futebol, álcool e violência. Nessa seqüência exata: a gostosa emoção natural do futebol, o consumo de álcool durante esse estado emotivo e a explosão do ato de violência.

Alcoolizar um grupo de indivíduos emocionalmente já afetados pela emoção do futebol ou qualquer outro desporto, é simplesmente turbinar a possibilidade de ocorrer uma explosão de atos violentos. O consumo de álcool por si só já aumenta a emotividade, a irritabilidade, a impulsividade, os ciúmes e por aí vai. Acrescente aí o ingrediente futebol e o resultado todo o paranaense ou brasileiro já conhece nas páginas policiais dos jornais de todas as semanas.

Muitos entendem que torcedores violentos não são torcedores, mas sim baderneiros que hoje não são impedidos de entrar num estádio de futebol e tampouco, são proibidos de se misturarem aqueles que são os legítimos torcedores que, emocionalmente turbinados pelo álcool, acabam sendo contaminados pela ação violenta, etilicamente turbinada, que explode dentro e fora dos estádios brasileiros, criando uma crônica de mortes e agressões pré-anunciadas.

São ônibus depredados, estações tubos quebradas e riscadas em Curitiba, o patrimônio público e particular dos paranaenses colocado em risco.

Todos nós temos conhecimento das operações policiais de acompanhamento das torcidas organizadas após os jogos, uma mobilização enorme do aparato policial, que consome dinheiro do povo, para tentar garantir segurança à população e a seu patrimônio, tudo por causa do álcool que foi associado à emoção do futebol.

Mister salientar que o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais, que reúne procuradores-gerais de Justiça dos Ministérios Públicos dos Estados e da União, assim como o Ministério Público do Estado do Paraná, já se manifestaram criticando a liberação de bebida alcoólica nos jogos em estádios em especial na Copa do Mundo de 2014.

O Estatuto do Torcedor proíbe a venda de álcool em jogos de futebol em todo o país, sendo que a liberação de álcool na Copa do Mundo é uma das exigências da Federação Internacional de Futebol (FIFA), já que alguns patrocinadores do campeonato são empresas fabricantes de bebidas.

Os organizadores da EUROCOPA, que realizada na Ucrânia e na Polônia, proibiram a venda de bebidas no estatuto de segurança adotado em uma entidade europeia de futebol, que é responsável pela EUROCOPA e por outros dos torneios mais lucrativos do mundo, como a Liga dos Campeões da Europa e a Liga Europa.

Na Itália, a comercialização é proibida em todos os jogos de futebol.

A efetivação das medidas restritivas ao consumo do álcool no interior dos estádios, se dá em razão da escalada da violência, que coloca em risco a segurança, a integridade e a saúde dos torcedores partícipes, que agrava uma epidemia de alcoolismo, pois a gravidade desta doença exige ação enérgica e decisiva, de nós representantes do povo, que por meio da coercitividade da Lei, devemos impedir a disseminação da insegurança e à agressão da saúde, para o bem do Paraná, atendendo o interesse público da grandiosa maioria da população paranaense.

A nossa responsabilidade é garantir a vida, a saúde e a dignidade, impedindo que a emoção do futebol evolua para o agravamento do estado psicótico de agressividade e baderna coletiva, induzida e potencializada pelo álcool.

O risco de agressão ocorre em diversas situações. Em grupos inflamados psicoticamente o comportamento agressivo surge, principalmente, de qualquer situação de medo ou raiva ou frustrações, é o estopim, a faísca inicial para a histeria coletiva nos estádios.

O álcool permite reações anti-sociais e personalidades emocionalmente instáveis podendo principalmente apresentar comportamento agressivo que não se importam com as consequências de seus atos coletivos.

Neste sentido, esta situação aguda de possível agressividade, deve ser contida por meio da força e da previsibilidade da Lei, de modo que a possível conduta agressiva fique sob controle. A influência do álcool nos torcedores pode liberar impulsos reprimidos em alguns, que se disseminam e se tornam impulsos agressivos coletivos.

A excitação catatônica manifesta-se pelo comportamento extremamente imprevisível, freqüentemente agressivo, que nos estádios podem se relacionar com estímulos externos, visuais e sonoros, como canções que incitam agressividade e danças de guerra no estádios de forma bizarra e extravagante, fazendo os grupos manifestar trejeitos, maneirismo, ou atitudes posturais de guerreiros no *front* de guerra.

Embora o álcool ainda seja a substância psicoativa mais freqüente, o comportamento pode também ser potencializado com o uso de remédios e por outras drogas como: solventes orgânicos (inalantes), cannabis, (maconha), cocaína, anfetaminas, ecstasy e outros estimulantes podem ocorrer. Em consequência surgem delírios, agitações, comportamentos agressivos e psicose coletiva pela gravidade. A psicose induzida pela associação álcool e droga, pode persistir por semanas ou meses e também pode provocar sentimentos suicidas (abstinência por cocaína). Mais recentemente a MDMA (metilenodioximetanfetamina), um derivado da anfetamina, mais conhecida pelo nome de ecstasy, droga com alto potencial de neurotoxicidade e que causa muitas vezes lesões cerebrais irreversíveis, inclusive a morte. Muitos casos são registrados dando conta do uso destas substâncias nos estádios de futebol.

Os jovens estão começando a beber cada vez mais cedo, segundo pesquisa publicada recentemente pela UNIFESP. É fundamental reacender o debate sobre o motivo e as consequências do abuso do álcool por parte dos adolescentes e também analisar as restrições existentes e as que devem ser criadas para diminuir esse consumo.

Existem vários fatores para induzir o jovem ao uso do álcool já na puberdade, e citamos agora apenas três deles: o consumo pelos adultos na família; as propagandas que contribuem para o crescimento do uso do álcool por parte da juventude; e a liberação do álcool associado ao esporte.

A lei, hoje, não permite a venda de bebidas alcoólicas aos menores de dezoito anos, todavia, essa medida não é suficiente para inibir o alcoolismo, dado que, em muitos casos, o adolescente encontra a cerveja (que foi comprada pelo pai) dentro da geladeira de sua casa. Deve haver um maior controle dentro de casa para evitar o uso do álcool pelo filho ainda jovem. Os pais precisam repensar sobre o próprio consumo, só assim conseguirão um maior domínio sobre o do filho, mostrando-lhe que a bebida pode ser tomada em certas ocasiões. Com moderação há uma maior chance de conscientização, é preciso educar e não proibir o uso nas casas.

Mas em locais de domínio público como estádios, essa educação não surte efeito. Os países mais avançados do mundo tem torcidas agressivas induzidas pelo álcool, portanto a vedação da comercialização e uso de álcool nos estádios é um dever do Poder público que nós Deputados Estaduais representamos.

Até mesmo nos lares dos paranaenses, não surtirá efeito a orientação do pai, se o filho ao ligar a televisão, deparar-se com diversas propagandas exaltando o uso do álcool e à excitação à agressividade. O aviso no fim da propaganda "se for dirigir não beba" não surtirá efeito algum, pois ele, o jovem não dirige mesmo!

O produtor de mídia precisa ser responsabilizado de alguma forma, pelos problemas que o uso abusivo do álcool acarreta na sociedade. Não cabe mais à sociedade aceitar o montante de propagandas de bebida alcoólica com várias pessoas bonitas e se divertindo na praia. Nosso governo não deve mais permitir o lucro de grandes cervejarias à custa de vidas de adolescentes, que em muitos casos acabam se viciando e destruindo seus futuros.

Os adultos que estão mais próximos desses jovens, devem ter a responsabilidade de zelar pelo bem-estar desses indivíduos, e nossas leis não podem tolerar que a indústria de bebidas alcoólicas lucre de forma irresponsável. É preciso orientar o adolescente e punir de forma sensata os que contribuem para o desequilíbrio de nossas crianças. Esses devem ser alguns dos pontos de partida para conseguirmos reduzir esses índices de consumo prematuro, e nós parlamentares da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná devemos também contribuir para isso.

DEPOIS DA EUFORIA VEM AGRESSIVIDADE

Futebol está intrinsecamente relacionado com o consumo de alguma bebida alcoólica, uma cervejinha, um vinhozinho, um uísquinho. Inclusive o uso do diminutivo do termo para designarmos a estas substâncias no intuito de minimizarmos seus efeitos maléficos.

Diminuir a violência, depredações, brigas e mortes nos estádios de futebol, foram os motivos que nos levaram a

apresentar um projeto de lei na Assembléia Legislativa, proibindo a comercialização e o consumo de bebidas alcoólicas nos estádios de futebol do Paraná. A medida é estendida aos ginásios de esportes, quando ocorrem competições oficiais. A proposta trabalha exatamente na ótica da prevenção da violência, dentro e fora dos estádios. Controlar a violência é controlar a venda do álcool.

Apesar de considerada uma droga lícita, o álcool irreverentemente absorvido, torna-se tóxico, perigoso, agressivo ao organismo, causando entre outros sintomas, euforia desmedida, depressões, excitações e alucinações.

A própria Organização Mundial da Saúde (OMS) prega a regulamentação através do fechamento de bares em horários programados, taxaço de bebidas, não venda para adolescentes, proibição de vendas dentro de cenários esportivos, além do que, muitos são os que após os eventos esportivos, saem a dirigir seus veículos de forma irresponsável, o que estende às ruas e avenidas o perigo da ingestão desmedida de álcool.

Em São Paulo, a Lei já vigora e é proibida a venda, distribuição ou utilização de bebidas alcoólicas nos estádios de futebol e ginásios de esportes a um raio de 200 m de suas entradas; no Rio de Janeiro, projeto semelhante foi aprovado por todas as Comissões e a matéria está pronta para ser apreciada pelo Plenário e, em Belo Horizonte, a Promotoria de Defesa do Cidadão recomendou a proibição ao uso de bebidas alcoólicas nas áreas internas e externas do Mineirão. Nos principais estados da federação, a proibição já existe e queremos aplicá-la agora no Paraná, para evitar que a situação fique totalmente insustentável. A ingestão de álcool nos jogos de futebol com certeza gera violência. E é isto que precisa ser evitado, num País onde o esporte mais apreciado é justamente o futebol.

Dizem que futebol combina com álcool e tem muita gente que acredita piamente nessa afirmação e não se vê assistindo a um jogo, ainda mais da Copa do Mundo, sem um copo na mão. Os fabricantes de bebidas, prováveis criadores desse jargão, adoram isso, afinal já comemoram a grande demanda para atender ao evento, e estima-se que será batido o recorde de vendas no período. (Só pra lembrar: quanto maior o consumo, maior o estrago!)

A indústria venderá mais, se fortalecerá, aumentará seus investimentos em propaganda e estará mais presente em nossas vidas, conseqüentemente, refém do álcool ficará nossa sociedade em prejuízo das famílias.

O Poder Público deve se negar à manipulação dos fabricantes de bebidas, ou ficar na sofá, assistindo, e até mesmo participando dessa "festa", enquanto deixa que essa mensagem subliminar, nada saudável, perpetue esse "hábito" de tomar "umazinha" enquanto assiste ao futebol, sabedor que as doenças, cirroses, e inúmeras outras, vão consumir o dinheiro do SUS, propiciando o asoberbamento do sistema de saúde, que a CPI dos Leitos do SUS, muito bem mostrou em seu Relatório Final.

De Mané Garrincha aos britânicos George Best ou Paul Gascoigne, passando por outros craques famosos no mundo inteiro, o álcool fez inúmeras vítimas no futebol, a última delas o ídolo corintiano Sócrates, de 57 anos, que permanecerá como um exemplo da

associação Alcool X Futebol, sendo que não devemos nos esquecer do péssimo exemplo de Diego Maradona, mais conhecido com seus problemas com drogas, também foi tratado pelo vício em álcool em 2007.

Relatórios apontam que após os jogos de futebol, a intoxicação aguda por álcool é uma emergência médica corriqueira causada pelo consumo rápido de uma grande quantidade de álcool. A gravidade depende da tolerância do paciente ao álcool, do seu tamanho (ou peso), da sua frequência de ingestão e de quanto alimento consumiu junto com o álcool, mas invariavelmente vem associada a uma conduta de agressividade.

Devemos designar como selvageria o emprego de violência por parte dos torcedores contra pessoas ou objetos, observável, sobretudo, ao término da partida. Paradoxal é que, como constataram pesquisadores da Universidade de Cardiff, País de Gales, esse comportamento se manifesta com mais frequência em caso de vitória do que em seguida a uma derrota. Cientistas avaliaram dados de pronto-socorro, relativos a sete anos de atendimento e cruzaram os dados com os resultados dos jogos das seleções locais de futebol e rugby. O resultado foi que, sempre que o time galês saía vitorioso, o número de feridos em decorrência de pancadaria ficava em torno de 33 casos; nas derrotas, porém, caía para 25. O consumo de álcool, a euforia pela vitória e a zombaria imposta aos torcedores derrotados resultariam numa mistura explosiva, capaz de intensificar a disposição para a selvageria. Ao que tudo indica, a felicidade futebolística pode produzir agressividade.

A ida ao estádio serve como oportunidade consciente para dar vazão conjunta aos sentimentos, às vezes inconscientes. Essa efervescência coletiva pode ser observada também em festividades religiosas, como é o caso do kumbh mela: o banho dos hindus no Ganges. "Outro paralelo é a forma ritualizada das celebrações", diz Schmidt-Lux. "No estádio, ouvem-se sempre os mesmos slogans e cantorias dos torcedores, agora imaginem se as igrejas liberassem o consumo de álcool em seus cultos.

No futebol, rituais acompanham as cobranças de falta ou escanteio e adversários tradicionalmente odiados são sempre vítimas das mesmas zombarias.

Trata-se aqui do fenômeno, observado em muitas modalidades esportivas e comprovado pelas estatísticas, segundo o qual o anfitrião, jogando diante da própria torcida, tem maior probabilidade de sair de campo vitorioso que o time visitante. Sobretudo em Copas do Mundo, essa vantagem parece desempenhar papel importante. A Inglaterra, em 1966, a Alemanha, em 1974, a Argentina, em 1978, a França, em 1998 - todas jogando em casa ficaram com o caneco. Exceções existem: o Brasil, em 1950, a Espanha, em 1982, ou a Itália, em 1990.

Até o momento, o apoio da torcida, o ambiente já conhecido e possíveis favorecimentos pelos juizes têm sido responsabilizados por essa vantagem. Contudo, biólogos evolutivos da Universidade de Northumbria, puseram em campo um novo protagonista: a testosterona. Como demonstraram, a presença do hormônio sexual no sangue do jogador/torcedor sobe, em média, para 150 picogramas (um picograma é a trilhonésima parte de um grama) antes das partidas em casa. Se o jogo é contra um "arqui-rival", chega a 167. Fora de casa, porém, o nível de testosterona fica em torno dos 120 picogramas. Na opinião de Nick Neave, que

coordena a pesquisa, o aumento do nível de testosterona - acompanhado de aumento de agressividade, tempo de reação mais veloz e melhoria da capacidade de percepção espacial - se deve a um instinto primordial: o da defesa do próprio território. "Quando ameaçados por um grupo de fora, os jogadores de futebol/torcedores ganham energia, autoconfiança e se tornam mais ativos. O mesmo acontece com animais, quando se trata de vigiar e proteger seu espaço." Devemos antever que o nível de testosterona nas torcidas nos estádios de futebol, agravados pelo consumo álcool, provocam um êxtase de guerra.

Convém lembrar, a Copa do Mundo de 2014 será sediada em nosso país, e terá a recepção calorosa de nossa torcida brasileira.

O consumo excessivo de álcool é uma grande ameaça ao bem-estar, agravando problemas sociais, contribuindo para grande parte dos acidentes de trânsito, levando a comportamentos de risco e perda de produtividade.

As células cerebrais são particularmente sensíveis à exposição excessiva ao álcool. O cérebro diminui mesmo em pessoas que bebem moderadamente. A extensão da retração é proporcional à quantidade ingerida.

Abstinência, junto com uma boa nutrição, reverte alguma lesão cerebral, ou toda ela, se o beber em excesso não se estendeu por muitos alguns anos. Contudo, beber além da capacidade de recuperar-se, por períodos prolongados, pode causar dano severo e irreversível à visão, memória, capacidade de aprendizado e a outras funções.

Qualquer um que tenha tomado uma bebida alcoólica experimentou um dos efeitos físicos causados pelo álcool: o aumento da produção de urina. Isso acontece porque o álcool deprime a produção de hormônio antidiurético pelo cérebro. A perda de água corporal leva à sede. O único líquido que aliviará a desidratação é a água, mas se as únicas bebidas disponíveis contiverem álcool, cada drinque pode agravar a sede. O "bebedor" inteligente, então, alterna as bebidas alcoólicas com escolhas não alcoólicas e usa as últimas para aplacar a sede. Por isso os estádios de futebol parecem mais latrinas fedorentas, haja vista a quantidade de urina recebida, não só nos sujos banheiros dos eventos desportivos, mas também, por todas as paredes do estádio e nas ruas circundantes do "Templo" desportivo.

A água perdida durante a depressão hormonal leva com ela minerais importantes, como magnésio, potássio, cálcio e zinco, diminuindo as reservas do organismo. Esses minerais são vitais para o balanço hídrico e para a coordenação nervosa e muscular. Quando o beber acarreta perdas, os minerais devem ser repostos no dia seguinte para que as deficiências não se agravem.

Torcedores durante um jogo de futebol geram 70% da energia gasta para produção de calor corporal. Somente 30% representam a energia gasta com contração muscular. Para manter a temperatura constante, nosso organismo perde água pela sudorese. Esta perda é que determina a manutenção da temperatura corporal.

Ao final da partida, então, o corpo dos torcedores apresenta menor quantidade de água do que no início da partida.

Agora, se você adicionar a qualquer bebida alcoólica (a cerveja, inclusive), vai perder mais água ainda. O resultado dessa história pode ser desde um mal-estar transitório, até uma complicação mais grave por alteração da funcionalidade do sistema cardiovascular e principalmente alteração no comportamento (agressividade).

O álcool é culpado não somente pelas mortes por problemas de saúde, mas também pela maioria das demais mortes de pessoas jovens, incluindo acidentes de carro, quedas, suicídios, homicídios, afogamentos e outros acidentes, ocorridos após os eventos esportivos.

O uso nocivo do álcool configura-se como um problema de saúde pública, associado ao aumento da violência, envolvendo ambos os sexos.

Passamos então a discutir sobre o impacto do uso do álcool em homens e mulheres do ponto de vista neurobiológico, enfatizando a ação psicoativa da substância e sua implicação no comportamento violento. Foi conduzida uma análise baseada em artigos selecionados nas fontes eletrônicas do Scielo, LILACS, MEDLINE, PubMed e Web of Science, no período de 1996 a 2008. Do total de 420 artigos selecionados, 90 foram considerados relevantes para a análise. Verificou-se que o uso nocivo do álcool causa mudanças neuroquímicas e alterações nas funções cognitivas, podendo gerar comportamentos violentos em homens e mulheres, entretanto, evidenciou-se importantes diferenças entre os sexos quanto à ação psicoativa do álcool, assim como, no tipo de violência expressa.

Muitos são os fundamentos que poderíamos expor para defender a apresentação da presente Proposição Legislativa, que incontestavelmente dão argumento ao Projeto de Lei, assim como, existem muitos pretextos que visam garantir o lucro de empresas patrocinadoras com venda de bebida alcoólica.

Queremos defender o futuro da família paranaense, a moral, a ética e os bons princípios, em contraposição dos interesses das empresas fabricantes de bebidas alcoólicas, impondo restrição benéfica para todos.

Neste sentido, conclamamos todos os nobres pares desta Assembleia Parlamentar a promoverem o devido apoio ao Projeto de Lei que ora apresentamos, por se tratar de medida urgente e necessária, justa, oportuna e meritória.

PARANHOS
DEPUTADO ESTADUAL



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 113/12

Projeto de Lei nº 113/2012
Autor: Deputado Paranhos

Súmula: Proíbe, em dia de jogos, a comercialização, a distribuição gratuita e o consumo de bebidas alcoólicas nos Estádios, Ginásios, Arenas e Praças desportivas.

EMENTA: PROIBIÇÃO, NO ESTADO DO PARANÁ, DE BEBIDAS NAS PRAÇAS DESPORTIVAS, INCLUSIVE PARA FINS DOS JOGOS DA COPA DO MUNDO DE 2014. IMPOSSIBILIDADE. MATÉRIA TRATADA EM ÂMBITO FEDERAL. ESTATUTO DO TORCEDOR. ART. 13-A, II, VEDA BEBIDAS OU SUBSTÂNCIAS PROIBIDAS OU SUSCETÍVEIS DE GERAR OU POSSIBILITAR A PRÁTICA DE ATOS DE VIOLÊNCIA. LEI GERAL DA COPA, ART. 43. AFASTA O ART. 13-A DE VALIDADE TÃO SOMENTE PARA OS JOGOS DA COPA DAS CONFEDERAÇÕES E COPA DO MUNDO. MATÉRIA TRATADA EM ÂMBITO FEDERAL. ILEGALIDADE. AINDA QUE ASSIM NÃO FORA, HAVERIA VÍCIO DE INICIATIVA POR ATRIBUIR COMPETÊNCIA À SECRETARIA ESTADUAL. SECRETARIA GERAL DA COPA NO PARANÁ. INICIATIVA PRIVATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO. ART. 66, IV DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. PARECER PELA APROVAÇÃO NA FORMA DA EMENDA SUPRESSIVA (RETIRA O ART. 3º REFERENTE AOS EFEITOS DA LEI PARA A COPA DO MUNDO).

Concedido vista.

Em 22/05/12
Nereu Moura
CCJ



PREÂMBULO

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Paranhos, objetiva vedar a comercialização e o consumo de bebidas alcoólicas "nos Estádios, Ginásios, Arenas e Praças desportivas, cujos eventos dependam para sua realização, de autorização do Poder Público Municipal ou Estadual, no âmbito territorial do Estado do Paraná".

Em seu extenso arrazoadado para justificar o projeto de lei apresentado, o nobre parlamentar menciona os benefícios que o Estatuto do Torcedor teria trazido para a sociedade ao proibir o álcool nos campos de futebol.

Aduz ainda sobre os prejuízos e vários danos que podem ser causados pelo uso do álcool no sistema nervoso central e seus efeitos, trazendo teorias que "explicam como o consumo de álcool aumenta os índices de violência".

Discorre acerca da associação da paixão pelo futebol e álcool com aumento da violência.

FUNDAMENTAÇÃO

Compete à esta Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no Regimento Interno da Assembléia Legislativa desta Casa de Leis, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade, bem como a técnica legislativa utilizada:

Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal n. 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

No que tange à competência, certo que o Legislador Federal editou o Estatuto do Torcedor (Lei 10.671/2003), ainda em vigor, que, já com a redação incluída pela Lei nº 12.299, de 2010, dispõe, em seu art. 13-A, que:

Art. 13-A. São condições de acesso e permanência do torcedor no recinto esportivo, sem prejuízo de outras condições previstas em lei:

II - não portar objetos, bebidas ou substâncias proibidas ou suscetíveis de gerar ou possibilitar a prática de atos de violência;

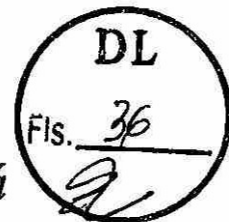
Parágrafo único. O não cumprimento das condições estabelecidas neste artigo implicará a impossibilidade de ingresso do torcedor ao recinto esportivo, ou, se for o caso, o seu afastamento imediato do recinto, sem prejuízo de outras sanções administrativas, civis ou penais eventualmente cabíveis.

Veja-se assim, que se encontra atualmente vedado portar bebidas ou substâncias suscetíveis de gerar ou possibilitar a prática de atos de violência, estando, destarte, proibido portar bebidas alcoólicas nos Estádios.

Certo que o objetivo do nobre parlamentar com a apresentação do presente projeto, se dá por conta da autorização prevista na Lei Geral da Copa para as bebidas alcoólicas dentro dos



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Estádios nos certames Copa das Confederações de 2013 e Copa do Mundo de 2014.

Veja-se o que diz o art. 43 do referido Projeto, já aprovado pelo Congresso Nacional, e prestes a ser sancionado pela Presidente da República:

Art. 43. **Aplicam-se às Competições, no que couber, as disposições da Lei no 10.671, de 2003, excetuado o disposto nos arts. 13-A a 17, 19, 24, 31-A, 32, 37 e nas disposições constantes dos Capítulos II, III, IX e X da referida Lei.**

Restou evidente, assim, a opção do legislador federal em afastar a norma do Estatuto do Torcedor que vedada bebidas alcoólicas nos estádios tão somente para os jogos referidos na Lei Geral da Copa.

Pondera-se, que referida norma (art. 43 Lei Geral da Copa), acaba por tratar de Direito Comercial (art. 22, I da CF), eis que disciplina sobre a possibilidade de a FIFA (Fédération Internationale de Football Association) fazer as comercializações que achar necessária dentro do estádio e da chamada "área de restrição comercial e vias de acesso", tudo conforme art. 11 da própria Lei Geral da Copa:

"Art. 11. A União colaborará com Estados, Distrito Federal e Municípios que sediarão os Eventos e com as demais autoridades competentes para assegurar à FIFA e às pessoas por ela indicadas a autorização para, com exclusividade, divulgar suas marcas, distribuir, vender, dar publicidade ou realizar propaganda de produtos e serviços, bem como outras atividades promocionais ou de comércio de rua, nos



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Locais Oficiais de Competição, nas suas imediações e principais vias de acesso."

Desta forma, por invadir competência privativa da União (art. 22, I, CF) o presente projeto é INCONSTITUCIONAL.

Por outro lado, e tão somente para argumentar, ainda que se argumentasse que se trata de legislação concorrente, neste caso caberia à União estabelecer normas gerais (art. 24, § 1º, CF). E, sob esse aspecto, não pode o Estado contradizer a norma da União, mas seria de sua competência tão somente editar normas suplementares (art. 24, § 2º, da CF).

Assim, tendo Lei Federal estabelecido a possibilidade de venda de bebidas alcoólicas nos estádios (diante da suspensão da eficácia do art. 13-A, II do Estatuto do Torcedor), não pode o Estado editar norma contrária, eis que, o próprio § 4º do art. 24 da CF já estabelece: "A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário".

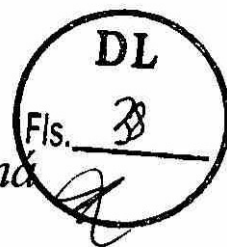
Portanto, seja por ser competência privativa da União (art. 22, I, da CF), seja por contradizer norma federal (art. 24, § 2º, da CF), o presente projeto é inconstitucional, devendo ser rejeitado nesta Comissão de Constituição e Justiça por ilegalidade.

Da atribuição de competência à Secretaria Estadual:

Ainda que assim não fora, apenas para argumentar, cabe ressaltar que o presente projeto teria vício de iniciativa verificado em nossa Constituição Estadual, eis que atribui competência à



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Secretaria Estadual, qual seja, a Secretaria Geral da Copa no Estado do Paraná.

Desta forma, infringe o art. 66, IV da Constituição do Estado, visto que a iniciativa privativa para o presente projeto de lei então seria do Governador do Estado, veja-se:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Portanto, na forma da Constituição Estadual, não caberia ao Poder Legislativo apresentar projeto que gera atribuição à Secretaria Estadual, não podendo seu trâmite por esta Casa prosperar diante do vício de iniciativa.

DA EMENDA SUPRESSIVA PARA TORNAR CONSTITUCIONAL O PROJETO:

Desta forma, o presente projeto, encontra-se inconstitucional tão somente com relação ao seu art. 3º, propondo-se a Emenda Supressiva em anexo, na forma do art. 137, § 1º do Regimento Interno, para retirar o art. 3º do presente projeto e renumerar o atual art. 4º como art. 3º.

É o parecer.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 39
[assinatura]

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei na forma da **EMENDA SUPRESSIVA ANEXA**. *de modificativa*

Sala das Comissões, 22 de maio de 2012.

[assinatura]
Deputado NELSON JUSTUS

Presidente

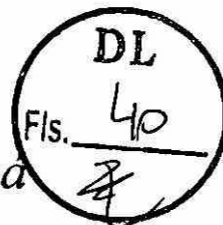
Deputado FERNANDO SCANAVACA

Relator

[assinatura]
Celine Gondim
Coord. Adm.
CCJ



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI 113/12

Na forma do artigo 137, §1º do Regimento Interno desta Casa de Leis propõe-se a presente Emenda Supressiva para retirar o artigo 3º do presente Projeto de Lei, para que o artigo 4º seja remunerado como artigo 3º, ficando a redação do atual artigo 3º da seguinte forma:

Art.3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 22 de maio de 2012.


Deputado NÉLSON JUSTUS
Presidente


Deputado FERNANDO SCANAVACA
Relator



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI 113/2012

Na forma do artigo 137, §4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, propõe-se a presente Emenda Modificativa para alterar o artigo 1º do presente Projeto de Lei, para que passe a contar com a seguinte redação:

Art. 1º. Fica proibida, em dias de jogos de futebol profissional organizado pela Federação Paranaense de Futebol (FPF), durante os respectivos jogos, a comercialização, a distribuição gratuita e o consumo de bebidas alcoólicas nos Estádios.

Sala das Comissões, 29 de maio de 2012.

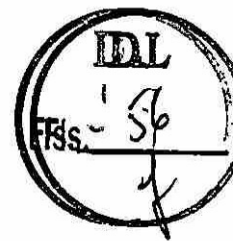

Deputado **NELSON JUSTUS**

Presidente


Deputado **NEREU MOURA**

Membro CCJ

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Esportes



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 113/2012

Súmula: Proíbe, em dias de jogos, a comercialização, a distribuição gratuita e o consumo de bebidas alcoólicas nos estádios, ginásios, arenas e praças desportivas.

EMENTA: PRELIMENTE OPINA PELO REGRESSO DO PROJETO DE LEI À CCJ, PARA REANÁLISE. PELA ANÁLISE TÉCNICA E DE JURIDICIDADE QUESTIONA A CONSTITUCIONALIDADE DO ART. 11 DA LEI GERAL DA COPA. PELA ANÁLISE DO MÉRITO (OPORTUNIDADE E CONVENIÊNCIA DE SUA EDIÇÃO), OPINA PELA APROVAÇÃO.

I - RELATÓRIO

No que se aplica, adota-se o relatório firmado pela CCJ.

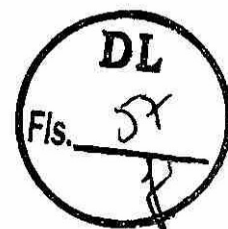
Devidamente fundamentado, o Parecer da CCJ, opina pela aprovação do projeto na forma da EMENDA SUPRESSIVA apresentada, que retirou o art. 3º, da proposição original.

Na condição de Membro, o Deputado Nereu Moura interpôs, à fl. 41, EMENDA MODIFICATIVA ao art. 1º, para alterar a redação original do dispositivo, de forma a restringir, do contexto dos desportos em geral, a comercialização e distribuição gratuita de bebidas alcoólicas aos jogos de futebol profissional, organizados pela FPF.

O trâmite dirige o Projeto a esta *Comissão de Esportes*.

Nesta fase, o Autor da proposição interpõe, à fl. 43, SUBEMENDA MODIFICATIVA à EMENDA MODIFICATIVA apresentada pelo Deputado Nereu Moura, para estender a "proibição da comercialização, distribuição gratuita e o consumo de bebidas alcoólicas, nos Estádios e Ginásios", estendendo o seu alcance para eventos desportivos de cunho profissional.

Recebo a Emenda pela aplicação do art. 51, §4º, do Regimento Interno desta Casa.



II - FUNDAMENTAÇÃO

2.1 - PRELIMINARMENTE

A SUBEMENDA, constante à fl. 43, resta ora recebida, por disposição regimental.

Ocorre, porém, que detém, nitidamente, o propósito de reintroduzir o conteúdo texto original, já declarado inconstitucional pela CCJ.

Isso, pois reintroduz a vedação quanto à comercialização e distribuição de bebidas alcoólicas, e ainda estende o seu alcance para todas as modalidades de jogos profissionais.

Nessa feita, é devida a aplicação do contido no art. 159, § 2º do Regimento Interno desta Casa:

Art. 159 Nenhuma matéria será colocada em votação sem a presença de número legal de Deputados. (...).

§ 12 Proceder-se-á imediata votação das proposições sujeitas à discussão, logo após o encerramento desta, sem que elas tenham recebido emendas, **hipótese em que, retornarão às Comissões para parecer.** (Grifo nosso).

Por conseguinte, em sede de preliminar, esta relatoria opina pela remessa do presente à CCJ, anteriormente à sua votação no âmbito desta Comissão, para a reapreciação de seu conteúdo.

2.2. ANÁLISE TÉCNICA E DE JURIDICIDADE (CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE)

Em primeiro plano, registra-se que o parecer da CCJ (30 de maio do corrente), deu-se anteriormente entrada em vigência da Lei nº 12.663 (LEI GERAL DA COPA), sancionado pela Presidente da República, cuja publicação deu-se no dia 06 deste mês de junho.

No que tange à sua constitucionalidade, a CCJ tanto dispensou excelente trato ao tema, como opinou de forma acertada sobre a futura regulamentação legal, uma vez que o destino do PROJETO DE LEI FEDERAL ainda não era definitivo.

Opinou acertadamente, pois, o art. 68, §1º, da LEI GERAL DA COPA, suspendeu, para os jogos a que se presta a regular, a eficácia do art. 13-A, da Lei nº 10.671 (ESTATUTO DE DEFESA DO TORCEDOR), que por sua vez proíbe o porte de bebidas alcoólicas nos recintos esportivos.

Também foi bem fixado no que tange à juridicidade, haja vista a correção da análise.

Isso, pois desde que na espécie se tratam de normas sobre Direito Econômico, desporto e de proteção e defesa da saúde, a competência para a sua edição é da União; que legisla de forma concorrente aos Estados federados,

(art. 24, I, IX e XII, CF), a quem cabe editar normas suplementares, no âmbito do interesse estadual¹.

Em decorrência, à União Federal cabe a prerrogativa de editar normas de "caráter geral", o que significa poder "estabelecer os princípios e as diretrizes para a ação legislativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios²".

Isso induz à conclusão de que "em regra a União não regulará situações fáticas, mas se limitará a definir uma normatividade genérica, a ser obedecida pela legislação específica federal, estadual e municipal: direito sobre direito, normas que traçam diretrizes, balizas, quadros, à atuação legislativa destas unidades da Federação³".

Nessa senda, "suplementares serão as normas estaduais que, no âmbito desta competência, procedem à pormenorização concreta das normas gerais". Isso, no contexto da técnica de repartição de competências legislativas adotada pela Constituição Federal (art. 24, §1º e §2º).

Dessa feita, pela aplicação do §3º e §4º, do mesmo art. 24, CF, ante a pré-existência de norma federal (neste caso da LEI GERAL DA COPA), que autorize o porte de bebidas alcoólicas nos recintos desportivos (art. 11), a eficácia do(s) dispositivo(s) de lei estadual que disponha em contrário ficará suspenso.

Com base em tais premissas, a proposição original foi declarada inconstitucional pela CCJ, uma vez que contraria a orientação legislativa federal.

Não obstante, desde que o interesse do Estado do Paraná versa sobre a edição de normas de caráter geral e abstrato, cuja pretensão de perenidade se dirige à proteção e manutenção da defesa da saúde de seu povo, uma norma de caráter geral, no âmbito da competência estadual poderá ser editada, mesmo que contrarie o texto da LEI GERAL DA COPA.

Isso, pois este diploma detém a aplicabilidade limitada no tempo, uma vez que se destina a regular a orientação legislativa Registre-se aqui, a que a LEI GERAL DA COPA se destina a conferir orientação legislativa para a realização de apenas 03 eventos esportivos, sejam: a COPA DAS CONFEDERAÇÕES FIFA 2013, a JORNADA MUNDIAL DA JUVENTUDE 2013 e a COPA DO MUNDO FIFA 2014.

Ora, nessa senda, não haveria o legislador estadual que se privar de sua prerrogativa legiferante, em razão do que dispõe a própria Carta Constitucional, senão veja-se.

¹ SILVA, José Afonso da. *Comentário Contextual à Constituição*, 3ª ed. São Paulo: Malheiros, 2007, p. 280/281.

² *Ibidem*, p. 280.

³ *Idem*.

O texto define que “a superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual”.

Sob a perspectiva técnica, note-se que “a lei federal superveniente não revoga nem derroga a lei estadual no aspecto contraditório; esta apenas detém interrompida a sua aplicabilidade, pois a sua eficácia fica suspensa⁴”.

Isso significa que quando a LEI GERAL DA COPA perder a sua aplicabilidade, pelo advento temporal, ou ainda se for simplesmente revogada, o que revigoraria o art. 13-A, do ESTATUTO DO TORCEDOR, a lei estadual readquirirá a sua eficácia, incidindo plenamente⁵.

De qualquer forma, na forma o texto aprovado pela CCJ, em caráter definitivo (Emendas Supressiva e Modificativa), o projeto se transmuta inegavelmente constitucional.

2.3. ANÁLISE DO MÉRITO (OPORTUNIDADE E CONVENIÊNCIA DE SUA EDIÇÃO)

A despeito da conclusão sobre a constitucionalidade, ou não, da proposição original, esta, quanto ao mérito, é indiscutivelmente oportuna e conveniente.

Isso se afirma com base nos mesmos argumentos empregados na justificação da proposição apresentada por esta Relatora, que recebeu o nº 151/2012.

Naquela, esta Deputada propôs, de forma pioneira, “a proibição, distribuição, o fornecimento, a oferta e a comercialização de bebidas alcoólicas nos estádios de futebol e ginásios de esportes do Estado do Paraná”, inobstante se tratem de jogos organizados pela FIFA.

Encaminhou Projeto de Lei nesses termos, pois a saúde de nosso povo não detém natureza disponível, o que admitiria a relativização de princípios constitucionais basilares, conforme a conveniência de organizações internacionais, a exemplo da FIFA.

Nestes termos, quanto ao mérito, a pretensão legislativa original se revela conforme aos ditames constitucionais, uma vez que efetiva o direito fundamental de acesso à saúde, que também deve ser garantida pelos Estados.

Por oportuno, à vista dos elementos destacados nesta análise, se levanta, à evidência, a discutível constitucionalidade do art. 11, da LEI GERAL DA COPA.

É o parecer.

⁴ *Ibidem*, p. 281. Vide: SILVA, José Afonso da. *Aplicabilidade das Normas Constitucionais*. São Paulo: Malheiros.

⁵ *Idem*.

III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela:

- a) remessa do presente à CCJ para reanálise;
- (b) restando declarada constitucional a SUBEMENDA à EMENDA MODIFICATIVA, pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei;
- c) restando esta declarada inconstitucional, pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei na forma atual.

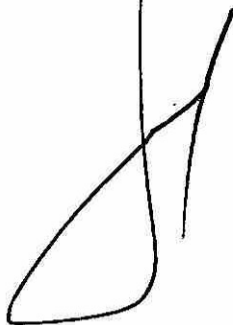
Sala das Comissões, em 14 de junho de 2012.


Deputado NEY LEPREVOST
Presidente

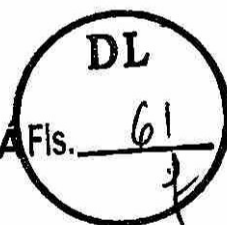

Deputada CANTORA MARA LIMA
Relatora







ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2º Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
2012



**Subemenda à Emenda Modificativa de autoria do
Deputado Nereu Moura aprovada pela CCJ,
interposta ao Projeto de Lei nº113/2012.**

Art. 1º. A Emenda Modificativa de autoria do Deputado Nereu Moura, aprovada pela CCJ – Comissão de Constituição e Justiça, passa a vigorar na forma da presente subemenda modificativa, com a seguinte redação:

“Art. 1º. Fica proibida, em dias de jogos, a comercialização, a distribuição gratuita e o consumo de bebidas alcoólicas, nos Estádios e Ginásios, cujos eventos desportivos sejam de cunho profissional.”

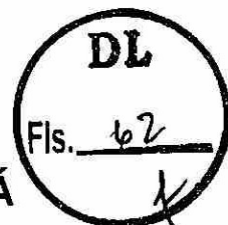
Art. 2º. Esta subemenda entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões em 13 de junho de 2012.



PARANHOS
DEPUTADO ESTADUAL

Obs: Justificativa em anexo.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2º Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
2012



Subemenda à Emenda Modificativa de autoria do
Deputado Nereu Moura aprovada pela CCJ,
interposta ao Projeto de Lei nº113/2012.

JUSTIFICATIVA

A emenda modificativa de autoria do nobre Deputado Nereu Moura, aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça, restringiu a proibição da comercialização, distribuição gratuita e o consumo de bebidas alcoólicas, a tão somente aos eventos de jogos de futebol organizados pela Federação Paranaense de Futebol, sendo que a intenção deste autor da proposição em Epígrafe, é abranger a todas as modalidades desportivas, como vôlei, basquetebol, hand ball, futebol dentre inúmeros outras, fazendo valer a premissa de que o esporte em geral, não combina com bebida alcoólica.

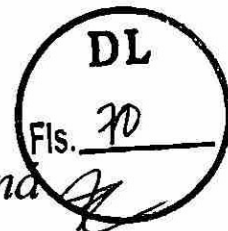
Observe-se também que a presente subemenda restringe a proibição a estádios e ginásios, retirando as expressões "arenas e praças desportivas", constantes da versão original da Proposta, a fim de não gerar conflitos hermenêuticos, que integrem, como por exemplo, os rodeios.

Por fim, é mister salientar, que os eventos desportivos abrangidos pela presente subemenda, restringem-se especificamente aos de cunho profissional.


PARANHOS
DEPUTADO ESTADUAL



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER DA SUBEMENDA (FLS. 61) À EMENDA MODIFICATIVA (FLS. 41) DO
ART. 1º DO PROJETO DE LEI 113/12

Projeto de Lei nº 113/2012
Autor: Deputado Paranhos

Súmula: Proíbe, em dia de jogos, a comercialização, a distribuição gratuita e o consumo de bebidas alcoólicas nos Estádios, Ginásios, Arenas e Praças desportivas.

EMENTA: PROIBIÇÃO, NO ESTADO DO PARANÁ, DE BEBIDAS NAS PRAÇAS DESPORTIVAS, INCLUSIVE PARA FINS DOS JOGOS DA COPA DO MUNDO DE 2014. EMENDA MODIFICATIVA AO ART. 1º PELA CCJ. DEPUTADO AUTOR DO PROJETO QUE APRESENTA SUBEMENDA JUNTO À COMISSÃO DE ESPORTES. RECEBIMENTO PELA RELATORA E RETORNO PARA ESTA COMISSÃO. REGIMENTO INTERNO. ART. 29, §1º, III; ART. 51, §3º; ART. 138. POSSIBILIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Paranhos, objetivava originalmente vedar a comercialização e o consumo de bebidas alcoólicas "nos Estádios, Ginásios, Arenas e Praças desportivas,



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



cujos eventos dependam para sua realização, de autorização do Poder Público Municipal ou Estadual, no âmbito territorial do Estado do Paraná".

Foi aprovado nesta Comissão de Constituição e Justiça, em sessão de 22 de maio de 2012, com Emenda Supressiva (retirando o artigo que previa seus efeitos para os jogos da Copa do Mundo) e Emenda Modificativa (fls. 41) para restringir a proibição para "jogos de futebol profissional organizado pela Federação Paranaense de Futebol, durante os respectivos jogos".

Assim, o autor do Projeto, Deputado Paranhos, apresentou junto à Comissão de Esportes uma Subemenda à Emenda Modificativa para ampliar a proibição para os "Estádios e Ginásios, cujos eventos desportivos sejam de cunho profissional".

A Relatora naquela Comissão, Deputada Cantora Mara Lima recebeu a Subemenda na forma do art. 51, §4º do Regimento Interno (fls. 56) e a encaminhou para esta Comissão para novo parecer.

Justificativa para a Subemenda no sentido de que "a intenção deste autor da proposição em epígrafe é abranger todas as modalidades desportivas, como vôlei, basquetebol, handball, futebol dentre inúmeras outras, fazendo valer a premissa de que o esporte em geral não combina com bebida alcoólica".

Afirma ainda que "a subemenda restringe a proibição a estádios e ginásios, retirando as expressões 'arenas e praças



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



desportivas', constantes na versão original da proposta, a fim de não gerar conflitos hermenêuticos (...) e ainda que "os eventos desportivos abrangidos pela presente subemenda restringem-se especificamente aos de cunho profissional".

É o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

Compete à esta Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no Regimento Interno da Assembléia Legislativa desta Casa de Leis, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade, bem como a técnica legislativa utilizada:

Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal n. 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Conforme explanado no relatório, trata-se de subemenda apresentada pelo Relator à Emenda Modificativa realizada por esta Comissão de Constituição e Justiça.

O Regimento Interno prevê como competência das Comissões a apresentação de emendas e subemendas:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 29 A Assembléia, depois de eleita a Mesa, organizará as Comissões Permanentes, dentro de quinze dias.

§ 1o Às Comissões Permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:

III - apresentar substitutivos, emendas e subemendas;

Entretanto, na forma do art. 51, §3º denota-se que qualquer Deputado, após o parecer do Relator ou mesmo antes dele, poderá apresentar Emenda ao Projeto:

Art. 51 O membro da comissão a que for distribuída qualquer matéria terá o prazo de dez dias para apresentação de seu parecer escrito.

§ 1o O Presidente da Comissão poderá, com requerimento fundamentado do relator, prorrogar por mais cinco dias o prazo estabelecido neste artigo. Esgotado o prazo regimental, sem que o relator tenha apresentado parecer, o Presidente designará novo relator, ao qual o processo deverá ser entregue imediatamente.

§ 2o Apresentado o parecer, será lido ou dispensada a sua leitura, e, se estiver impresso, será o mesmo posto em discussão pelo prazo que o Presidente julgar necessário.

§ 3o Logo após o parecer do Relator, ou mesmo antes de sua leitura desde que em Pauta, qualquer dos membros da comissão, assim como qualquer Deputado poderá encaminhar emenda ao Projeto.

§ 4o Recebida a emenda, o Relator emitirá seu parecer.

Assim, certo que o Deputado autor do Projeto também pode apresentar Emenda ou Subemenda (Regimento Interno: "Art. 138. A emenda apresentada a outra emenda denomina-se



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



subemenda") ao seu próprio projeto. Foi o que se deu às fls. 61, com a justificativa de fls. 62.

Verifica-se do Parecer da Comissão de Esportes, que aquela comissão recebeu a subemenda na forma do art. 51, §4º do Regimento Interno e a encaminhou a esta Comissão, tendo deixado emitido parecer favorável tanto em caso de aprovação ou não da subemenda (fls. 60).

Destarte, verifica-se a plena adequação ao Regimento Interno da Subemenda ora analisada, cabendo ressaltar que não se trata de tentativa do autor de reintroduzir a redação original do projeto, eis que retiradas as expressões "Arenas e Praças Desportivas" e feita a devida restrição de que sua validade serão tão somente para eventos desportivos de cunho profissional.

Portanto, não há qualquer óbice constitucional, legal ou regimental para a aprovação da Subemenda apresentada às fls. 61, merecendo aprovação por esta Comissão.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da Subemenda à Emenda Modificativa, apresentada às fls. 61, em virtude de sua adequação ao Regimento Interno.

Sala das Comissões, 26 de JUNHO de 2012.

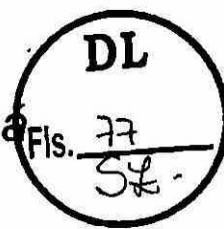

Deputado Nelson Justus
Presidente


Deputado Nelson Luersen
Relator





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO



PARECER PL Nº. 113/12

Autor: Dep. Paranhos
Relator: Dúlio Genari

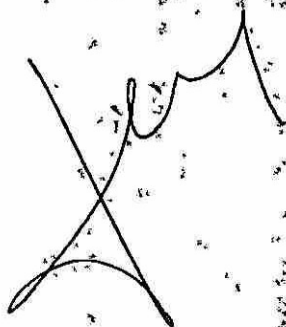
Súmula: Proíbe em dia de jogos, a comercialização, a distribuição gratuita e o consumo de bebidas alcoólicas nos Estádios, Ginásios, Arenas e Praças Desportivas.

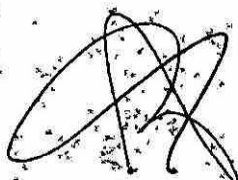
Diante do exposto, opina-se pelo APROVAÇÃO do presente projeto de Lei na forma da Subemenda a Emenda Modificativa..

Curitiba, 20 de agosto de 2012.


DEPUTADO ANDRÉ BUENO
PRESIDENTE COMISSÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO


DEPUTADO DÚLIO GENARI
RELATOR

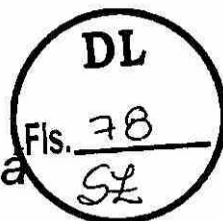









Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO



SUBEMENDA À EMENDA MODIFICATIVA DE AUTORIA DO DEPUTADO NEREU MOURA APROVADA PELA CCJ, INTERPOSTA AO PL Nº.113/2012

Art. 1º. A Emenda Modificativa de autoria do Deputado Nereu Moura, aprovada pela CCJ, passa a vigorar na forma da presente subemenda modificativa, com a seguinte redação:

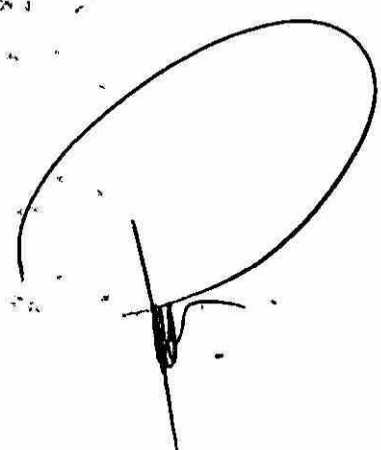
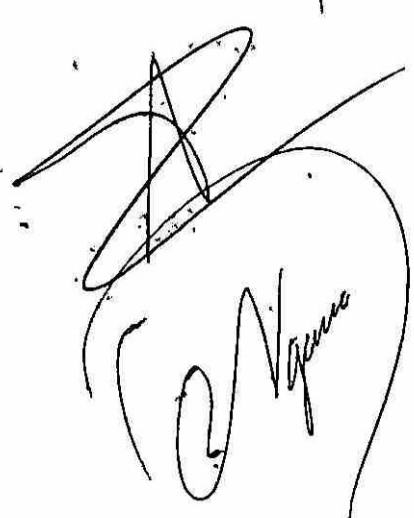
"Art. 1º. Fica proibida em dias de jogos, a comercialização, a distribuição gratuita e o consumo de bebidas alcoólicas, nos Estádios e Ginásios, cujos eventos desportivos sejam de cunho profissional".

Art. 2º. Esta subemenda entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 20 de agosto de 2012:


DEPUTADO ANDRÉ BUENO
PRESIDENTE COMISSÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO


DEPUTADO BÚLIO GENARI
RELATOR



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER DA NOVA SUBEMENDA (FLS. 78) À EMENDA MODIFICATIVA (FLS. 41)
DO ART. 1º DO PROJETO DE LEI 113/12, APRESENTADA DESTA VEZ PELA
COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Projeto de Lei nº 113/2012
Autor: Deputado Paranhos

Súmula: Proíbe, em dia de jogos, a comercialização, a distribuição gratuita e o consumo de bebidas alcoólicas nos Estádios, Ginásios, Arenas e Praças desportivas.

EMENTA: PROIBIÇÃO, NO ESTADO DO PARANÁ, DE BEBIDAS NAS PRAÇAS DESPORTIVAS, INCLUSIVE PARA FINS DOS JOGOS DA COPA DO MUNDO DE 2014. EMENDA MODIFICATIVA AO ART. 1º PELA CCJ. DEPUTADO AUTOR DO PROJETO QUE APRESENTA SUBEMENDA JUNTO À COMISSÃO DE ESPORTES, JÁ APROVADO NESTA COMISSÃO. NA CONTINUIDADE DO TRÂMITE, A COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO APRESENTA EMENDA DE IDÊNTICO TEOR. SUBEMENDA INÓCUA. REJEIÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Paranhos, objetivava originalmente vedar a comercialização e o consumo de bebidas alcoólicas "nos Estádios, Ginásios, Arenas e Praças desportivas, cujos eventos dependam para sua realização, de autorização do Poder Público Municipal ou Estadual, no âmbito territorial do Estado do Paraná".

Foi aprovado nesta Comissão de Constituição e Justiça, em sessão de 22 de maio de 2012, com Emenda Supressiva (retirando o artigo que previa seus efeitos para os jogos da Copa do Mundo) e Emenda Modificativa (fls. 41) para restringir a proibição para



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

"jogos de futebol profissional organizado pela Federação Paranaense de Futebol, durante os respectivos jogos".

Assim, o autor do Projeto, Deputado Paranhos, apresentou junto à Comissão de Esportes uma Subemenda à Emenda Modificativa para ampliar a proibição para os "Estádios e Ginásios, cujos eventos desportivos sejam de cunho profissional".

A Relatora naquela Comissão, Deputada Cantora Mara Lima recebeu a Subemenda na forma do art. 51, §4º do Regimento Interno (fls. 56) e a encaminhou para esta Comissão para novo parecer.

Referida Subemenda foi aprovada nesta Comissão (fls. 70/75) e o projeto, ato contínuo, foi encaminhado para a Comissão de Indústria e Comércio, que aprovou o projeto de lei na forma de nova Subemenda (fls. 78), idêntica àquela anteriormente já aprovada nesta Comissão (às fls. 70/75).

FUNDAMENTAÇÃO

Compete à esta Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no Regimento Interno da Assembléia Legislativa desta Casa de Leis, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade, bem como a técnica legislativa utilizada:

Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal n. 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Conforme explanado no relatório, trata-se de subemenda apresentada pela Comissão de Indústria e Comércio de teor idêntico à Subemenda apresentada pelo próprio autor do projeto e já aprovada nesta Comissão.

Sobre Emendas e Subemendas, o Regimento Interno prevê:

Art. 136 Emenda é a proposição apresentada como acessório de outra.

Art. 137 As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 1o Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte de outra.

§ 2o Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

§ 3o Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta à outra.

§ 4o Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

§ 5o Não será admissível emenda substitutiva ou aditiva que não tenha relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal.

(...)

Art. 138 A emenda apresentada a outra emenda denomina-se subemenda.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Assim, não alterando em nada a Subemenda já aprovada por esta Comissão, a Subemenda que ora se analisa não se enquadra como supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas, não tendo nenhum efeito para a continuidade do projeto.

Diante de estar o projeto em trâmite com a redação da Subemenda de fls. 61, a rejeição da subemenda (idêntica àquela já aprovada) de fls. 78 é medida que se impõe.

CONCLUSÃO




Diante do exposto, opina-se pela REJEIÇÃO da Subemenda à Emenda Modificativa apresentada às fls. 78, eis que idêntica àquela (de fls. 61) já aprovada nesta Comissão, continuando o projeto a tramitar com a redação da subemenda de fls. 61.

Sala das Comissões, 16 de outubro de 2012.


Deputado NELSON JUSTUS
Presidente


Deputado PEDRO LUPION
Relator

APROVADO
unanimel 23.10.12




Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

Presidente: Deputado Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Nereu Moura, Deputado Pedro Lupion,
Deputado Péricles de Holleben Mello e Deputada Rose Litro



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 113/2012

Súmula: Proíbe, em dia de jogos, a comercialização, a distribuição gratuita e o consumo de bebidas alcoólicas nos Estádios, Ginásios, Arenas e Praças desportivas.

Autor: Deputado Paranhos

Justificativa: impedir o acesso e permanência de pessoas sob o efeito do álcool em eventos esportivos.

Pareceres favoráveis: Comissão de Constituição e Justiça (com emendas supressiva e modificativa); Comissão de Esportes (com emenda modificativa) e; Comissão de Indústria e Comércio.

PARECER

Quanto à competência desta Comissão, in verbis:

“Art.33-P Compete à Comissão de Defesa do Consumidor manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação dos direitos do consumidor.”



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

Presidente: Deputado Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Nereu Moura, Deputado Pedro Lupion,
Deputado Péricles de Holleben Mello e Deputada Rose Lítro



Diante do tema exposto esta Comissão é competente para apreciar e emitir o devido parecer.

Desta feita, a justificativa apresentada pelo parlamentar proponente do Projeto de Lei é suficiente para balizar a sua apresentação, uma vez que, trata da proteção dos interesses do consumidor.

Por outro lado, o objetivo a ser atingido com o Projeto de Lei está em consonância com os ditames do Direito do Consumidor, haja vista buscar a segurança do consumidor, enquanto torcedor em eventos esportivos.

Cumprе ressaltar que a medida se encontra adequada ao Estatuto do Torcedor, em seu artigo 13-A, senão vejamos.

Art. 13-A. São condições de acesso e permanência do torcedor no recinto esportivo, sem prejuízo de outras condições previstas em lei: (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010).

I – (...)

II - não portar objetos, bebidas ou substâncias proibidas ou suscetíveis de gerar ou possibilitar a prática de atos de violência; (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010).

Ou seja, proíbe-se o ingresso no recinto do torcedor que estiver na posse de bebida que possa gerar ou possibilitar a prática de atos de violência.

Com efeito, a norma acima mencionada por restringir direito deve ser interpretada estritamente, sendo que, o presente Projeto de Lei, vem, apenas ampliar o preceito da norma para se concluir que também proíbe a venda de bebidas alcoólicas nos estádios ou ginásios, muito embora o próprio consumo já seja proibido.

Logo, a proibição da venda de bebidas alcoólicas em eventos esportivos pode ser disposta em legislação estadual, uma vez que, tanto o Estatuto do Torcedor, quanto a Lei Geral da Copa, falam em porte e consumo de bebidas, não abarcando, portanto, a sua venda.

Assim, não havendo óbice legal, emite-se parecer **FAVORÁVEL** ao prosseguimento da tramitação do presente Projeto de Lei.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

Presidente: Deputado Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Nereu Moura, Deputado Pedro Lupion,
Deputado Péricles de Holleben Mello e Deputada Rose Litro



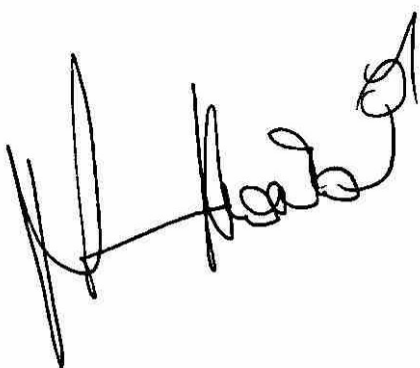
É o Parecer.

Sala das Comissões, em 05 de DEZEMBRO de 2012.


Deputado Péricles de Mello
Presidente


Deputado Adelino Ribeiro
Relator


Rose Litro





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 113/2012

Emenda de Plenário nº	01
DAP	13 NOV. 2013
Visto	<i>Ilanaide</i>

SÚMULA: Dispõe sobre a autorização e regulamentação da venda e o consumo de bebidas alcoólicas em estádios e arenas desportivos no Estado do Paraná.

O Projeto de Lei Nº 113/2012 passa a contar com a seguinte redação:

Art. 1º Esta lei dispõe sobre a autorização e regulamentação da venda e o consumo de bebidas alcoólicas em estádios e arenas desportivos no âmbito do Estado do Paraná.

Parágrafo único - Para todos os efeitos legais considera-se fornecedor, nos termos da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, a pessoa, jurídica ou física, responsável pela venda de bebidas alcoólicas nos estádios e arenas desportivos.

Art. 2º A venda e o consumo de bebida alcoólica em estádios e arenas desportivos são permitidos nos seguintes termos:

I - O fornecedor deverá ser habilitado, mediante obtenção de alvará municipal específico, para poder realizar a venda de bebidas alcoólicas preservando-se o que reza o art. 28, da Lei Federal nº 10.671, de 15 de maio de 2003;

II - É autorizada a venda e o consumo de bebidas alcoólicas em bares, lanchonetes e congêneres destinados aos torcedores, bem como nos camarotes e espaços VIP dos estádios e arenas desportivos, sendo que a venda deve iniciar uma hora e meia antes de começar a partida e terminar trinta minutos do seu termino;

Paulo

Delegado

Stephanos Jr

M. J. J. J.

Anabela N.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



III - É permitido ao fornecedor expor e vender, em bares, lanchonetes e congêneres, nos estádios e arenas, apenas bebidas que não ultrapassem 20% (vinte por cento) de teor alcoólico, exceto nos camarotes e áreas VIP, onde a venda e o consumo de bebidas não poderá ultrapassar 43% (quarenta e três por cento) de teor alcoólico;

IV - As bebidas expostas à venda, embora possam vir envolvidas em recipientes metálicos ou de vidro, somente poderão ser vendidas e entregues aos consumidores em copos plásticos, cujo recipiente não tenha capacidade superior a 500 ml (quinhentos mililitros);

V - Cada consumidor poderá retirar apenas uma unidade (copo plástico) de bebida alcoólica por vez que se dirigir ao local de sua retirada, devendo, neste ato, apresentar a identidade, comprovando ser maior de 18 (dezoito) anos;

VI - É defeso a venda e a entrega de bebida alcoólica a pessoas menores de 18 (dezoito) anos, podendo o fornecedor e/ou pessoa física responsável por tais condutas, responder civil e criminalmente, nos termos da legislação vigente;

Art. 3º O fornecedor, em caso de descumprimento do artigo anterior, estará sujeito às seguintes punições:

I - multa no valor de 3.000 a 30.000 UPF (Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná);

II - Suspensão de 30 (trinta) a 360 (trezentos e sessenta) dias da venda e consumo de bebidas alcoólicas em bares, lanchonetes e congêneres, bem como nas áreas de camarote e VIP dos estádios e arenas desportivos;

III - Proibição da venda e consumo de bebidas alcoólicas em bares, lanchonetes e congêneres, bem como nas áreas de camarote e VIP dos estádios e arenas desportivos.

Art. 4º Competirá à Secretaria de Esporte e Turismo do Paraná fiscalizar o cumprimento desta Lei e reprimir a sua violação, aplicando as penalidades previstas e necessárias.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Parágrafo único. Os recursos resultantes das multas arrecadadas em conformidade com o disposto no artigo 3º deverão ser aplicados em prol do esporte não profissional ou no fomento de atividades científicas ou acadêmicas correlacionadas com o esporte.

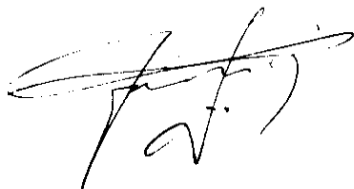
Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

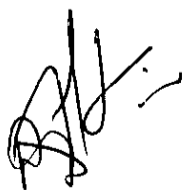
Sala das Sessões, 13 de novembro de 2013.


Reinhold Stephanes Junior
Deputado Estadual


ANTONIO ANNIBELLI NETO


Nelson Justos
Deputado Estadual







JUSTIFICATIVA

A venda e o consumo de bebidas em estádios e arenas desportivos é um tema ainda polêmico para a sociedade paranaense e brasileira. Malgrado, desde sempre o torcedor se acostumou a frequentá-los e consumir bebidas alcoólicas.

Há alguns anos atribuiu-se ao consumo de bebidas alcoólicas a raiz da violência no âmbito esportivo, especialmente no que concerne às torcidas de equipes de futebol. Tal pecha se impôs sem que fosse, efetivamente, confeccionado ou produzido estudo sério, pautado em critérios acadêmicos e científicos.

Maior exemplo de que a venda de bebidas alcoólicas não implica, necessariamente, em acréscimos da violência dentro e fora dos estádios e arenas desportivos, foi a realização da Copa das Confederações 2013. Em todas as sedes, ressaltou-se, grandes cidades do Brasil, foram vendidas em bares, lanchonetes e congêneres bebidas alcoólicas, sem que, fossem registrados incidentes ou quaisquer prática de delitos em virtude do consumo.

Nesta perspectiva, o presente substitutivo objetiva, de forma cristalina, autorizar a venda e o consumo de bebidas alcoólicas nos estádios e arenas desportivos e mais que simplesmente autorizar ou proibir, busca-se aqui disciplinar a venda desse tipo de bebida, estabelecendo parâmetros essenciais para a preservação da ordem e paz pública nestes ambientes, diferenciando-se, inclusive, o nível alcoólico das bebidas a serem vendidas nos camarotes e áreas VIP, bem como ao público em geral, isso em virtude da quantidade de pessoas que utilizam esses espaços.

Destarte, não se pode punir o bom torcedor, cidadão cumpridor dos seus deveres, que se vê tolhido e prejudicado por um fantasma que assombra a todos, a violência.

[Assinaturas]



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL PROJETO DE LEI 113/2012

Projeto de Lei nº 113/2012

Autores da Emenda Substitutiva Geral: Deputado Nelson Justus, Deputado Anibelli Neto, Deputado Stephanes Junior.

Súmula: Dispõe sobre a autorização e regulamentação da venda e o consumo de bebidas alcoólicas em estádios e arenas desportivos no Estado do Paraná.

EMENTA: EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL. AUTORIZAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DA VENDA E O CONSUMO DE BEBIDAS ALCOOLICAS EM ESTADIOS E ARENAS. POSSIBILIDADE. ARTS. 137, §2º E §5º E ART. 141, I, DO REGIMENTO INTERNO DA ALEP. PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO DA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Paranhos, versa acerca da comercialização, distribuição gratuita e o consumo de bebidas alcoólicas em estádios, ginásios, arenas e praças desportivas no Estado do Paraná.

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba – Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Na data de 13 de novembro de 2013, foi apresentada Emenda Substitutiva Geral ao projeto, pelos Deputados Nelson Justus, Anibelli Neto, Stephanes Junior, a fim de conferir ao projeto melhor técnica legislativa, versando sobre a regulamentação e autorização da venda de bebidas alcoólicas nos estádios, trazendo maiores conceitos técnicos à expressão Bebidas Alcoólicas, dispondo limites de graduação e locais a serem disponibilizadas, aperfeiçoando o Projeto em tela.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-Aº, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O Regimento Interno, em seu Art. 137, §2º e § 5º, visa a possibilidade de se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra, sendo Substitutiva Geral, quando abranger o seu conjunto:

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

Dessa forma, verifica-se que o Substitutivo Geral apresentado encontra-se em consonância com ditames regimentais, haja vista haver relação direta com o projeto inicial, não descaracterizando o mesmo, uma vez que trata expressamente do tema de bebidas alcoólicas nos estádios de futebol, regulamento com detalhes um horário determinado, bem como a graduação alcoólica máxima permitida.

Frise-se que esse é o momento oportuno para esta discussão, uma vez que se houvesse a apresentação de outro projeto tratando do tema de bebidas em estádios, o mesmo seria anexado ao presente, fazendo-se a discussão simultânea.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Sobre a possibilidade de apresentação de um substitutivo geral,, importante observar as jurisprudências do Supremo Tribunal Federal e Tribunal Regional Federal da 1ª Região, sobre o objeto da apresentação do mesmo, quando dos trâmites legislativos, conforme segue:

MEDIDA CAUTELAR EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI Nº 8.429, DE 02.06.1992, QUE DISPÕE SOBRE AS SANÇÕES APLICÁVEIS AOS AGENTES PÚBLICOS NOS CASOS DE ENRIQUECIMENTO ILÍCITO NO EXERCÍCIO DE MANDATO, CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA, INDIRETA OU FUNDACIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. ALEGAÇÃO DE VÍCIO FORMAL OCORRIDO NA FASE DE ELABORAÇÃO LEGISLATIVA NO CONGRESSO NACIONAL (CF, ARTIGO 65).

1. Preliminar de não-conhecimento suscitada pela Advocacia Geral da União: é desnecessária a articulação, na inicial, do vício de cada uma das disposições da lei impugnada quando a inconstitucionalidade suscitada tem por escopo o reconhecimento de vício formal de toda a lei. 2. Projeto de lei aprovado na Casa Iniciadora (CD) e remetido à Casa Revisora (SF), na qual foi aprovado substitutivo, seguindo-se sua volta à Câmara (CF, artigo 65, par. único). A aprovação de substitutivo pelo Senado não equivale à rejeição do projeto, visto que "emenda substitutiva é a apresentada a parte de outra proposição, denominando-se substitutivo quando a alterar, substancial ou formalmente, em seu conjunto" (§ 4º do artigo 118 do RI-CD); substitutivo, pois, nada mais é do que uma ampla emenda ao projeto inicial 3. A rejeição do substitutivo pela Câmara, aprovando apenas alguns dispositivos dele destacados (artigo 190 do RI-CD), implica a remessa do projeto à sanção presidencial, e não na sua



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

devolução ao Senado, porque já concluído o processo legislativo; caso contrário, dar-se-ia interminável repetição de idas e vindas de uma Casa Legislativa para outra, o que tornaria sem fim o processo legislativo. Medida cautelar indeferida. (STF - ADI: 2182 DF , Relator: Min. MAURÍCIO CORRÊA, Data de Julgamento: 31/05/2000, Tribunal Pleno, Data de Publicação: DJ 19-03-2004 PP-00016 EMENT VOL-02144-02 PP-00385) (Grifo nosso).

PROCESSO CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE IMPROBIDADE. LEI 8.429, DE 02.06.1992. ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. ADIn 2.182-6/DF. O Supremo Tribunal Federal, ao apreciar, em sessão plenária, a ADIn 2.182-6 , decidiu que a Lei 8.429, de 0 (DJ 19.03.2004) 2.06.2004, não é inconstitucional, pois: o "Projeto de lei aprovado na Casa Iniciadora (CD) e remetido à Casa Revisora (SF), na qual foi aprovado substitutivo, seguindo-se sua volta à Câmara (CF, artigo 65, par. único). A aprovação de substitutivo pelo Senado não equivale à rejeição do projeto, visto que "emenda substitutiva é a apresentada a parte de outra proposição, denominando-se substitutivo quando a alterar, substancial ou formalmente, em seu conjunto"(§ 4º do artigo 118 do RI-CD); substitutivo, pois, nada mais é do que uma ampla emenda ao projeto inicial 3 A rejeição do substitutivo pela Câmara, aprovando apenas alguns dispositivos dele destacados (artigo 190 do RI-CD), implica a remessa do projeto à sanção presidencial, e não na sua devolução ao Senado, porque já concluído o processo legislativo; caso contrário, dar-se-ia interminável repetição de idas e vindas de uma Casa Legislativa para outra, o que tornaria sem fim o processo legislativo." (TRF-1 - AG: 10102



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

BA 2004.01.00.010102-0, Relator: DESEMBARGADOR
FEDERAL TOURINHO NETO, Data de Julgamento: 25/04/2005,
TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: 06/05/2005 DJ p.13).
(Grifo nosso).

Diante disso, vê-se que é próprio do substitutivo geral, alterar
substancialmente o projeto original, conforme mencionam os julgados acima.

Dessa forma, da leitura das jurisprudências expostas, entende-
se que existe no **substitutivo geral** o condão de **alteração substancial no
projeto de Lei**, restando evidenciada apenas a necessidade de que contenha
relação mediata ou imediata com a matéria da proposição, nos termos do
Regimento Interno desta casa de leis, fato que se faz presente no caso em exame,
uma vez que se trata do tema bebidas alcoólicas em estádios de futebol.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, uma vez obedecido o trâmite legal, opina-se
pela **APROVAÇÃO** da presente **Emenda Substitutiva Geral de Plenário**, por
estarem presentes os requisitos regimentais.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2013.

CAÍTO QUINTANA
Presidente em exercício

PEDRO LUPION
Relator

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

6

19.11.13



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria de Assistência ao Plenário



REQUERIMENTO



Requer a **retirada** do Substitutivo Geral de Plenário ao Projeto de Lei nº 113/2012.

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais, **REQUEREM**, após ouvido o Soberano Plenário a **RETIRADA** do Substitutivo Geral de Plenário ao Projeto de Lei nº 113/2012, de nossa autoria.

Sala das Sessões, 20 de novembro de 2013.


Reinhold Stephanes Junior
Deputado Estadual


Antonio Anibelli Neto
Deputado Estadual


Nelson Justus
Deputado Estadual

21.11.13

~~ANTE~~ PROJETO DE LEI 118/2013

Súmula: Cria o Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados, com o objetivo de financiar a implantação e manutenção do Sistema de Segurança dos Magistrados - FUNSEG.

Art. 1º Fica criado o Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados, com o objetivo de prover recursos financeiros para a implantação e manutenção do Sistema de Segurança dos Magistrados - FUNSEG.

Art. 2º O Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados – FUNSEG tem por finalidade suprir o Poder Judiciário Estadual com os recursos financeiros necessários para fazer frente às despesas com:

I – a implantação e manutenção do Sistema de Segurança dos Magistrados;

II – a estruturação, aparelhamento, modernização e adequação tecnológica dos meios utilizados nas atividades de segurança dos magistrados;

III – construção, reforma, ampliação e aprimoramento das sedes da Justiça Estadual, visando proporcionar adequada segurança física e patrimonial aos magistrados;

IV – manutenção dos serviços de segurança;

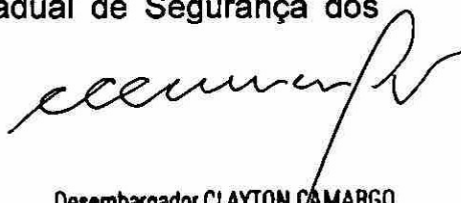
V – formação, aperfeiçoamento e especialização do serviço de segurança dos magistrados;

VI – aquisição de material permanente, equipamentos e veículos especiais imprescindíveis à segurança dos magistrados com competência criminal;

VII – participação de representantes oficiais em eventos científicos sobre segurança de autoridades, realizados no Brasil ou no exterior; e

VIII – atividades relativas à sua própria gestão, excetuando-se despesas com os servidores já remunerados pelos cofres públicos.

Art. 3º Constituem receitas do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados - FUNSEG:



Desembargador CLAYTON CAMARGO
Presidente do Tribunal de Justiça



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



I – 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre a receita bruta dos Cartórios do Foro Extrajudicial.

II – as receitas oriundas de transferências orçamentárias autorizadas pelo Poder Judiciário, Poder Executivo, fundos especiais e outros órgãos públicos;

III – o saldo financeiro apurado no balanço anual do próprio Fundo;

IV – as receitas oriundas de convênios, acordos, termos de cooperação ou contratos firmados pelo Fundo com entidades de direito público;

V – as receitas oriundas de convênios, acordos, termos de cooperação ou contratos firmados pelo Fundo com instituições financeiras e entidades de direito privado;

VI – as subvenções, doações e contribuições de pessoas jurídicas de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras, na forma da legislação aplicável;

VII - o produto da remuneração das aplicações financeiras do Fundo;

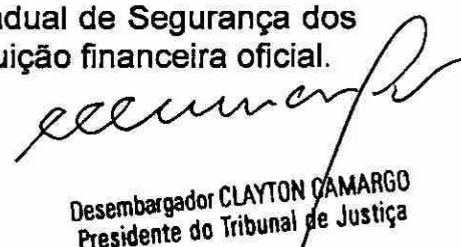
VIII - outras receitas eventuais.

Parágrafo único. As receitas do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados – FUNSEG, não integram o percentual fixado para o Poder Judiciário na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 4º O Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados – FUNSEG será administrado por um Conselho Diretor, composto pelo Presidente do Tribunal de Justiça, que o presidirá, pelo Vice-Presidente, pelo Corregedor-Geral da Justiça e por mais 5 (cinco) membros, os quais serão nomeados pelo Presidente do Tribunal de Justiça, ouvido o Órgão Especial.

Parágrafo único. Os integrantes do Conselho Diretor do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados – FUNSEG não perceberão retribuição pecuniária pelo exercício de suas atividades.

Art. 5º Os recursos financeiros do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados – FUNSEG serão depositados em instituição financeira oficial.


Desembargador CLAYTON CAMARGO
Presidente do Tribunal de Justiça



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Art. 6º Os bens adquiridos com recursos do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados – FUNSEG serão incorporados ao patrimônio do Poder Judiciário.

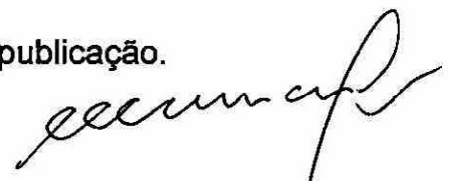
Art. 7º Aplica-se à administração financeira do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados – FUNSEG, no que couber, o disposto na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, no Código de Contabilidade, na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e na legislação pertinente a contratos e licitações, bem como as normas e instruções baixadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 8º O Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados – FUNSEG será dotado de personalidade jurídico-contábil, com escrituração contábil própria, sendo o Presidente do Tribunal de Justiça e Presidente do Conselho Diretor o ordenador das despesas e seu representante legal.

Art. 9º O Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados – FUNSEG prestará contas da arrecadação e aplicação de seus recursos, nos prazos e na forma da legislação vigente.

Art. 10. Esta Lei será regulamentada por Decreto Judiciário, dispondo sobre os procedimentos relacionados à arrecadação e fiscalização das receitas e sobre as normas para a execução das despesas do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados – FUNSEG.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.


Desembargador CLAYTON CAMARGO
Presidente do Tribunal de Justiça



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



JUSTIFICATIVA

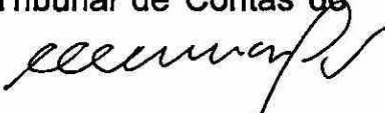
O presente Anteprojeto de Lei tem por objetivo a criação do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados - FUNSEG.

A proposta atende a Resolução nº 104, de 06 de abril de 2010, do Conselho Nacional de Justiça, que determina aos Tribunais Regionais Federais e Tribunais de Justiça do País a adoção de medidas para a aprovação de lei estadual dispondo sobre a criação do referido Fundo.

De acordo com o artigo 2º da proposição, o Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados tem por finalidade suprir o Poder Judiciário Estadual com os recursos financeiros necessários para fazer frente às despesas com implantação e manutenção de Sistema de Segurança dos Magistrados; estruturação, aparelhamento, modernização e adequação tecnológica dos meios utilizados nas atividades de segurança; construção, reforma, ampliação e aprimoramento das sedes da Justiça Estadual, visando proporcionar adequada segurança física e patrimonial aos magistrados.

Tem por objetivo, ainda, a manutenção dos serviços de segurança; formação, aperfeiçoamento e especialização do serviço de segurança; aquisição de material permanente, equipamentos e veículos especiais imprescindíveis à segurança dos magistrados com competência criminal, bem como assegurar a participação de representantes oficiais em eventos científicos sobre segurança de autoridades, realizados no Brasil ou no exterior.

De acordo com o artigo 4º, o Fundo será administrado por um Conselho Diretor, formado pelo Presidente do Tribunal de Justiça, Vice-Presidente, Corregedor-Geral da Justiça e por mais 5 (cinco) membros, não remunerados pelo exercício de suas atividades e sujeitos ao disposto na Legislação pertinente e às instruções baixadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.


Desembargador CLAYTON CAMARGO
Presidente do Tribunal de Justiça



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Registre-se que a criação do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados não implica em aumento de despesas, razão pela qual deixamos de apresentar a respectiva declaração.

Em sessão do egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, realizada em 25 de março de 2013, foi aprovado o presente Anteprojeto de Lei.

Assinatura manuscrita de Clayton Camargo.

Desembargador CLAYTON CAMARGO
Presidente do Tribunal de Justiça



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Curitiba, 02 de abril de 2013.
Of. nº 322/2013-GP

I – À DAP para leitura no expediente

II – À DL para providências.

Em, 05/04/2013

Presidente

A sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.L.
Em, 08. ABR. 2013
1º Secretário


Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que propõe a criação do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Deixamos de apresentar a declaração de adequação orçamentária em razão da proposição acima referida não implicar em aumento de despesas.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.


Desembargador **CLAYTON CAMARGO**
Presidente do Tribunal de Justiça



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 118/2013

Projeto de Lei nº. 118/2013

Autor: Tribunal de Justiça

Súmula: Cria o Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados, com o objetivo de financiar a implantação e manutenção do Sistema de Segurança dos Magistrados – FUNSEG.

EMENTA: FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 124 DO REGIMENTO INTERNO DA ALEP. ARTS. 65 E 98 DA CE. ART. 99 DA CF. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei de autoria do Tribunal de Justiça visa criar o Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados – FUNSEG, com o objetivo de prover recursos financeiros para a implantação e manutenção do sistema de segurança dos magistrados.

VISTA EM 16/06/2013

Nereu Moura

Elton Ulisses e Wilson

Auxílio CCJ

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Conforme justificativa do autor, *"a proposta atende a Resolução nº 104, de 06 de abril de 2010, do Conselho Nacional de Justiça, que determina aos Tribunais Regionais Federais e Tribunais de Justiça do País a adoção de medidas para a aprovação de lei estadual dispendo sobre a criação do referido Fundo."*

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no **artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A – Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

(grifo nosso)

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.
(grifo nosso)

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

No exercício privativo dessa sua competência para instaurar o processo legislativo é que o Egrégio Tribunal de Justiça enviou o presente Projeto para apreciação, sendo conveniente ressaltar a aprovação plenária do Órgão Especial do Tribunal de Justiça.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Neste sentido, cumpre ressaltar que, a **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA** prevê a ampla autonomia administrativa e financeira, nos termos do artigo 99, adiante transcrito:

Art. 99. Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira.

(grifo nosso)

Da mesma forma, seguindo o preceito da Carta Magna, dispõe a **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ**, artigo 98, seguinte:

Art. 98. Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira.

(grifo nosso)

Assim, a matéria cinge-se na prerrogativa conferida ao Tribunal de Justiça para livremente administrar os recursos que lhe são destinados, submetendo a esta Casa Legislativa a proposta para a criação de fundo especial, sendo inteiramente viável do ponto de vista jurídico-constitucional, quer em relação a sua iniciativa, quer na sua formalização.

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o Projeto de Lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, tendo em vista que não implicará em aumento de despesas.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o Projeto de Lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 09 de abril de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA

RELATOR




APROVADO

23.04.13



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 118/13

RELATÓRIO

O Plano de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Justiça – Ofício nº 322/2013-GP, que cria o Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados, com o objetivo de financiar a implantação e manutenção do sistema de segurança dos magistrados – FUNSEG.

Inicialmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Fernando Scanavaca exarou o devido parecer favorável.

FUNDAMENTAÇÃO

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em questão a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida à análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta pelo Tribunal de Justiça é muito importante, uma vez que vem em atenção a Resolução nº 104, de 06 de abril de 2010, do Conselho Nacional de Justiça, que determina aos Tribunais Regionais Federais e Tribunais de Justiça do País a adoção de medidas para a aprovação de lei estadual dispondo sobre a criação do referido Fundo.

Insta ressaltar que em relação a questão do impacto financeiro e orçamentário que é tratado na Lei Complementar Federal nº 101/00, (Lei de Responsabilidade Fiscal), não implica em aumento de despesas, razão pela qual não é apresentado a respectiva declaração do ordenador de despesas.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



CONCLUSÃO

Desta forma, opina-se pela Aprovação do Projeto em tela, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 15/05/13

anon

DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE

DEPUTADO WALDYR PUGLIESI
RELATOR



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO
PARANÁ



3ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 118/13

Em exame o Projeto de Lei nº 118/13, OF nº 322/13, de autoria do Poder Judiciário, que cria o fundo Estadual de Segurança dos Magistrados, com o objetivo de finciar a implantação e manutenção do Sistema de Segurança dos Magistrados – FUNSEG.

Procedida minuciosa análise da Proposição, e ainda considerando o Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, informa-se que nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação processual legislativa, estando o Projeto de Lei em condições de merecer o finalíssimo exame do Plenário desta Casa.

Em sendo assim, esta Comissão de Segurança Pública, manifesta-se FAVORAVELMENTE à Proposição em epígrafe.

Sala das comissões, em 20/05/2013

Mauro Moraes
Deputado Estadual
Presidente da CSP

Dep. W. Quirico

Roberto Acioli
Deputado Estadual
Relator



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



~~ANTE~~ PROJETO DE LEI 143 / 2013

SÚMULA: Altera dispositivo da Lei Estadual nº 17.474, de 02 de janeiro de 2013.

Art. 1º Fica alterado o artigo 6º da Lei Estadual nº 17.474, de 02 de janeiro de 2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º É vedada a designação de servidor efetivo para o exercício de função comissionada quando no exercício de cargo em comissão, salvo para a função de secretário de sessão de julgamento."

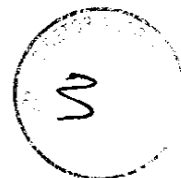
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Desembargador CLAYTON CAMARGO
Presidente do Tribunal de Justiça



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



JUSTIFICATIVA

A presente proposta tem por finalidade corrigir situação que prejudica a prestação jurisdicional no âmbito do Tribunal de Justiça.

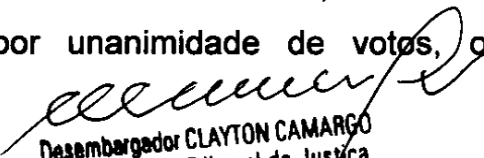
A Lei Estadual nº 17.474/2013, que dispôs sobre as funções comissionadas no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Paraná, estabelece que os servidores efetivos que estejam no exercício de cargo em comissão não podem ser designados para funções comissionadas.

Essa vedação, entretanto, acabou não só impedindo que a maioria dos servidores que já vinham secretariando as sessões de julgamento continuassem a fazê-lo, como também dificultou o recrutamento de novos servidores para secretariarem as sessões, já que o valor da remuneração previsto para essa função comissionada, cujo exercício é esporádico, não é elevado – quatrocentos e seis reais e cinquenta e um centavos (R\$ 406.51) ao mês -, sobretudo se for levada em consideração a responsabilidade da função – o secretário de sessão coordena e executa atividades relacionadas à elaboração e conferência dos serviços judiciais nas sessões de julgamento, como, por exemplo, a elaboração das papeletas de julgamentos, nas quais são anotados os resumos da parte dispositiva dos acórdãos.

A fim de solucionar a situação criada, que prejudica os trabalhos das sessões de julgamento, mostra-se necessária a alteração da redação do art. 6º da Lei 17.474/2013, nos termos aqui sugeridos.

Por fim, necessário ser mencionado que a alteração legislativa não importará no aumento de despesas, o que torna dispensável a declaração do ordenador de despesa de que a proposta de lei possui adequação com a lei orçamentária.

Registre-se, por fim, que em sessão do egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, realizada em 15 de abril de 2013, foi aprovado, por unanimidade de votos, o presente Anteprojeto de Lei.


Desembargador CLAYTON CAMARGO
Presidente do Tribunal de Justiça



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Curitiba, 17 de abril de 2013.
Of. nº 385/2013-GP

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em 22/04/2013

Presidente

A sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

Senhor Presidente:

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APROVAMENTO A D. L.

Em, 23 ABR. 2013


1º Secretário

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que altera dispositivo da Lei Estadual nº 17.474, de 02 de janeiro de 2013.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Deixamos de apresentar a declaração de adequação orçamentária em razão da proposição acima referida não implicar em aumento de despesas.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.


Desembargador **CLAYTON CAMARGO**
Presidente do Tribunal de Justiça

14:25 23/04/2013 003436 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

voltar ↶

Exibir Ato

Página para impressão

Alterado Compilado OriginalLei 17474 - 2 de Janeiro de 2013Publicado no Diário Oficial nº. 8868 de 2 de Janeiro de 2013**Súmula:** Dispõe sobre as funções comissionadas no Poder Judiciário do Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Capítulo I **Das Disposições Preliminares**

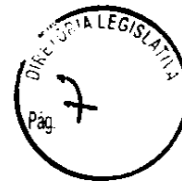
Art. 1º As funções comissionadas do Poder Judiciário do Estado do Paraná passam a ser regidas por esta Lei.**Art. 2º** A denominação, classificação, quantidade, valores, requisitos de designação e as atribuições básicas das funções comissionadas passam a ser as constantes desta Lei.**Parágrafo único.** As atribuições específicas de cada função comissionada serão definidas em regulamento.**Art. 3º** As funções comissionadas são de livre designação e dispensa, compreendendo as atribuições de direção, chefia e assessoramento, sendo exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargos efetivos.**Art. 4º** São requisitos para a designação de servidor em função comissionada:**I** - correlação fundamental entre as atribuições do cargo efetivo e as da função comissionada, para cujo exercício for designado o servidor;**II** - formação superior ou técnica;**III** - experiência compatível com a área de atuação;**IV** - não ter cumprido sanção administrativa decorrente de infração disciplinar nos últimos dois anos.**§ 1º** Os requisitos para designação previstos neste artigo não excluem outros estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça, por ato vinculante, com fundamento no art. 103-B, §4º, da Constituição Federal.**§ 2º** O Presidente do Tribunal de Justiça expedirá regulamento sobre os requisitos de designação previstos nos incisos I, II e III deste artigo.**Art. 5º** A designação para a função comissionada vigora a partir da data da publicação do respectivo ato, competindo à autoridade a que subordinará o servidor designado dar-lhe imediato exercício.**Art. 6º** É vedada a designação de servidor efetivo para o exercício de função comissionada quando estiver no exercício de cargo em comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 143/2013

Projeto de Lei nº. 143/2013

Autor: Tribunal de Justiça

Súmula: Altera dispositivo da Lei Estadual nº 17.474 de 02 de janeiro de 2013

EMENTA: ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 17.474/2013 QUE DISPOE SOBRE OS CARGOS COMMISSIONADOS DO PODER JUDICIÁRIO PARANAENSE. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. ARTS. 33 E 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei nº 143/2013, de autoria do Tribunal de Justiça, visa alterar o artigo 6º da Lei Estadual nº 17.474, de 02 de janeiro de 2013.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no **artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A – Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

A Constituição Federal estabelece que compete privativamente ao Tribunal de Justiça propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juizes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver:

Art. 96. Compete privativamente:

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juizes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver;

Corroborando deste entendimento a Constituição Estadual:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembléia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhe forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juizes, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I da Constituição Federal;

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, eis que a alteração do dispositivo não irá acarretar em aumento de despesas.

Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE.**

Sala das sessões, 30 de abril de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ALEXANDRE CURI
RELATOR


PROVADO

30.04.13



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 143/13

RELATÓRIO

O Plano de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Justiça – Ofício nº 385/2013-GP, que objetiva alterar o art. 6º da Lei nº 17.474, de 02 de janeiro de 2013, que dispõe sobre a função comissionada no Poder Judiciário.

Inicialmente observamos que a matéria foi encaminhada a douda Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Alexandre Curi exarou o devido parecer favorável.

FUNDAMENTAÇÃO

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em questão a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida à análise da Proposição, sob a análise desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta pelo Tribunal de Justiça visa corrigir uma situação que prejudica a prestação jurisdicional no âmbito do Tribunal de Justiça.

Vale ressaltar que a Constituição Estadual, em seu art. 65, assegura ao Presidente do Tribunal de Justiça a iniciativa de leis como a presente. Ainda, neste entendimento o art. 101, I, "b", esclarece que compete privativamente ao Tribunal de Justiça a presente proposta.

Nesta linha, a Constituição Federal, em seu art. 96, II, "b", estabelece a competência privativa do Tribunal de Justiça para propor a criação e extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados. Ainda, o art. 101, I, "b", do mesmo



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

Diploma Legal, esclarece que compete privativamente ao Tribunal de Justiça iniciar leis dessa natureza.

Insta ressaltar que em relação a questão do impacto financeiro e orçamentário que é tratado na Lei Complementar Federal nº 101/00, (Lei de Responsabilidade Fiscal), constatamos na justificativa da proposta a não apresentação da declaração do ordenador de despesas, Desembargador Clayton Camargo, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, uma vez que a alteração pleiteada não importará no aumento de despesas.

CONCLUSÃO

Desta forma, opina-se pela Aprovação do Projeto em tela, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 15/05/13


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO FRANCISCO BUHRER
RELATOR







Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



ANTEPROJETO DE LEI

265/13

SÚMULA: Altera a redação dos artigos 183 e 184 da Lei Estadual nº 16.024, de 19 de dezembro de 2008.

Art. 1º Ficam alterados os artigos 183 e 184 da Lei Estadual nº. 16.024, de 19 de dezembro de 2008, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 183. Ao Funcionário acusado será dada a notícia dos termos da acusação, devendo ser ele citado para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa e requerer a produção de provas.

§ 1º A citação far-se-á:

I – por ofício, expedido pela autoridade instrutora do processo, a ser entregue diretamente ao indiciado mediante recibo em cópia do original, ou pela via postal, sob registro e com aviso de recebimento;

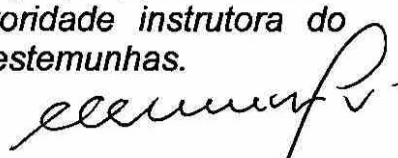
II – pelo meio eletrônico, através do Sistema Mensageiro, acompanhado da íntegra dos autos, sob a forma de arquivo anexo;

III – por mandado;

IV – por carta precatória ou de ordem;

V – por edital, com prazo de 15 (quinze) dias.

§ 2º No caso de recusa do indiciado em opor o ciente na cópia da citação, que lhe é entregue em mãos, o prazo para defesa contar-se-á da data declarada, em termo próprio, pelo servidor designado a fazer a citação pela autoridade instrutora do processo, com a assinatura de 2 (duas) testemunhas.


Desembargador CLAYTON CAMARGO
Presidente do Tribunal de Justiça



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



§ 3º A citação eletrônica, feita pelo Sistema Mensageiro, considerar-se-á realizada quando a mensagem for lida pelo destinatário, cuja data e horário ficarão registrados no sistema, salvo no período de afastamento do usuário, quando não serão computados os prazos em relação às mensagens de cunho pessoal.

§ 4º Far-se-á citação por meio de mandado, por oficial de justiça, quando frustrada a citação mediante ofício ou por meio eletrônico;

§ 5º Na citação por mandado, verificando que o funcionário se oculta para não ser citado, o oficial de justiça certificará a ocorrência e procederá a citação com hora certa, na forma estabelecida nos artigos 227 a 229 do Código de Processo Civil.

§ 6º Achando-se o indiciado em lugar incerto e não sabido, será citado por edital, publicado 3 (três) vezes no Diário da Justiça Eletrônico e afixado no átrio do Fórum.

Art. 184. Em caso de revelia, inclusive na hipótese de o funcionário não comparecer após ser citado por hora certa, será designado pela autoridade competente bacharel para funcionar como defensor dativo ao funcionário."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Desembargador CLAYTON CAMARGO
Presidente do Tribunal de Justiça



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei tem por objetivo alterar a redação dos artigos 183 e 184 da Lei Estadual nº 16.024, de 19 de dezembro de 2008.

A alteração proposta visa incluir no rol de modalidades de citação nos procedimentos administrativos disciplinares, previstas nos artigos 183 e 184 da Lei Estadual nº 16.024/2008, a citação pessoal mediante ofício entregue em mãos; por meio eletrônico e por hora certa.

A previsão de citação pessoal mediante ofício, entregue em mãos do servidor dentro de seu próprio local de trabalho, com recibo em fotocópia e sem a intervenção de Oficial de Justiça, visa dar rápida e eficaz solução ao processo administrativo disciplinar, prestigiando a aplicação dos princípios do formalismo moderado e da instrumentalidade das formas.

Este modo de citação, sem dúvida, irá agilizar o trâmite processual, sem violar as garantias do Servidor/Serventuário da Justiça, inerentes ao contraditório e à ampla defesa.

Afinal, sendo objetivo do ato citatório a ciência do acusado quanto ao teor do feito punitivo, esse resultado é provado com a assinatura do servidor lançada no recebimento do ofício, devidamente acompanhado de cópia da Portaria que instruiu o feito, onde constam os fatos ocorridos, as normas violadas e a indicação das sanções cabíveis.

A citação por meio eletrônico, outra modalidade prevista com a nova redação conferida ao artigo 183, é forma já prevista no artigo 221, IV do Código de Processo Civil e no artigo 9º da Lei nº 11.419/06.

Essa modalidade, sem dúvidas, proporciona resultados promissores em termos de agilização processual, evitando a elaboração e envio de cartas e mandados em forma física, com a consequente diminuição dos custos do processo disciplinar.

No âmbito deste Tribunal de Justiça, vige a Resolução nº 25, de 14 de outubro de 2011, que dispõe sobre a utilização do Sistema Mensageiro e do Malote Digital como meios eletrônicos de comunicação oficial.

Importante observar que a citação na modalidade eletrônica somente se formalizará quanto a mensagem for lida pelo destinatário, sendo a mensagem devidamente acompanhada da íntegra dos autos, cuja data e horário ficarão registradas no sistema.

Desembargador CLAYTON CAMARGO
Presidente do Tribunal de Justiça



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

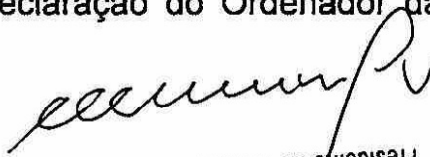


A citação por hora certa, devido ao caráter excepcional da medida, apenas será utilizada depois de exauridos todos os meios possíveis para a localização do réu, e desde que esgotadas as tentativas de cumprimento do ato pelo Oficial de Justiça, quando este suspeitar que o servidor se oculta para não ser citado.

Embora extrema, a medida se demonstra salutar para coibir a torpeza ou má-fé do servidor que tenta se ocultar para dificultar o curso regular do procedimento administrativo.

Em sessão do egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, realizada em 13 de maio de 2013, foi aprovado, por unanimidade, o presente Anteprojeto de Lei.

Em razão da aludida alteração legislativa não implicar em aumento de despesas, deixamos de apresentar a Declaração do Ordenador da Despesa.


Presidente do Tribunal de Justiça
Desembargador CLAYTON CAMARGO
Presidente do Tribunal de Justiça



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Curitiba, 20 de junho de 2013.
Of. nº 587/2013-GP

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em, 25/06/2013

Presidente

A sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 26 JUN. 2013

1º Secretário

Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que propõe a alteração dos artigos 183 e 184 da Lei Estadual nº 16.024, de 19 de dezembro de 2008.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Deixamos de apresentar a declaração de adequação orçamentária em razão da alteração acima referida não implicar em aumento de despesas.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.


Desembargador **CLAYTON CAMARGO**
Presidente do Tribunal de Justiça

CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação



Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato

Página para impressão

Alterado Compilado Original

Lei-16024- 19 de-Dezembro de-2008Publicado no Diário Oficial nº. 7931 de 17 de Março de 2009**Súmula:** Estabelece o regime jurídico dos funcionários do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I

CAPÍTULO ÚNICO DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O presente Estatuto estabelece o regime jurídico dos funcionários do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Parágrafo único. São considerados funcionários para os fins deste Estatuto os ocupantes dos cargos da Secretaria do Tribunal de Justiça e do Quadro de Pessoal de 1º Grau de Jurisdição, os Secretários do Conselho de Supervisão do Juizado Especial, os Secretários de Turma Recursal do Juizado Especial, os Secretários do Juizado Especial, os Oficiais de Justiça do Juizado Especial, os Auxiliares de Cartório do Juizado Especial, os Auxiliares Administrativos do Juizado Especial, e os Contadores e Avaliadores do Juizado Especial.

Art. 2º. Funcionário é a pessoa investida em cargo público com vencimentos ou remunerações percebidos dos cofres públicos estaduais.**Art. 3º.** Cargo é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional cometidas a funcionário, identificado pelas características de criação por lei, denominação própria, número certo e pagamento pelos cofres públicos.**§ 1º.** Função é conjunto de atribuições vinculadas a determinadas habilitações para o desempenho de tarefas distintas em grau de responsabilidade e de complexidade e será atribuída por ato do Presidente do Tribunal de Justiça.**§ 2º.** Caberá ao Presidente do Tribunal de Justiça a designação e a dispensa da função gratificada.**§ 3º.** A designação para função gratificada vigorará a partir da publicação do ato, competindo à autoridade a que se subordinará o funcionário designado dar-lhe exercício imediato.**§ 4º.** Os vencimentos e as gratificações de função têm valores fixados em lei.**Art. 4º** A estrutura organizacional deverá atender por lei própria o seguinte:

I - Classe é o agrupamento de cargos da mesma denominação, com iguais atribuições, responsabilidades e variação de vencimentos de acordo com os níveis que compreende;

II - Grupo ocupacional é o conjunto de classes que diz respeito a atividades profissionais correlatas ou afins, quanto à natureza do respectivo trabalho ou ao ramo de conhecimento aplicado em seu desempenho;

Seção III

Do Processo Administrativo

Art. 182. O processo administrativo terá início após a certeza dos fatos, por portaria baixada por Juiz ou pelo Corregedor-Geral da Justiça, na qual se imputarão os fatos ao funcionário, delimitando-se o teor da acusação.

Parágrafo único. Os atos instrutórios do processo poderão ser delegados pelo Corregedor-Geral da Justiça a Juiz ou a assessor lotado na Corregedoria-Geral da Justiça.

~~Art. 183.~~ Ao funcionário acusado será dada a notícia dos termos da acusação, devendo ele ser citado para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa e requerer a produção de provas.

§ 1º. A citação far-se-á:

I - por mandado ou pelo correio, por meio de ofício sob registro e com aviso de recebimento;

II - por carta precatória ou de ordem;

III - por edital, com prazo de 15 (quinze) dias.

§ 2º. O edital será publicado 03 (três) vezes no Diário da Justiça e afixado no átrio do Fórum ou no da Corregedoria-Geral da Justiça.

~~Art. 184.~~ Em caso de revelia, será designado pela autoridade competente bacharel para funcionar como defensor dativo ao funcionário.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 265/13

Projeto de Lei nº. 265/13

Autor: Tribunal de Justiça

Súmula: Altera a redação dos artigos 183 e 184 da Lei Estadual nº 16.024, de 19 de dezembro de 2008.

EMENTA: ALTERAÇÃO LEGISLAÇÃO. PROCEDIMENTO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO FUNCIONAL ESTABELECIDO NO ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ. PROJETO DE INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. ARTS. 33 E 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de Lei ora apresentado, OBJETIVA INCLUIR NO ROL DE MODALIDADES DE CITAÇÃO NOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES, PREVISTAS NOS ARTIGOS 183 E 184 DA Lei Estadual 16.024/2008, a citação pessoal mediante ofício entregue em mãos, por meio eletrônico e por hora certa.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Presentes os atributos constitucionais e legais para aprovação do projeto em comento, estando o mesmo possibilitando uma maior garantia dos consagrados princípios constitucionais vigentes atualmente no ordenamento pátrio, o do contraditório e da ampla defesa, esta Análise Prévia se dá pela Aprovação do Projeto nos termos que passa a expor.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifos Nossos).

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos Nossos).

A Constituição Federal estabelece que compete privativamente ao Tribunal de Justiça propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Art. 96. Compete privativamente:

I - aos tribunais:

a) **eleger seus órgãos diretivos e elaborar seus regimentos internos, com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes, dispondo sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos;** (Grifo Nossos).

Corrobora deste entendimento a Constituição

Estadual:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembléia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

(...)

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;

Melhor explicando o intuito tutelatório do projeto em análise, encontramos o Brasil como um Estado Democrático de Direito, preserva a igualdade entre seus cidadãos e assevera que um dos seus termos é a necessidade do resguardo do contraditório e da ampla defesa aos litigantes em processos judiciais e administrativos.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Em disposição expressa, acerca do tema, assim dispõe o
Texto Constitucional:

“Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

LV – aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;”. (Grifamos)

Mais adiante, a Constituição especialmente resguarda aos servidores públicos a estabilidade, após dois anos de efetivo exercício, a qual só poderá ser suprimida mediante sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que seja assegurada a ampla defesa.

Seguem a Magna Carta:

“Art. 41. São estáveis, após dois anos de efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude de concurso público.

(...)

§ 1º O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa”. (Grifamos)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Em várias outras passagens, especialmente ao tratar de algumas carreiras isoladas, como as da Magistratura, do Ministério Público, do Tribunal de Contas etc., a Lei Maior volta a deixar clara a necessidade da ampla defesa à aplicação de qualquer penalidade, de modo a restar indubitado que estamos diante de um verdadeiro Estado de Direito.

A ampla defesa contida no texto constitucional consiste em se reconhecer ao acusado o direito de saber que está e por que está sendo processado, de ter vista dos autos do processo administrativo disciplinar, de apresentação de sua defesa preliminar, de indicação e produção de provas que entender necessárias à sua defesa, de ter advogado que o assista, de conhecer previamente das diligências a serem realizadas e dos atos instrutórios, para que possa acompanhá-los, de fazer reperguntas, de oferecer defesa final e recorrer.

Ampla defesa é princípio que também se dirige ao legislador, porque este deve ter em mente, na elaboração das leis infraconstitucionais, que está obrigado a velar para que todo acusado tenha defensor, que possa ter pleno conhecimento da acusação que pesa contra sua pessoa, das provas que a alicerçam e da possibilidade de contrariá-las com outras. Só assim esse princípio estará resguardado, cabendo ao legislador não olvidá-lo na edição de nenhuma lei que regule qualquer atividade ligada à apuração de infrações penais ou administrativas.

O que se nota no projeto ora analisado, é que, de forma coerente e precisa, com advento de novas tecnologias, é possível ampliar a garantia constitucional da Ampla Defesa quando se pretende acrescentar ao



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



texto de Lei a ser alterado a possibilidade de citação pessoal mediante ofício entregue em mãos, bem como por meio eletrônico e por hora certa.

8 Com a efetividade do cumprimento da citação, garante-se a efetividade do Princípio do Contraditório, e por conseguinte, da Ampla Defesa, pois, por este princípio que também norteia o processo administrativo disciplinar exige que "em cada passo do processo as partes tenham a oportunidade de apresentar suas razões e suas provas, implicando, pois, a igualdade entre as partes.

8 Seria o mesmo que dizer que a cada ato produzido por uma das partes caberá igual *Justitia* – Matérias aprovadas para publicação futura direito da outra de a ele se opor ou de lhe dar sua versão ou mesmo a interpretação jurídica que lhe pareça correta. Daí resulta o caráter dialético do processo, que caminha através de constantes contrariedades a serem sintetizadas no ato final da conclusão do procedimento.

8 Diante de todo o acima colocado, vislumbra-se que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei, sem deixar de mencionar que toda legislação que proponha a proteção de princípios constitucionais devem merecer apreço e consideração desta Comissão de Constituição e Justiça.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

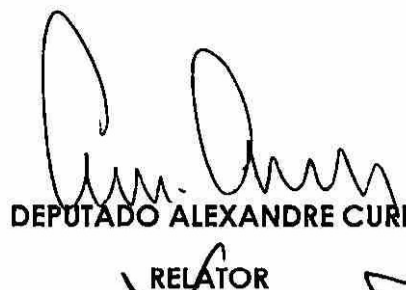


CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

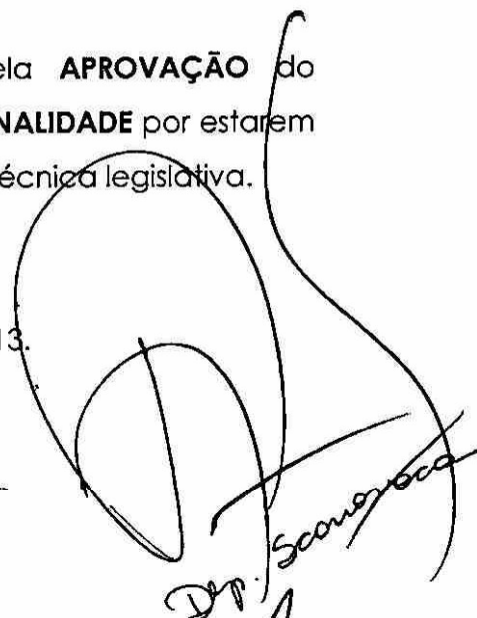
Sala das Comissões, 02 de julho de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ALEXANDRE CURTI
RELATOR

APROVADO

02107413


Dr. Scarpone


Dr. Raupion


Dr. Turini


Dr. Gaito


Dr. Viana


Dr. Edson


Dr. Walter


Dr. CURI


Dr. Carli

8

8



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 265/13

RELATÓRIO

O Plano de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Justiça – Ofício nº 587/2013-GP, que propõe a alteração dos arts. 183 e 184 da Lei nº 16.024, de 19 de dezembro de 2008 – (Lei que estabelece o regime jurídico dos funcionários do Poder Judiciário do Estado do Paraná).

Inicialmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Alexandre Curi exarou o devido parecer favorável.

FUNDAMENTAÇÃO

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em questão a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida à análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta pelo Tribunal de Justiça objetiva incluir no rol de modalidades de citação nos procedimentos administrativos disciplinares, previstas nos arts. 183 e 184 da Lei 16.024/09, a citação pessoal mediante ofício entregue em mãos; por meio eletrônico e por hora certa.

Insta ressaltar que em relação a questão do impacto financeiro e orçamentário que é tratado na Lei Complementar Federal nº 101/00, (Lei de Responsabilidade Fiscal), a proposta não vem acompanhada da declaração de adequação orçamentária, em razão da alteração referida não implicar em aumento de despesas.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



CONCLUSÃO


Desta forma, opina-se pela Aprovação do Projeto em tela, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

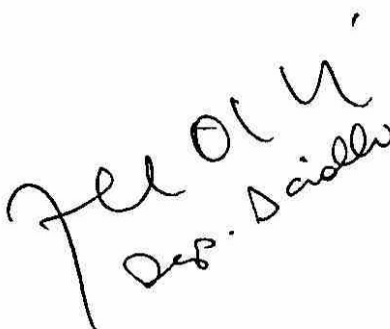
É o parecer.

Sala das Comissões, 10/07/13


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO WALDYR PUGLIESI
RELATOR


DEP. ENNIO


DEP. DACILHO



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



ANTEPROJETO DE LEI 289/13

SÚMULA: Dispõe sobre a estrutura funcional do Quadro de Pessoal do 1º Grau de Jurisdição do Poder Judiciário do Estado do Paraná, com inclusão de dispositivo na Lei Estadual nº 17.528, de 26 de março de 2013, e adota outras providências.

Art. 1º Fica alterada a Lei Estadual nº 17.528, de 26 de março de 2013, que passa a vigorar acrescida do art. 4º- A, com a seguinte redação:

"Art. 4º-A. Os cargos de Assistente I de Juiz de Direito, simbologia 3-C e Assistente II de Juiz de Direito, simbologia 1-C, de provimento em comissão, destinados ao assessoramento dos Juízes de Direito do Estado do Paraná, criados nos termos da Lei nº 15.831/2008, da Lei nº 16.957/2011 e da Lei nº 17.215/2012 passam a ser vinculados ao Quadro de Pessoal do 1º Grau de Jurisdição."

Art. 2º Transfere os cargos ocupados, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, conforme a Tabela 3 do Anexo III da Lei Estadual nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010, para a Direção do Fórum das Comarcas relacionadas no anexo I desta lei até que se dê a respectiva vacância.

§ 1º. Os ocupantes dos cargos efetivos de Técnico Judiciário e Oficial Judiciário do Grupo Ocupacional Intermediário de Apoio Administrativo (IAD), e os ocupantes dos cargos de Auxiliar Judiciário II e III do Grupo Ocupacional Básico (BAS), providos por meio de teste seletivo ou concurso público vinculado às Comarcas do interior do Estado, agrupados ao Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça e que desempenhem suas atividades nas diversas comarcas do Estado terão seus cargos vinculados à Direção do Fórum da Comarca onde atualmente atuam.

§ 2º. Os cargos a que alude o § 1º do artigo 2º, que vierem a vagar a partir da vigência desta Lei, voltam a compor o Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em sua forma originária.

§ 3º. Ficam assegurados aos servidores insertos nesta condição os mesmos direitos e deveres previstos aos servidores alocados na Secretaria deste Tribunal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.


Desembargador CLAYTON CAMARGO
Presidente do Tribunal de Justiça



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



ANEXO I

CARGO : AUXILIAR JUDICIÁRIO II

Nº DE CARGOS	DIREÇÃO DO FÓRUM
1	Assis Chateaubriand
1	Cambé
1	Campo Mourão
1	Castro
3	Cornélio Procópio
4	Curitiba
1	Engenheiro Beltrão
1	Faxinal
1	Foz do Iguaçu
2	Francisco Beltrão
1	Guarapuava
1	Londrina
1	Mangueirinha
1	Marialva
3	Maringá
1	Paranaval
4	Pato Branco
2	Ponta Grossa
1	Ribeirão do Pinhal
1	Rolândia
1	São José dos Pinhais
1	Sertãoópolis
2	Toledo
1	Umuarama
1	União da Vitória

cccamargo
Desembargador CLAYTON CAMARGO
Presidente do Tribunal de Justiça



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



CARGO : AUXILIAR JUDICIÁRIO III

Nº DE CARGOS	DIREÇÃO DO FÓRUM
1	Apucarana
1	Arapongas
1	Assis Chateaubriand
1	Campo Largo
1	Campo Mourão
1	Cianorte
1	Cornélio Procopio
1	Francisco Beltrão
1	Guaíra
1	Ivaiporã
1	Jacarezinho
1	Loanda
1	Paranaguá
1	Paranavaí
1	Ponta Grossa
1	Toledo
1	União da Vitória
1	Wenceslau Braz

CARGO : OFICIAL JUDICIÁRIO

Nº DE CARGOS	DIREÇÃO DO FÓRUM
1	Arapoti
5	Curitiba

CARGO : TÉCNICO JUDICIÁRIO

Nº DE CARGOS	DIREÇÃO DO FÓRUM
1	Assis Chateaubriand
2	Campo Mourão
1	Cascavel
1	Cianorte
7	Curitiba
2	Foz do Iguaçu
1	Francisco Beltrão
1	Guarapuava
2	Ibaiti
1	Iretama
3	Londrina
1	Marialva
4	Maringá
1	Medianeira
3	Paranavaí
1	Pato Branco
3	Pitanga
1	Ponta Grossa
1	Santo Antônio da Platina
1	Sarandi
2	Wenceslau Braz

cc camp
Desembargador CLAYTON CAMARGO
Presidente do Tribunal de Justiça



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei tem por objetivo regularizar o quadro de pessoal deste Poder, de forma a ajustar as distorções decorrentes de antigos enquadramentos, conforme protocolo nº 179.827/2013.

Propõe-se a inclusão de dispositivo na Lei Estadual nº 17.528, de 26 de março de 2013, redirecionando os cargos comissionados criados nos termos das Leis nº 15.831/2008, nº 16.957/2011 e nº 17.215/2012 na estrutura da Secretaria deste Tribunal para o 1º Grau de Jurisdição.

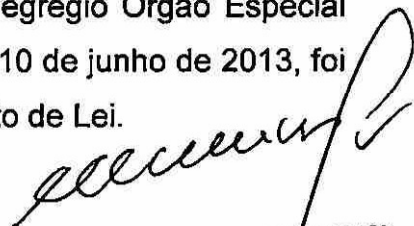
Tal medida visa ajustar o percentual de cargos em comissão providos com servidores ocupantes de cargos efetivos, em cumprimento à determinação do Conselho Nacional de Justiça emanada da ata de inspeção realizada no ano de 2009.

Outrossim, na esteira de ajustar as contratações antigas aos quadros de pessoal estruturados atualmente, é pertinente o redirecionamento dos cargos de Técnico Judiciário, Oficial Judiciário, Auxiliar Judiciário II e III agrupados à Secretaria por força da Lei nº 11.719/1997, porém, originários de testes seletivos e concursos públicos realizados nas próprias Comarcas.

Importante ressaltar que a estes servidores são assegurados os direitos e deveres impostos aos servidores do Quadro de Pessoal da Secretaria deste Tribunal de Justiça, bem como que com a vacância por exoneração, aposentadoria e falecimento, os mesmos passarão a integrar a estrutura da Secretaria, nos moldes do regulamentado na Lei nº 17.469/2013.

A referida proposta não ocasionará aumento no gasto com pessoal, portanto, não tendo impacto orçamentário-financeiro, motivo pelo qual deixamos de encaminhar a declaração de adequação orçamentária estabelecida na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Registre-se, por fim, que em sessão do egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, realizada em 10 de junho de 2013, foi aprovado, por unanimidade de votos, o presente Anteprojeto de Lei.


Desembargador CLAYTON CAMARGO
Presidente do Tribunal de Justiça



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Curitiba, 04 de julho de 2013.
Of. nº 657/2013-GP

I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em 08/07/2013

Presidente

A sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 09 JUL. 2013

1º Secretário

Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que dispõe sobre a estrutura funcional do Quadro de Pessoal do 1º Grau de Jurisdição do Poder Judiciário do Estado do Paraná, com inclusão de dispositivo na Lei Estadual nº 17.528, de 26 de março de 2013, e adota outras providências.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Deixamos de apresentar a declaração de adequação orçamentária em razão da proposição acima referida não implicar em aumento de despesas.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

Desembargador **CLAYTON CAMARGO**
Presidente do Tribunal de Justiça



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça
Gabinete Deputado PEDRO LUPION



PARECER

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o Projeto de Lei nº 289/2013, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná que *DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA FUNCIONAL DO QUADRO DE PESSOAL DO 1º GRAU DE JURISDIÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ, COM INCLUSÃO DE DISPOSITIVO NA LEI ESTADUAL Nº 17.528, DE 26 DE MARÇO DE 2013, E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

Relator: *DEPUTADO PEDRO LUPION*

I - RELATÓRIO

O presente Projeto de Lei (PL) n. 289/2013, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, tem por objetivo dispor sobre a estrutura funcional do quadro de pessoal do 1º grau de jurisdição do Poder Judiciário do Estado do Paraná, com inclusão de dispositivo na Lei Estadual nº 17.528, de 26 de março de 2013.

De acordo com a justificativa apresentada pelo Autor do PL, o que se busca é regularizar o quadro de pessoal do Poder Judiciário, de forma a ajustar as distorções decorrentes de antigos enquadramentos, conforme o protocolo n. 179.827/2013.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça
Gabinete Deputado PEDRO LUPION



Desta forma é proposta modificações na Lei Estadual nº 17.528/13, redirecionando cargos comissionados criados pelas Leis Estaduais nº 15.831/08, nº 16.957/2011 e nº 17.215/2012, na estrutura da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná para o 1º Grau de Jurisdição.

Alega que a medida visa ajustar o percentual de cargos em comissão providos com servidores ocupantes de cargos efetivos, em cumprimento à determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) emanada da ata de inspeção realizada no ano de 2009.

Assim, a medida se faz necessária para ajustar as contratações antigas aos quadros de pessoal estruturados atualmente, é pertinente o redirecionamento dos cargos de Técnicos Judiciário, Oficial Judiciário, Auxiliar Judiciário II e III agrupados à Secretaria por força da Lei Estadual nº 11.719/97, porém, originários de testes seletivos e concursos públicos realizados nas próprias Comarcas.

Por fim, frisa que a proposta não acarreta aumento no gasto de pessoal, e por consequência não apresenta impacto financeiro, motivo pelo qual deixa de apresentar a relação de gastos exigida na Lei de Responsabilidade Fiscal.

O PL em apreço foi aprovado por unanimidade pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em sessão realizada no dia 10 de junho de 2013.

É O RELATÓRIO.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça
Gabinete Deputado PEDRO LUPION



II - VOTO

Conforme venho reiteradamente afirmando nos pareceres por mim exarados nesta Comissão de Constituição e Justiça¹, ao interpretar a sua competência regimental², o controle de Constitucionalidade preventivo por ela realizado não fica restrito somente em seus aspectos formais³, mas também materiais⁴ a luz da Constituição Estadual, Constituição Federal e do ordenamento jurídico em um modo geral.

Esta análise se presta justamente para se evitar a introdução de Leis conflitantes em nosso ordenamento, evitando

¹ A Comissão de Constituição e Justiça cumpre o papel de realizar o controle de constitucionalidade preventivo, próprio do nosso sistema, cuja importância remonta aos princípios basilares do Estado de Direito, pois é através dele que se evitam as arbitrariedades contra os cidadãos e se colocam limites ao poder estatal. Acerca do controle constitucional preventivo realizado pelo Poder Legislativo, V. Pedro LANZA, o qual menciona que: *'O Legislativo verificará, através de suas comissões de constituição e justiça, se o projeto de lei, que poderá virar lei, contém algum vício a ensejar a sua inconstitucionalidade'*. (LANZA, Pedro. DIREITO CONSTITUCIONAL, 16ª.Ed. rev. atual. e ampl. São Paulo:Saraiva, 2012, p. 256)

² Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

³ A inconstitucionalidade em nível formal ocorrerá quando observar-se o oposto disto; podendo incluir não apenas vícios no procedimento em si, mas também vícios de competência, abrangendo normas criadas por pessoas sem legitimidade para legislar em função de óbice imposto pela Constituição Federal. Acerca do assunto V. Alexandrino, Marcelo. Paulo, Vicente. *Resumo de direito constitucional descomplicado*. 2. ed. São Paulo: Método, 2009. p. 300 e ainda, Cf. menciona Pedro LANZA, em relação a constitucionalidade/inconstitucionalidade formal: *'[...] a inconstitucionalidade formal propriamente dita decorre da inobservância do devido processo legislativo'*. (LANZA, Pedro. Op. cit. p. 252)

⁴ Em relação a constitucionalidade material V. LANZA, Pedro. Op. cit. p.254, o qual menciona que: *'[...] o vício material (de conteúdo, substancial ou doutrinário diz respeito à 'matéria', ao conteúdo do ato normativo. Assim, aquele ato normativo que afronta qualquer preceito ou princípio da Lei Maior deverá ser declarado inconstitucional, por possuir um vício material.'*



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça
Gabinete Deputado PEDRO LUPION



preventivamente qualquer conflito quer seja jurídico e/ou social e assim garantido a integridade do ordenamento jurídico.

Sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos Nossos).

Ainda, sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifos Nossos).

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A Constituição Federal estabelece que compete privativamente ao Tribunal de Justiça propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juizes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça
Gabinete Deputado PEDRO LUPION



Art. 96. Compete privativamente:

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver;

Corroborando deste entendimento a Constituição Estadual:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembleia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhe forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I da Constituição Federal;

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira, uma vez que não se observa aumento de despesas.

Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Quanto à técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto do projeto, estando todos de acordo com as normas impostas



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça
Gabinete Deputado PEDRO LUPION



pela Lei Complementar nº 95, de 26/2/98, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26/4/01.

É O VOTO.

III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei N. 289/2013, de autoria do PODER EXECUTIVO em virtude de sua constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa.

Sala das Comissões, 16 de julho de 2013.

Deputado CAITO QUINTANA
Presidente em Exercício

Deputado PEDRO LUPION
Relator

APROVADO

16/07/13

Dep. CURI



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 289/13

RELATÓRIO

O Plano de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Justiça – Ofício nº 657/2013-GP, dispõe sobre a estrutura funcional do Quadro de Pessoal do 1º Grau de Jurisdição do Poder Judiciário do Estado do Paraná, com inclusão de dispositivo na Lei estadual nº 17.528, de 26 de março de 2013, e adota outras providências.

Inicialmente observamos que a matéria foi encaminhada a douda Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Alexandre Curi exarou o devido parecer favorável.

FUNDAMENTAÇÃO

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em questão a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida à análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta pelo Tribunal de Justiça objetiva regularizar o quadro de pessoal de forma a ajustar as distorções decorrentes de antigos enquadramentos, conforme protocolo nº 179.827/2013.

Insta ressaltar que em relação a questão do impacto financeiro e orçamentário que é tratado na Lei Complementar Federal nº 101/00, (Lei de Responsabilidade Fiscal), a proposta não vem acompanhada da declaração de adequação orçamentária, em razão da alteração constante do Projeto em tela, não ocasionar aumento de despesas.

[Assinaturas manuscritas]



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



CONCLUSÃO

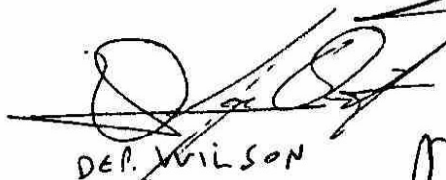
Desta forma, opina-se pela Aprovação do Projeto em questão, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

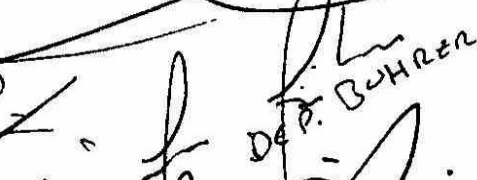
É o parecer.


Sala das Comissões, 14/08/13

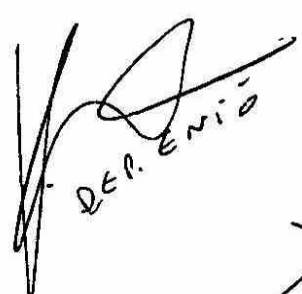

DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE



DEPUTADO WALDYR PUGLIESI
RELATOR



DEP. WILSON


DEP. BÜHREN


DEP. LUPION


DEP. ENIO


DEP. PR. EDSON


DEP. ACIOLLI

ANTEPROJETO DE LEI 350/13

SÚMULA: Altera notas das Tabelas Anexas do Regimento de Custas do Estado do Paraná – Lei nº 6.149/70, o § 2º do artigo 3 e o artigo 4º da Lei nº 13.611/02 e os incisos VIII e XX do artigo 3º da Lei nº 12.216/98.

Art. 1.º Ficam alteradas as notas 2 da Tabela I, nota 10 da Tabela IX e nota única da tabela X do Regimento de Custas do Estado do Paraná – Lei Estadual nº 6.149/70, passando a vigorar com a seguinte redação:

"ANEXO

TABELA I

DOS ATOS DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

...
Nota 2 – A arrecadação total será recolhida ao Fundo da Justiça.

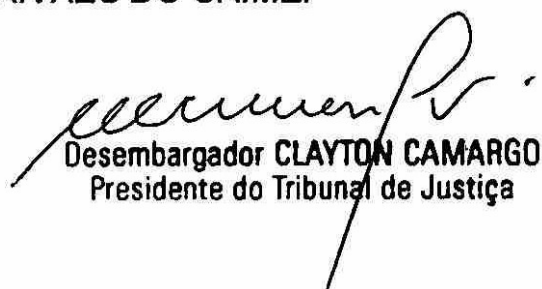
TABELA IX

ATOS DOS ESCRIVÃES DO CÍVEL, FAMÍLIA E DA FAZENDA.

...
NOTA 12 – As custas processuais dos Juizados Especiais Cíveis correspondem a 50% (cinquenta por cento) dos valores apontados no item I e a sua arrecadação será recolhida ao Fundo da Justiça.

TABELA X

ATOS DOS ESCRIVÃES DO CRIME.

...

Desembargador CLAYTON CAMARGO
Presidente do Tribunal de Justiça



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



NOTA – As custas processuais nos Juizados Especiais Criminais correspondem a 50% (cinquenta por cento) dos valores apontados no item III, letra “a” e a sua arrecadação será recolhida ao Fundo da Justiça.”

Art. 2.º Fica alterada a redação do § 2.º do art. 3.º e o art. 4.º da Lei n.º 13.611/2002, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3.º (...)

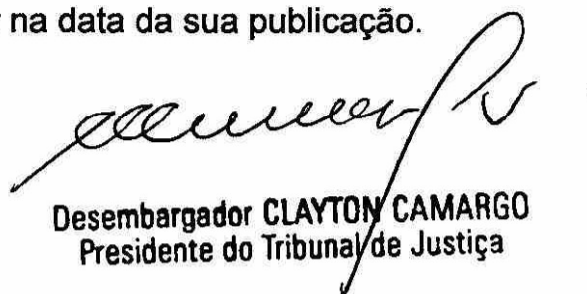
...

§ 2.º Se desprovido ou não conhecido, uma vez transitada em julgado a decisão, o valor deverá ser transferido, desde logo, mediante guia, para a conta do Fundo da Justiça.

Art. 4.º As custas processuais, previstas nos incisos II, III, IV e V do art. 1.º, e incisos I e II do art. 2.º, bem como as custas recursais nos Juizados Especiais, serão recolhidas por ocasião do preparo ao Fundo da Justiça.”

Art. 3.º Ficam revogados os incisos VIII e XX do art. 3º da Lei 12.216, de 15 de julho de 1998.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.


Desembargador CLAYTON CAMARGO
Presidente do Tribunal de Justiça



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei dispõe exclusivamente sobre a destinação ao Fundo da Justiça das custas judiciais dos Juizados Especiais e do 2º Grau, não promovendo qualquer reajuste ou majoração das custas judiciais.

Atualmente, as custas processuais dos Juizados Especiais e do 2º Grau de jurisdição vem sendo destinadas ao Funrejus.

Contudo, desde o advento da Lei nº 15.942, de 03 de setembro de 2008, esses valores já poderiam estar sendo recolhidos para o Fundo da Justiça, observando-se o disposto no inciso I do art. 3º da lei anteriormente citada:

"Art. 3.º Constituem receitas do Fundo da Justiça:

I – o produto da arrecadação das custas dos atos judiciais praticados pelos serviços estatizados, conforme as leis de processo e do Regimento de Custas estabelecidos pela Lei n.º 6.149/70, de 09 de setembro de 1970, com as suas alterações posteriores."

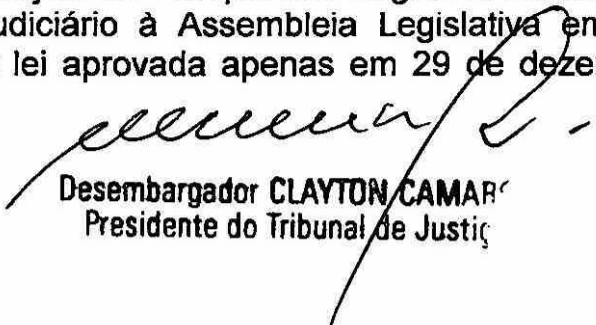
Ocorre que os serviços prestados pela Secretaria deste Tribunal e nos Juizados Especiais também são estatizados (Juizados Autônomos).

Excetua-se a esta hipótese o caso dos juizados adjuntos, em que o escrivão cível ou seu substituto não percebe vencimentos pelos cofres públicos, bem como no caso dos titulares de ofícios não integrantes dos Sistemas de Juizados Especiais, nos quais particulares prestam serviço público de forma delegada.

Em consequência, seria correto afirmar que desde a criação do Fundo da Justiça pela Lei n.º 15.942/2008, as custas dessas unidades deveriam lhe ser destinadas, e não mais para o FUNREJUS.

É relevante notar que a Lei n.º 16.741, de 29 de dezembro de 2010, que alterou o valor do "VRC – Valor de Referência Fiscal", manteve previsões anteriores em suas tabelas anexas, onde constava que as custas de atos processuais em 2º Grau e nos Juizados Especiais pertenceriam ao FUNREJUS (v. nota 2, Tabela I, nota 10 da Tabela IX e nota única da Tabela X).

Contudo, isso ocorreu porque o projeto de Lei que deu origem à referida Lei foi encaminhado por este Poder Judiciário à Assembleia Legislativa em 13 de dezembro de 2007, tendo sido a lei aprovada apenas em 29 de dezembro de 2010.


Desembargador CLAYTON CAMAR
Presidente do Tribunal de Justiça



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

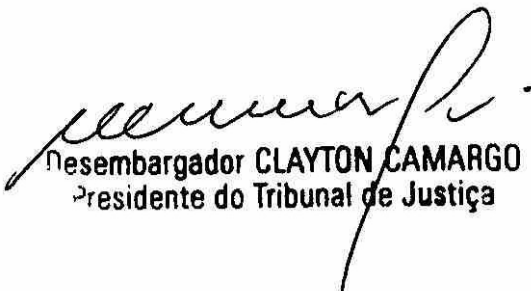


Portanto, observa-se que o Projeto de Lei nº 862/2007, que previa a alteração dos valores do "VRC – Valor de Referência Fiscal", foi elaborado em período anterior a criação do Fundo da Justiça do Poder Judiciário, cuja lei de criação é de 03 de setembro de 2008, sem que fossem realizados os ajustes necessários em razão da criação superveniente do Fundo da Justiça.

Desta forma, mostra-se essencial corrigir as distorções antes relatadas.

A alteração conforme proposta no anteprojeto de lei em anexo, contou com a aprovação, por unanimidade de votos, do egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em sessão realizada no dia 08 de julho de 2013.

Em razão da aludida alteração não implicar em aumento de despesas, deixamos de apresentar a respectiva declaração.


Desembargador CLAYTON CAMARGO
Presidente do Tribunal de Justiça

ANEXO

TABELA I

DOS ATOS DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA E ALÇADA SECRETARIAS

	R\$
I – recursos interpostos para o Tribunal de Justiça ou de Alçada e para os Tribunais Superiores	25,00
II – reclamações, correições parciais e conflitos de competência	25,00
III – mandado de Segurança	25,00
IV – ação Rescisória – 4% sobre o valor da causa:	
mínimo.....	13,00
máximo.....	60,00
V – deserção	25,00
VI – alvarás, Ofícios, Editais e Translados	
a) uma folha	5,00
b) por folha que exceder	1,50
VII – carta Precatória, Carta de Ordem, Carta Rogatória e Carta de Sentença.....	22,50

Obs. A esse valor será acrescido o montante necessário para o porte posta devido para a devolução.

Nota 1 – Nos demais processos originários e nos casos omissos serão cobradas as mesmas custas fixadas para primeira instância.

Nota 2 – A arrecadação total será recolhida ao Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário – FUNREJUS.

TABELA II

ATOS DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA E ALÇADA SECRETÁRIOS

	R\$
I – certidões	
a) pela primeira folha	5,00
b) por folha que exceder	1,50
II – registros de Diplomas de bacharéis ou cartas De doutores em direito	10,00
III – autenticação de cópias reprográficas extraídas de processos arquivados ou em andamentos na secretaria.	1,50

Nota – A arrecadação total dos atos acima mencionados, será recolhida ao Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário – FUNREJUS

TABELA III

**ATOS DA PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
 SECRETÁRIO**

	R\$
I - certidões:	
a) pela primeira folha	5,00
b) por folha que exceder	1,50
II - autenticação de cópias reprográficas extraídas De processos arquivados ou em andamento na secretaria.	1,50

NOTA - A arrecadação total dos atos acima mencionados será recolhida ao Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná - FUEMP/PR.

TABELA VII

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

	R\$
I - ao Ministério Público Estadual, no feitos em que intervém, inclusive notariais e registrais	3,00

NOTA - A arrecadação total dos atos acima mencionados, será recolhida ao Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná - FUEMP/PR.

TABELA IX

I - arrolamentos, inventários, sobre partilhas, partilha de bens, embargos, processos com procedimento especial de jurisdição voluntária, de conhecimento (incluindo procedimentos especiais de jurisdição contenciosa), incidentes procedimentais, mandados de segurança, medidas cautelares, alvarás, retificações, processos de execuções em geral, execuções de sentenças, separações, divórcios e dissolução da sociedade conjugal, alimentos em geral reconvenções, falências, concordatas, restituição de mercadoria, extinção de obrigações, recursos, exceções e demais ações, as mesmas custas previstas na atual tabela XIX do regimento.

II - buscas cada 10 anos, autuação..66,66 VRCs
 e desarquivamento de processos.

III - certidões extraídas de autos, livros ou documentos, e por ofício, edital, e alvará expedido.

Primeira folha66,66 VRCs
 Por folha que exceder20,00 VCRs

IV - conferencia e reprodução, cópia, ou via de qualquer papel com o original; conferência e conserto de traslado ou pública forma, avisos e publicações
 de avisos20,00VRCs

V - cartas Precatórias:

- recebidas, pelo respectivo cumprimento, quando para notificação, intimação ou citação exceto diligência, condução e porte postal devido pela devolução.....1.000,00 VRCs.
- recebidas, pelo respectivo cumprimento para atos executivos ou avaliação de bens, pagamento de impostos expedidas em processos de inventário, arrolamento e partilha de bens em processos de execuções em geral, prisão, inquirição, perícia e busca e apreensão-metade das custas previstas no item I, mais porte postal.

- c) expedida, para o respectivo cumprimento, além do porte postal, quando houver66,66 VRCs

VI – por carta sentença300,00 VRCs
rogatória e mandado de averbação.

VII – por carta de Adjudicação e formal de partilha expedido..... 1.000,00 VRCs

- a) carta de arrematação, Remissão e requisitória de pagamento, as mesmas custas previstas no item I.

VIII – separações, divórcios,2.400,00 VRCs

Conversões e dissoluções de sociedade conjugal.

- a) havendo bens, acrescentam-se as custas previstas no item I.

IX – declaração de habitação de crédito:

- a) prazo no – 25% das custas taxadas no item I;

- b) retardatária ou impugnação de crédito – 50% das custas taxadas no item I.

X – procedimentos administrativos, justificações, protestos, notificações, interpelações,600,00 VRCs

NOTA 1 – Nos processos de inventários, arrolamentos sobre partilhas e partilhas de bens, as custas serão calculadas sobre o valor integral dos bens objetos dos mesmos.

NOTA 2 – As custas processuais não poderão ser dispensadas, parceladas ou negociadas sem a expressa concordância de seus favorecidos.

NOTA 3 – Nos processos em geral, o cálculo das custas incidirá sobre o valor legal da ação devidamente corrigido, devendo ser observado, para efeito e atribuição ao valor da causa, o contido nos arts. 258, 259 e 260m do CPC.

NOTA 4 – O recolhimento contido no CPC referente as custas devidas pelos atos praticados seguirá os critérios da Lei vigente.

NOTA 5 – As custas decorrentes das ações com o benefício da gratuidade processual, tomarão por base a presente tabela, devendo ser obedecida o art. 1º, IV, da Constituição Estadual.

NOTA 6 – As custas remanescentes deverão ser pagas antes do julgamento da causa e sobre elas incidirão correção monetária e juros na forma de lei, a partir de sua inadimplência, podendo as partes devedoras serem inscritas no banco de dados dos ofícios distribuidores.

NOTA 7 – As custas dos processos de alvarás, serão cobradas na proporção de 50% das previstas no item I.

NOTA 8 – Fica revogado o art. 43 da Lei nº 6.149/70.

NOTA 9 – Na renovação de inventários por morte do cônjuge ou herdeiro, as custas serão acrescidas de mais de 10%.

NOTA 10 – Ficam mantidas as tabelas de custas, com as modificações a que se refere o art. 49, da Lei nº 6.149/70, com a redação introduzida pela resolução nº 7/95, do Egrégio Tribunal de Justiça e do art. 1º da Lei nº 11.960/97 e as constantes da presente Lei, com módulo unitário do valor de referência de custas, a partir da presente data, igual a 0,105.

NOTA 11 – Os encargos decorrentes da transcrição de gravação de fita magnética dos Juizados Especiais serão cobrados conforme o item V letra "A".

NOTA 12 – As custas processuais dos Juizados Especiais Cíveis correspondem a 50% (cinquenta por cento) dos valores apontados no item I e a sua arrecadação será recolhida ao Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário – FUNREJUS.

NOTA 13 – Ficam revogados todos os outros itens e notas, constantes da Tabela IX do Regimento de Custas dos Atos Judiciais e as disposições em contrário.

TABELA X

- (...)
III - processos em espécie:
a)
b) (....)

NOTA - As custas processuais nos Juizados Especiais Criminais correspondem a 50% (cinquenta por cento) dos valores apontados no item III, letra "a" e a sua arrecadação será recolhida ao Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário

SECRETARIA DE
ESTADO DE GOVERNO

Sistema Estadual de Legislação



Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato

Página para Impressão

Lei 13611 - 04 de Junho de 2002

Alterado Compilado Original

Publicado no Diário Oficial nº. 6243 de 5 de Junho de 2002

Súmula: Dispõe sobre as tabelas I, II, III, VII, IX e X do regimento dos atos judiciais e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º do Artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1º. As custas processuais nos Juizados Especiais Cíveis, conforme estabelecem o artigo 51, § 2º, o artigo 54, § único e o artigo 55, inciso I, II e III da Lei Federal nº 9.099 de 26 de setembro de 1995 são devidas nas seguintes hipóteses:

I - no preparo do recurso inominado, que compreenderá todas as despesas, inclusive as dispensadas em primeiro grau;

II - na extinção do processo motivada pelo não comparecimento do autor;

III - quando reconhecida a litigância de má-fé, tanto no processo de conhecimento quanto no de execução;

IV - quando os embargos do devedor forem julgados improcedentes;

V - quando se tratar de execução de sentença que tenha sido objeto de recurso desprovido do devedor.

Art. 2º. As custas processuais, nos Juizados Especiais Criminais, são devidas nas hipóteses:

I - de descumprimento da composição civil;

II - de decisão condenatória.

Art. 3º. As custas processuais estabelecidas no art. 1º, inciso I, serão depositadas em caderneta de poupança à disposição do Juízo.

§ 1º. se provido o recurso, após o trânsito em julgado da decisão, será devolvido ao recorrente o valor que lhe couber.

§ 2º. Se desprovido ou não conhecido, uma vez transitado em julgado a decisão, o valor deverá ser transferido, desde logo, mediante guia, para a conta do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS.

Art. 4º. As custas processuais, previstas nos incisos II, III, IV e V do art. 1º e incisos I e II do art. 2º, bem como as custas recursais nos Juizados Especiais, serão recolhidas por ocasião do preparo ao Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS.

Art. 5º. As custas processuais no Juizados Especiais Cíveis serão calculadas nos percentuais de 50% (cinquenta por cento) dos valores estipulados na Tabela IX, item I, do Regimento de Custas.

Art. 6º. As custas processuais no Juizados Especiais Criminais serão calculadas no percentual de 50% (cinquenta por cento) dos valores estipulados na Tabela X, item III, letra "a" do Regimento de Custas.

Art. 7º. Os encargos decorrentes da transcrição de gravação de fitas magnéticas serão cobrados em valor igual ao constante na letra "a" do item V da Tabela IX do Regimento de Custas.

Art. 8º. As Tabelas II, III e VII do Regimento de Custas dos Atos Judiciais, referidas no art. 49 da

~~Lei 6.149/70 ficam restabelecidas e passam a vigorar conforme anexo.~~

Art. 8º. As Tabelas II e III do Regimento de Custas dos Atos Judiciais, referidas no artigo 49, da Lei nº 6.149/70, ficam restabelecidas e passam a vigorar conforme anexo.
(Redação dada pela Lei 16648 de 06/12/2010)



Art. 9º. As Tabelas I, IX e X do Regimento de Custas dos Atos Judiciais a que se refere o art. 49 da Lei 6.149/70, atualizadas pela Lei nº 11.960/97, passam a vigorar conforme anexo.

Art. 10. Fica revogado o art. 43 da Lei nº 6.149/70.

Art. 11. Está Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 04 de junho de 2002.

Hermas Brandão
Presidente

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

ANEXOS:

Exibir	Descrição
	anexo2874_929.pdf

© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



SECRETARIA DE
ESTADO DE
GOVERNO





Lei 12216 - 15 de Julho de 1998

Publicado no Diário Oficial nº. 5292 de 15 de Julho de 1998

Súmula: Cria o "Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário" - FUNREJUS e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 3º. Constituem-se receitas do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário: (vide ADIN 2143-5) (vide ADIN 2059-5)

VIII - as custas decorrentes dos atos do Tribunal de Justiça, fixadas no respectivo Regimento;
(Redação dada pela Lei 15338 de 22/12/2006)

XX - as custas decorrentes da aplicação do artigo 51, § 2º, do artigo 54, parágrafo único e do artigo 55, incisos I, II e III, da Lei Federal nº 9.099, de 26 de setembro de 1995;

(Redação dada pela Lei 12604, de 02/07/1999)



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Curitiba, 30 de julho de 2013.
Of. nº 741/2013-GP

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em 28/08/2013.

Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

Senhor Presidente:

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em 12 AGO. 2013

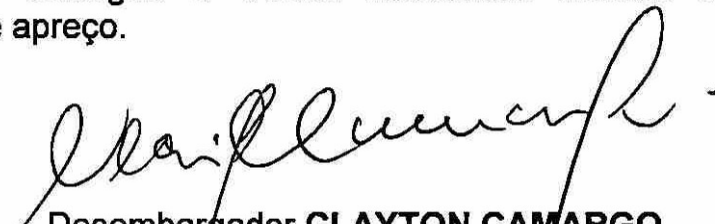
1º Secretário

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que altera notas das Tabelas Anexas do Regimento de Custas do Estado do Paraná – Lei nº 6.149/70, o § 2º do artigo 3 e o artigo 4º da Lei nº 13.611/02 e os incisos VIII e XX do artigo 3º da Lei nº 12.216/98.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Deixamos de apresentar a declaração de adequação orçamentária em razão da proposição acima referida não implicar em aumento de despesas.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.


Desembargador **CLAYTON CAMARGO**
Presidente do Tribunal de Justiça



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 350/13

Projeto de Lei nº. 350/13

Autor: Tribunal de Justiça

Súmula: Altera notas das Tabelas Anexas do Regimento de Custas do Estado do Paraná – Lei nº 6.149/70, o § 2º do artigo 3 e o artigo 4º da Lei nº 13.611/02 e os incisos VIII e XX do artigo 3º da Lei nº 12.216/98.

EMENTA: ALTERAÇÃO DE LEGISLAÇÃO REFERENTE AO RECOLHIMENTO DE CUSTAS EM RELAÇÃO A ESTATIZAÇÃO DAS SERVENTIAS ESTADUAIS. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 24 E 98 DA CF. ART. 13 DA CE. ARTS. 33 E 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. SEM ALTERAÇÃO FINANCEIRA. REGULARIDADE COM LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. ADEQUAÇÃO ÀS LEIS ESTADUAIS 14.277/2003 E 15.942/2008. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

Trata-se de projeto de lei que regulamenta a destinação das custas judiciais ao Fundo da Justiça – FUNJUS, em especial com relação àquelas custas referente aos Juizados Especiais e do 2º Grau.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Com o advento da criação do FUNJUS, as custas que se referem aos atos processuais praticados em pelas serventias estatizadas deveriam ser recolhidas ao FUNJUS, oque atualmente não ocorre, uma vez que se prestam ao FUNREJUS.

A aprovação do projeto em comento possibilitará a adequação legislativa de recolhimento dos valores de custas judicias à Legislação vigente.

Assim, em sede de análise prévia, não fora encontrado qualquer vício de ilegalidade ou constitucionalidade passível de rejeição do mesmo, como se demonstrará a seguir.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no **artigo 33 - A, I do Regulamento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A – Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifos Nossos).

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos Nossos).



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



É de competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal dispor sobre custas forenses, conforme o artigo 24, inciso IV, da Constituição Federal, determina:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

IV - custas dos serviços forenses;

Simetricamente, traz a Constituição Estadual o seguinte:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

(...)

IV - custas dos serviços forenses;

Ademais, a Constituição Federal aduz que as custas e emolumentos serão destinados exclusivamente ao custeio dos serviços afetos às atividades específicas da Justiça:

Art. 98. A União, no Distrito Federal e nos Territórios, e os Estados criarão:

(...)

§ 2º As custas e emolumentos serão destinados exclusivamente ao custeio dos serviços afetos às atividades específicas da Justiça.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Corrobora deste entendimento a Constituição
Estadual:

Art. 96. Lei de Organização e Divisão Judiciárias, de iniciativa do Tribunal de Justiça, disporá sobre a estrutura e funcionamento do Poder Judiciário do Estado e a carreira de magistratura, observados os seguintes princípios:

(...)

XVII - as custas e emolumentos serão destinados exclusivamente ao custeio dos serviços afetos às atividades específicas da Justiça;

A Lei Estadual nº 14.277 de 30 de dezembro de 2003 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná), em seu art. 1º, §§5º e 6º, assim dispõe:

Art. 1º. Este Código dispõe sobre a Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná e disciplina a constituição, a estrutura, as atribuições e a competência do Tribunal de Justiça, dos Juízes e Serviços Auxiliares, observados os princípios constitucionais que os regem.

(...)

§ 2º. Além dos princípios referidos no parágrafo anterior, também se aplicam à presente lei, os seguintes:

(...)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



VIII - modicidade das custas e emolumentos.

(...)

§ 5º. Ficam estatizadas as serventias do foro judicial, inclusive as criadas por esta lei, respeitados os direitos dos atuais titulares.

Com o advento da Lei Estadual nº 15.942/2008, houve então a criação do Fundo da Justiça – FUNJUS, com suas diretrizes e finalidades especificadas em seus artigos inaugurais, vejamos:

Art. 1º. Fica criado o Fundo da Justiça, do Poder Judiciário do Estado do Paraná, com a finalidade de dar cumprimento ao processo de estatização das serventias do foro judicial, em observância ao estabelecido no artigo 31 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal e no artigo 1º, parágrafos 5º e 6º, da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

Art. 2º. O Fundo da Justiça – FUNJUS tem por objetivo prover os recursos orçamentários e financeiros necessários à execução das despesas decorrentes do processo de estatização, neste compreendida a recomposição dos servidores do Quadro de Pessoal das unidades estatais do 1º Grau de Jurisdição do Estado do Paraná.
(Redação dada pela Lei 17217 de 09/07/2012)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



A possibilidade de destinar as arrecadações realizadas atualmente ao FUNREJUS para o FUNJUS se legitima quando analisada conjuntamente com artigo 3º da legislação supra mencionada:

Art. 3º. Constituem receitas do Fundo da Justiça:

I - o produto da arrecadação das custas dos atos judiciais praticados pelos serviços estatizados, conforme as leis de processo e do Regimento de Custas estabelecido pela Lei nº 6.149/70, de 09 de setembro de 1970, com as suas alterações posteriores;

Na forma apresentada, desde o advento da Lei Estadual 15.942/08, a possibilidade de se destinar as arrecadações realizadas pelas serventias estatizadas ao FUNJUS se encontra legalmente amparada, porém, somente neste momento se regulamenta tal situação.

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, tendo em vista que não implicará em aumento de despesas, vislumbrando a competência legislativa do Tribunal de Justiça para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

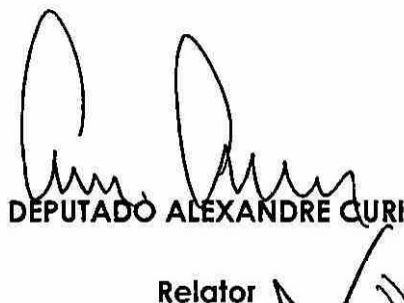


CONCLUSÃO

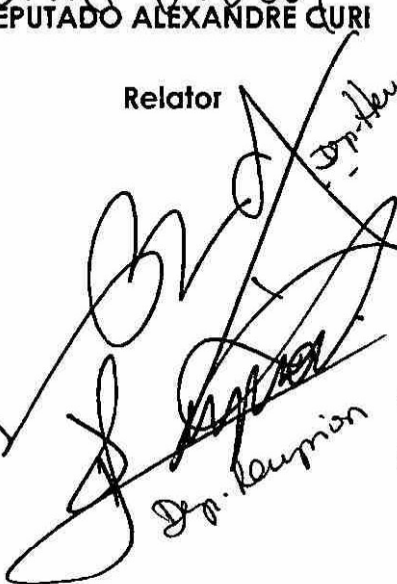
Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 20 de agosto de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
Presidente


DEPUTADO ALEXANDRE CURI
Relator


Dep. Paulo Sérgio
Dep. Nereu


Dep. Kaupman


Dep. Turini
Dep. Francisco
Dep. Pastor

APROVADO

20/08/13



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 350/13

RELATÓRIO

O Projeto de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Justiça – Ofício nº 741/2013-GP, e altera as notas das Tabelas Anexas do Regimento de Custas do Estado do Paraná – Lei nº 6.149/70, o parágrafo 2º do artigo 3º e o artigo 4º da Lei nº 13.611/02 e os incisos VIII e XX do artigo 3º da Lei nº 12.216/98.

Inicialmente observamos que a matéria foi encaminhada a douda Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Alexandre Curi exarou o devido parecer favorável, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

FUNDAMENTAÇÃO

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em questão a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida à análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta pelo Tribunal de Justiça objetiva exclusivamente sobre a destinação ao Fundo da Justiça das custas judiciais dos Juizados Especiais e do 2º Grau, não promovendo qualquer reajuste ou majoração das custas judiciais.

Insta ressaltar que em relação a questão do impacto financeiro e orçamentário que é tratado na Lei Complementar Federal nº 101/00, (Lei de Responsabilidade Fiscal), a proposta não vem acompanhada da declaração de adequação orçamentária, em razão da



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

aludida alteração constante do Projeto em tela, não implicar em aumento de despesas.

Contudo, deve-se apresentar Emenda Modificativa no *caput* do art. 1º do referido Plano de Lei, com o objetivo de adequar o texto na parte que se refere a “NOTA 12” da TABELA IX, constante do corpo do art. 1º, ao “caput” do mesmo artigo, onde por equívoco consta (nota 10 da Tabela IX).

CONCLUSÃO

Desta forma, opina-se pela Aprovação do Projeto em questão, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**, com a inclusão da Emenda Modificativa em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, 28/08/13

DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE

DEPUTADO ENIO VERRI
RELATOR

DEP. WILSON

DEP. BOMBA
DEP. AR. EDSON

DEP. PUGLIESE

DEP. LUDION



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 350/13

Altera a redação do “caput” do art.
1º do Projeto de Lei nº 350/13.

Com fulcro no que autoriza o artigo 137 do Regimento Interno dessa Assembleia Legislativa, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Modificativa para que no *caput* do artigo 1º, **onde se lê nota 10, leia-se nota 12**, passando a ter a seguinte redação:

Art. 1º. O art.1º do Projeto de Lei nº 257/2013, passa a contar com a seguinte redação:

“Art. 1º. Ficam alteradas as notas 2 da Tabela I, **nota 12** da Tabela IX e nota única da tabela X do Regimento de Custas do Estado do Paraná – Lei Estadual nº 6.149/70, passando a vigorar com a seguinte redação.”

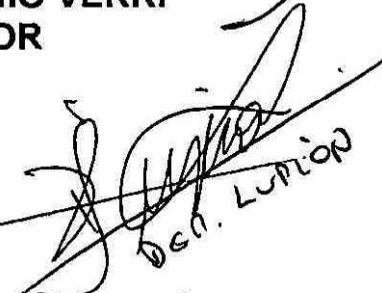
Sala das Comissões, em 28/06/13

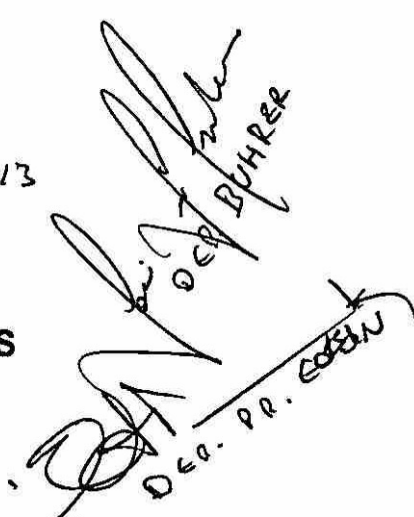

DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO ENIO VERRI
RELATOR


DEN. WILSON


DEN. PUBLIOSI


DEN. LÚCIO


DEN. P. R. EDEN



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 350/2013

Projeto de Lei nº 350/2013

Emenda Modificativa apresentada pela Comissão de Finanças

Súmula: Altera notas das Tabelas Anexas do Regimento de Custas do Estado do Paraná – Lei nº. 6.149/70, o § 2º do artigo 3 e o artigo 4º da Lei nº. 13.611/02 e os incisos VIII e XX do artigo 3º da Lei nº. 12.216/98.

EMENTA: EMENDA MODIFICATIVA. POSSIBILIDADE. ART. 137 E 141 DO REGIMENTO INTERNO DA ALEP. POSSIBILIDADE. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO DA EMENDA NA FORMA DA SUBEMENDA EM ANEXO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Tribunal de Justiça, tem por objetivo alterar as notas das Tabelas Anexas do Regimento de Custas do Estado do Paraná – Lei nº. 6.149/70, o § 2º do artigo 3 e o artigo 4º da Lei nº. 13.611/02 e os incisos VIII e XX do artigo 3º da Lei nº. 12.216/98.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Ocorre que, em data de 28 de agosto de 2013, a Comissão Permanente de Finanças exarou parecer favorável, na forma de emenda modificativa. Por esta razão, é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência. (grifo nosso).



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



No entanto, verifica-se que a emenda ora em tela necessita de pequenas retificações no que tange aspectos formais, apresentando-se assim, uma subemenda em anexo.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, por estarem presentes todos os requisitos legais, opina-se pela **APROVAÇÃO** da **Emenda Modificativa** apresentada pela Comissão de Finanças na forma da SUBEMENDA EM ANEXO.

Sala das Comissões, 10 setembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ALEXANDRE CURI
RELATOR


APROVADO

10/09/13 



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



SUBEMENDA À EMENDA MODIFICATIVA DA COMISSÃO DE FINANÇAS AO PROJETO DE LEI Nº350/2013

De acordo com o que determina os artigos 137, §4º e 138 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, modifica-se a redação da emenda modificativa, alterando-se a súmula, o artigo 1º e a nota 12 da tabela IX, que passam a contar com a seguinte redação:

SÚMULA: Altera notas das Tabelas Anexas do Regimento de Custas do Estado do Paraná – Lei nº 6.149/70, **alterada em seus anexos pela Lei nº 16.741/10**, o § 2º do artigo 3º e o artigo 4º da Lei nº 13.611/02, e **revoga os incisos VIII e XX do artigo 3º da Lei nº 12.216/98.**

Art. 1.º Ficam alteradas as notas 2 da Tabela I, nota 10 da Tabela IX e nota única da tabela X do Regimento de Custas do Estado do Paraná – Lei Estadual nº 6.149/70, **alterada em seus anexos pela Lei nº 16.741/10**, passando a vigorar com a seguinte redação:

(...)

TABELA IX

...

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº Centro Cívico - Curitiba – Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



NOTA 10 – As custas processuais dos Juizados Especiais Cíveis correspondem a 50% (cinquenta por cento) dos valores apontados no item I e a sua arrecadação será recolhida ao Fundo da Justiça.

Sala da Comissões, 10 de setembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ALEXANDRE CURTI
RELATOR


Dep. Scaroni


Dep. Carlos


Dep. Lúcio


Dep. Toledo


Dep. Ruy


Dep. Roberto


Dep. Pires


Dep. Gomes


Dep. Pastor



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria de Assistência ao Plenário

INFORMAÇÃO Nº 15/13 - DAP



Protocolo: 6833/2013

Interessado: TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Assunto: Correção dos Anexos do PL 350/2013.

- I. A Subemenda da Comissão de Constituição e Justiça constatou a necessidade de retificações no que tange a aspectos formais no Projeto de Lei nº 350/2013, de autoria do Tribunal de Justiça;
- II. A Súmula foi alterada, bem como o art. 1º do Projeto. Todavia, em razão das modificações ocorridas pela alteração da Lei nº 6.149/1970, promovida pela Lei nº 16.741/2010, os Anexos correspondentes deverão ser adequados para que o Projeto prossiga corretamente em sua tramitação.
- III. À Diretoria Legislativa.

Atenciosamente,

Curitiba, 13 de setembro de 2013.


Maria Joaquina Faria de Paula (KIKÁ)
Assessora de Diretoria DAP

De acordo.


Lucília Felicidade Dias
Diretora de Assistência ao Plenário



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



INFORMAÇÃO

- I. Em cumprimento ao despacho exarado pela Diretoria de Plenário, informamos a juntada dos ANEXOS correspondentes com as devidas adequações para que o Projeto retome sua tramitação normal.
- II. Retorne à Diretoria Legislativa

Atenciosamente,

Curitiba, 23 de setembro de 2013.

Rodrigo Erasmo de Melo
Coord. Jurídico CCJ

TABELA I

DOS ATOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SECRETARIAS

I. Recursos interpostos para o Tribunal de Justiça ou para os Tribunais Superiores	R\$ 33,50
II. Reclamações, Correções Parciais e Conflitos de Competência	R\$ 33,50
III. Mandado de Segurança	R\$ 33,50
IV. Ação rescisória - 4% (quatro por cento) sobre o valor da causa:	
Mínimo.....	R\$ 17,42
Máximo.....	R\$ 80,39
V. Deserção	R\$ 33,50
VI. Alvarás, Ofícios, Editais e Traslados:	
a) uma folha.....	R\$ 6,70
b) por folha que exceder.....	R\$ 2,01
VII. Carta Precatória, Carta de Ordem, Carta Rogatória e Carta de Sentença	R\$ 30,15

OBS: A este valor será acrescido o montante necessário para o porte postal devido para a devolução.

NOTAS:

1. Nos demais processos originários e nos casos omissos serão cobradas as mesmas custas fixadas para a Primeira Instância.

2. A arrecadação total será recolhida ao Fundo da Justiça.

...

TABELA IX

ATOS DOS ESCRIVÃES DO CÍVEL, FAMÍLIA E DA FAZENDA

- I** – Arrolamentos, Inventários, Sobrepartilhas, Partilha de bens
 Embargos
 Processos de procedimento especial de jurisdição voluntária
 Processos de conhecimento (incluindo procedimentos especiais de jurisdição contenciosa)
 Incidentes procedimentais
 Mandados de segurança
 Medidas cautelares
 Alvarás

Retificações

Processos de execução em geral, inclusive de sentença

Separações, Divórcios e Dissolução da sociedade conjugal

Alimentos em geral

Reconvenções

Falências, Concordatas, Recuperação Judicial e Restituição de mercadoria

Extinção de obrigações

Recursos, Exceções e

Demais ações

VRC	R\$	VRC	R\$	CPC
Até 21.000,00	2.961,00	1.500,00	211,50	Vide nota 6
Até 25.200,00	3.553,20	1.700,00	239,70	"
Até 29.400,00	4.145,40	1.800,00	253,80	"
Até 33.600,00	4.737,60	1.900,00	267,90	"
Até 37.800,00	5.329,80	2.100,00	296,10	"
Até 42.000,00	5.922,00	2.300,00	324,30	"
Até 46.200,00	6.514,20	2.500,00	352,50	"
Até 50.400,00	7.106,40	2.700,00	380,70	"
Até 54.600,00	7.698,60	2.900,00	408,90	"
Até 58.800,00	8.290,80	3.000,00	423,00	"
Até 63.000,00	8.883,00	3.100,00	437,10	"
Até 67.200,00	9.475,20	3.200,00	451,20	"
Até 71.400,00	10.067,40	3.400,00	479,40	"
Até 75.600,00	10.659,60	3.600,00	507,60	"
Até 79.800,00	11.251,80	3.800,00	535,80	"
Até 84.000,00	11.844,00	4.000,00	564,00	"
Até 88.200,00	12.436,20	4.200,00	592,20	"
Até 92.400,00	13.028,40	4.400,00	620,40	"
Até 96.600,00	13.620,60	4.600,00	648,60	"
Até 100.800,00	14.212,80	4.800,00	676,80	"
Até 105.200,00	14.833,20	5.000,00	705,00	"
Até 109.600,00	15.453,60	5.200,00	733,20	"
Até 114.000,00	16.074,00	5.400,00	761,40	"
Até 118.400,00	16.694,40	5.600,00	789,60	"
Até 122.800,00	17.314,80	5.800,00	817,80	"

II- Buscas, cada 10 anos..... = 66,66 VRC = R\$ 9,40
Autuação..... = 66,66 VRC = R\$ 9,40
Desarquivamento de processos..... = 66,66 VRC = R\$ 9,40

III - Certidões extraídas de autos, livros ou
Documentos, e por ofício, edital e
alvará expedido:
Primeira folha..... = 66,66 VRC = R\$ 9,40
Por folha que exceder..... = 20,00 VRC = R\$ 2,82

IV - Conferência de reprodução, cópia, ou via de
qualquer papel com o original; conferência
e conserto de traslado ou pública forma,
avisos e publicações de avisos..... = 20,00 VRC = R\$ 2,82

V – Cartas Precatórias:

a-) **recebidas**, pelo respectivo cumprimento, quando para notificação, intimação ou citação, exceto diligência, condução e porte postal devido pela devolução..... = 1.000,00 VRC = R\$ 141,00

b-) **recebidas**, pelo respectivo cumprimento para atos executivos ou avaliação de bens, pagamento de impostos expedidas em processos de inventário, arrolamento e partilha de bens em processos de execuções em geral, prisão, inquirição, perícia e busca e apreensão:
.....**metade** das custas previstas no item I, mais porte postal.

c-) **expedida**, para o respectivo cumprimento, além do porte postal, quando houver..... = 66,66 VRC = R\$ 9,40

VI- Carta de Sentença..... = 300,00 VRC = R\$ 42,30
Rogatória..... = 300,00 VRC = R\$ 42,30
Mandado de Averbação..... = 300,00 VRC = R\$ 42,30

VII- Por carta de adjudicação e formal de partilha expedido..... = 1.000,00 VRC = R\$ 141,00

a-) carta de arrematação, remissão e requisitório de pagamento:as mesmas custas previstas no item I.

VIII- Separações e Divórcios..... = 2.400,00 VRC = R\$ 338,40
Conversões e dissoluções de sociedade conjugal..... = 2.400,00 VRC = R\$ 338,40

a-) havendo bens, acrescentam-se as custas previstas no item I.

IX – Declaração de habilitação de crédito:

a) no prazo:..... 25% das custas taxadas no item I.
b) retardatária ou impugnação de crédito:.... 50% das custas taxadas no item I.

X – Procedimentos administrativos..... = 600,00 VRC = R\$ 84,60
Justificações..... = 600,00 VRC = R\$ 84,60
Protestos..... = 600,00 VRC = R\$ 84,60
Notificações..... = 600,00 VRC = R\$ 84,60
Interpelações..... = 600,00 VRC = R\$ 84,60

NOTAS:

1. Nos processos de inventários, arrolamentos, sobre partilhas e partilha de bens, as custas serão calculadas sobre o valor integral dos bens objetos dos mesmos.
2. As custas processuais não poderão ser dispensadas, parceladas ou negociadas sem a expressa concordância de seus favorecidos.
3. Nos processos em geral, o cálculo das custas incidirá sobre o valor legal da ação devidamente corrigido, devendo ser observado, para efeito e atribuição ao valor da causa, o contido nos arts. 258, 259 e 260 do CPC.
4. O recolhimento contido no CPC referente às custas devidas pelos atos praticados seguirá os critérios da Lei vigente.
5. As custas decorrentes das ações com o benefício da gratuidade processual tomarão por base a presente tabela, devendo ser obedecido o art. 1º, IV, da Constituição Estadual.
6. As custas remanescentes deverão ser pagas antes do julgamento da causa e sobre elas incidirão correção monetária e juros na forma de lei, a partir de sua inadimplência, podendo as partes devedoras serem inscritas no banco de dados dos ofícios distribuidores.
7. As custas dos processos de alvarás, serão cobradas na proporção de 50% das previstas no item I.
8. Na renovação de inventários por morte do cônjuge ou herdeiro, as custas serão acrescidas de mais 10%.
9. Os encargos decorrentes da transcrição de gravação de fita magnética dos Juizados Especiais serão cobrados conforme o item V letra "A".

10. As custas processuais dos Juizados Especiais Cíveis correspondem a 50% (cinquenta) por cento dos valores apontados no item I e a sua arrecadação será recolhida ao Fundo da Justiça.

TABELAX

ATOS DOS ESCRIVÃES DO CRIME

	VRC	R\$
I. Questões prejudiciais: Exceções; Conflitos de Jurisdição; Medidas Assecuratórias; Incidentes de Falsidade; Perícias em Geral; Reconhecimento de Pessoas e de Coisas; Buscas e Apreensão; Interdição de Direitos e Medidas de Segurança.....		
Fiança.....	100,00	14,10
	120,00	16,92
II. Restauração de autos extraviados ou destruídos.	200,00	28,20
III. Processos em espécie:		
a) Que obedeçam ao rito do Livro II, Título I, Capítulos I e III, do Código de Processo Penal.....	200,00	28,20
b) Que obedeçam ao rito do Livro II, Título I, Capítulo II do mesmo Código:		
1º) Até a pronúncia,		

inclusive.....	100,00	14,10
2º) Da pronúncia até o		
Julgamento.....	100,00	14,10
c) Que obedecem ao rito do Livro II, Título II, Capítulo V, do referido Código.....	160,00	22,56
IV. Recursos:		
a) Embargos de Terceiro em Sequestro	200,00	28,20
b) Em Sentido Estrito, Apelação e Protesto por novo Júri.....	200,00	28,20
V. Incidentes de Execução:		
Livramento Condicional, inclusive revogação e reabilitação.....	60,00	8,46
VI. Certidões:		
primeira folha	40,00	5,64
por folha que exceder	3,00	0,42
VII. Buscas: cada 10 (dez) anos ou fração	2,00	0,28
VIII. Autenticações.....	2,00	0,28

NOTA - As custas processuais nos Juizados Especiais Criminais correspondem a 50% (cinquenta por cento) dos valores apontados no item III, letra "a" e a sua arrecadação será recolhida ao Fundo da Justiça.

OBS.: Esta tabela está isenta do recolhimento do CPC, conforme Lei n.º 10.546/93.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



~~ANEXO~~ PROJETO DE LEI Nº 427/13

SÚMULA: Transfere a Comarca de Marechal Cândido Rondon, da Jurisdição da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Foz do Iguaçu para a Jurisdição da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Cascavel.

Art. 1º Fica transferida a Comarca de Marechal Cândido Rondon, da Jurisdição da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Foz do Iguaçu para a Jurisdição da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Cascavel, que passa a ter competência com relação aos processos de Execuções Penais, e Corregedoria dos Presídios oriundos da referida Comarca de Marechal Cândido Rondon.

Art. 2º Fica alterado o Anexo VIII da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paulo

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277/2003
JURISDIÇÃO DAS VARAS DE EXECUÇÕES PENAIS
ANEXO VIII

Nº	JURISDIÇÃO DA VEP DE CURITIBA	JURISDIÇÃO DA VEP DE CASCAVEL	JURISDIÇÃO DA VEP DE FRANCISCO BELTRÃO	JURISDIÇÃO DA VEP DE FOZ DO IGUAÇU	JURISDIÇÃO DA VEP DE GUARAPUAVA	JURISDIÇÃO DA VEP DE LONDRINA	JURISDIÇÃO DA VEP DE MARINGÁ	JURISDIÇÃO DA VEP DE CRUZEIRO DO OESTE	JURISDIÇÃO DA VEP DE PONTA GROSSA
1	Almirante Tamandaré	Campina da Lagoa	Amépe	Assis Chateaubriand	Cândido de Abreu	Andirá	Alto Paraná	Alto Piquiri	Arapoti
2	Antonina	Capitão Leônidas Marques	Barracão	Formosa do Oeste	Cantagalo	Apucarana	Astorga	Altônia	Castro
3	Araucária	Cascavel	Capitania	Foz do Iguaçu	Guarapuava	Arapongas	Barbosa Ferraz	Campo Mourão	Curiúva
4	Bocaiúva do Sul	Catanduvas	Clevelândia	Matefândia	Irati	Assaí	Colorado	Cianorte	Imbituva
5	Campina Grande do Sul	Corbélia	Chopinzinho	Medianeira	Iretama	Bandeirantes	Engenheiro Beltrão	Cidade Gaúcha	Ipiranga
6	Campo Largo	Guaraniaçu	Coronel Vivida	Palotina	Mallet	Bela Vista do Paraíso	Jandaia do Sul	Cruzeiro do Oeste	Jaguariaíva
7	Cerro Azul	Laranjeiras do Sul	Dois Vizinhos	Santa Helena	Manoel Ribas	Cambará	Mandaguacu	Goioerê	Ortigueira
8	Colombo	Marechal Cândido Rondon	Francisco Beltrão	São Miguel do Iguaçu	Palmítil	Cambé	Mandaguari	Guaíra	Palmeira
9	Curitiba	Quedas do Iguaçu	Mangueirinha	Ubiratã	Pinhão	Carapólis	Mariaiva	Icaraima	Pirat do Sul
10	Fazenda Rio Grande	Toledo	Marmeleiro		Pitanga	Centenário do Sul	Maringá	Iporã	Ponta Grossa
11	Guaratuba		Palmas		Prudentópolis	Congonhinhas	Nova Esperança	Loanda	Sengés
12	Lapa		Pato Branco		Rebouças	Cornélio Procopio	Nova Londrina	Mamborê	Siqueira Campos
13	Matinhos		Realeza		Reserva	Faxinal	Paraiso do Norte	Peabiru	Teixeira Soares
14	Morretes		Salto do Lontra		São João do Triunfo	Grandes Rios	Paranacity	Pérola	Telemaco Borba
15	Paranaguá		Santo Antônio do Sudoeste		São Mateus do Sul	Ibaiti	Paranavaí	Santa Isabel do Ivaí	Tibagi
16	Pinhais		São João		União da Vitória	Ibiporã	Santa Fé	Terra Roxa	Tomazina
17	Piraquara					Ivaiporã	São João do Ivaí	Umuarama	Wenceslau Braz
18	Portal do Paraná					Jacarezinho	Sarandi	Xambrê	
19	Rio Branco do Sul					Jaguapitã	Terra Boa		
20	Rio Negro					Joaquim Távora	Terra Rica		
21	São José dos Pinhais					Londrina			
22						Marilândia do Sul			
23						Nova Fátima			
24						Porecatu			
25						Primeiro de Maio			
26						Ribeirão Claro			
27						Ribeirão do Pinhal			
28						Rolândia			
29						Santa Mariana			
30						Santo Antônio da Platina			
31						São Jerônimo da Serra			
32						Sertãozinho			
33						Uraí			



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



JUSTIFICATIVA

O presente anteprojeto de Lei, oriundo do protocolado sob nº 136.047/2012, tem por objetivo a alteração da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, no âmbito da composição de seu Anexo VIII.

A proposição transfere a Comarca de Marechal Cândido Rondon, da Jurisdição da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Foz do Iguaçu para a Jurisdição da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Cascavel.

A Comarca de Marechal Cândido Rondon, atualmente pertencente à Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Foz do Iguaçu, é integrada por outros cinco municípios - Mercedes, Quatro Pontes, Pato Bragado, Entre Rios do Oeste e Nova Santa Rosa. Tem população de 71.670 habitantes e uma população carcerária de aproximadamente 120 detentos, 95% dos quais acusados de tráfico de entorpecentes.

A distância rodoviária entre as cidades de Marechal Cândido Rondon e Foz do Iguaçu é de 224 Km (duzentos e vinte e quatro quilômetros), enquanto entre as cidades de Marechal Cândido Rondon e Cascavel é de apenas 86 Km (oitenta e seis quilômetros).

Deste modo, objetivando a redução de gastos públicos no deslocamento de presos, e, sobretudo, a facilitação do acesso dos jurisdicionados, com uma prestação jurisdicional mais célere e eficiente, mostra-se adequada a presente alteração.

Importante ressaltar também que a proposta ora aprovada não representará sobrecarga à Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Cascavel, pois recentemente, por meio da Lei Estadual nº 17.185, de 12 de junho de 2012, ela teve retirada de sua jurisdição os processos oriundos das Comarcas de Clevelândia, Magueirinha e Palmas, que passaram a ser de competência da Vara de Execuções Penais da Comarca de Francisco Beltrão.

A proposta para que a Vara de Execuções Penais da Comarca de Cascavel passe a ter competência com relação aos processos oriundos de Marechal Cândido Rondon recebeu parecer favorável da douta Comissão de Organização e Divisão Judiciárias, em Sessão realizada em 1º de julho de 2013.

Submetida a matéria à apreciação do colendo Órgão Especial, na sessão realizada no dia 26 de agosto último passado, por unanimidade de votos, foi aprovada a transferência.

Não haverá impacto financeiro com a presente proposta, tendo em vista tratar-se apenas de transferência de Jurisdição, razão pela qual deixamos de apresentar a declaração de adequação orçamentária e financeira exigidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Guilherme



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Curitiba, 10 de setembro de 2013.
Of. nº 901/2013-GP

I - À DAP para leitura no expediente.
II - À DL para providências.

Em, 12/05/2013

Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 16 SET. 2013

1º Secretário

Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que propõe a transferência da Comarca de Marechal Cândido Rondon, da Jurisdição da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Foz do Iguaçu para a Jurisdição da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Cascavel.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Deixamos de apresentar a declaração de adequação orçamentária em razão da proposição acima referida não implicar em aumento de despesas.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

Des.^a DULCE MARIA CECCONI
Presidente do Tribunal de Justiça, em exercício



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 427/13

Projeto de Lei nº. 427/13
Autor: Tribunal de Justiça

Súmula: Transfere a Comarca de Marechal Cândido Rondon, da Jurisdição da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Foz do Iguaçu para a Jurisdição da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Cascavel.

EMENTA: TRANSFERÊNCIA DE COMARCA JURISDIÇÃO - EXECUÇÕES PENAIS. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. IMPACTO FINANCEIRO DEVIDAMENTE ANEXADO EM CUMPRIMENTO À LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Tribunal de Justiça visa amenizar os custos de transferência de presos quando necessário, vez que a distância rodoviária entre as cidades de Marechal Cândido Rondon e Foz do Iguaçu é de cerca de 224 Km, enquanto de Marechal Cândido Rondon até Cascavel é de apenas 86 Km.

Conforme apresentado em Justificativa, não haverá custos na alteração que se está propondo, nem tampouco sobrecarga à Vara de Execuções Penais da Comarca de Cascavel.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Por todo o analisado, não há óbice quanto à legalidade e constitucionalidade do projeto em questão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores."

Acerca da iniciativa de apresentação de Leis a que se refere o projeto em questão, oportuno apresentar o conteúdo contido na Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos Nossos).



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



A seguir, apontamos a competência constitucional privativa dos Tribunais para legislar acerca de sua estrutura e funcionamento, nos termos do artigo 96, inciso I, alínea "a" da Carta Magna, senão vejamos:

"Art. 96. Compete privativamente:

I - aos tribunais:

a) eleger seus órgãos diretivos e elaborar seus regimentos internos, com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes, dispondo sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos;

b) organizar suas secretarias e serviços auxiliares e os dos juízos que lhes forem vinculados, velando pelo exercício da atividade correicional respectiva;"
(Grifamos)

A Constituição Estadual estabelece a prerrogativa do Tribunal de Justiça do encaminhamento da alteração da organização e da divisão judiciária para a Assembleia Legislativa do Paraná, sendo o objeto em tela, que vejamos:

"Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembléia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

(...)

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;" (Grifamos)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



No que se refere a uma possível alteração no orçamento do proponente, o Presidente do Tribunal de Justiça assinala em Justificativa encaminhada junto ao projeto em comento, que não haverá impacto financeiro com a presente proposta, razão pela qual deixou de anexar a Declaração do Ordenador de Despesas.

Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência constitucional para propor o presente Projeto de Lei, não havendo qualquer impecílio para sua aprovação diante da análise desta Comissão de Constituição e Justiça.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, em sede de análise prévia, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE**.

Sala das Comissões, 24 setembro de 2013.

DEP. NELSON JUSTUS
Presidente

DEP. NEREU MOURA
Relator

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

24/09/13



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 427/13

RELATÓRIO

O Projeto de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Justiça – Ofício nº 901/2013-GP, e propõe a transferência da Comarca de Marechal Cândido Rondon, da Jurisdição da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Foz do Iguaçu para a Jurisdição da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Cascavel.

Inicialmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Nereu Moura exarou o devido parecer favorável, em virtude de sua legalidade e constitucionalidade.

FUNDAMENTAÇÃO

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em questão a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida à análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta pelo Tribunal de Justiça objetiva a redução de gastos públicos no deslocamento de presos, bem como a facilitação do acesso dos jurisdicionados, tendo em vista que a distância entre as cidades de Marechal Cândido Rondon e Foz do Iguaçu é de 224 Km, enquanto que entre as cidades de Marechal Cândido Rondon e Cascavel é de 86 Km.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

Vale observar ainda que, o Projeto em questão está em sintonia com o art. 96, inciso I, alínea "a", e também com o art. 101, ambos da Constituição do Estado do Paraná.

Insta ressaltar que em relação a questão do impacto financeiro e orçamentário que é tratado na Lei Complementar Federal nº 101/00, (Lei de Responsabilidade Fiscal), a proposta não vem acompanhada da declaração de adequação orçamentária, em razão do aludido Projeto de Lei, não implicar em aumento de despesas e sim apenas na transferência de Jurisdição.

CONCLUSÃO

Desta forma, opina-se pela Aprovação do Projeto em questão, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 02/10/13

DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE

DEPUTADO ELIO RUSCH
RELATOR

DER. PROF. L. G. L. L.

DER. PR. EDSON
DER. DUTRA PER



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI 456/13

Súmula: Estima a Receita e Fixa a Despesa para o exercício financeiro de 2014.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte Lei:**

SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES COMUNS

Art. 1º Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício financeiro de 2014, compreendendo:

- I - Os Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta;
- II - O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista.

SEÇÃO II DA ESTIMATIVA DA RECEITA

Art. 2º A Receita Total apresenta a previsão da Receita Bruta, no montante de R\$ 43.746.461.920,00 (quarenta e três bilhões, setecentos e quarenta e seis milhões, quatrocentos e sessenta e um mil, novecentos e vinte reais), e as deduções para a formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, no valor de R\$ 4.153.593.700,00 (quatro bilhões, cento e cinquenta e três milhões, quinhentos e noventa e três mil e setecentos reais), ficando a despesa fixada no montante da Receita Líquida prevista em R\$ 39.592.868.220,00 (trinta e nove bilhões, quinhentos e noventa e dois milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, duzentos e vinte reais).

Parágrafo único. A Receita será realizada mediante a arrecadação de Tributos e o ingresso de Outras Receitas Correntes e de Capital, conforme dispõe o art. 41 da Lei Estadual nº 17.631, 22 de julho de 2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias–2014) e a Legislação Estadual nas especificações do Anexo I e de acordo com o seguinte desdobramento:



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

EM R\$ 1,00

1. RECEITAS DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO BRUTAS	R\$ 38.860.103.660
1.1. RECEITAS CORRENTES	R\$ 36.427.197.820
1.2. RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 2.432.905.840
2. RECEITAS DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO LÍQUIDAS	R\$ 34.706.509.960
2.1. RECEITAS CORRENTES – BRUTA	R\$ 36.427.197.820
2.2. DEDUÇÕES PARA O FUNDEB (-)	R\$ 4.153.593.700
2.3. RECEITAS CORRENTES – LÍQUIDAS PARA A FIXAÇÃO DA DESPESA	R\$ 32.273.604.120
2.4. RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 2.432.905.840
3. RECEITAS PRÓPRIAS DE RECOLHIMENTO DESCENTRALIZADO DAS AUTARQUIAS, FUNDAÇÕES, ÓRGÃOS DE REGIME ESPECIAL, FUNDOS, EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA DEPENDENTES (EXCLUSIVE TRANSFERÊNCIAS DO TESOUREO ESTADUAL)	R\$ 2.494.951.310
3.1. RECEITAS CORRENTES	R\$ 1.874.195.820
3.2. RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 620.755.490
4. RECEITAS PRÓPRIAS DE RECOLHIMENTO DESCENTRALIZADO DAS EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA, PARA O ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO (EXCLUSIVE TRANSFERÊNCIAS DO TESOUREO ESTADUAL)	R\$ 2.391.406.950
4.1. RECEITAS CORRENTES	R\$ 1.688.962.670
4.2. RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 702.444.280
5. TOTAL DA RECEITA BRUTA	R\$ 43.746.461.920
6. TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA PARA FIXAÇÃO DA DESPESA	R\$ 39.592.868.220
6.1 RECEITAS CORRENTES – BRUTA	R\$ 39.990.356.310
6.2 DEDUÇÕES PARA O FUNDEB (-)	R\$ 4.153.593.700
6.3 RECEITAS CORRENTES LÍQUIDAS PARA FIXAÇÃO DA DESPESA	R\$ 35.836.762.610
6.4 RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 3.756.105.110

Art. 3º A previsão de Receitas do Tesouro inclui os efeitos financeiros da alteração na legislação tributária, de acordo com a legislação vigente.

§ 1º As despesas condicionadas à aprovação da respectiva alteração na legislação são identificadas por fonte específica nos Quadros de Detalhamento de Despesa.

§ 2º Na estimativa da Receita foram excluídos os valores referentes ao diferimento ou à benefícios fiscais, concedidos aos contribuintes de impostos estaduais, consoante determina o art. 14, inciso I da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.



SEÇÃO III DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º Os Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, discriminados no Anexo III, estimam a Receita Líquida em R\$ 37.201.461.270,00 (trinta e sete bilhões, duzentos e um milhões, quatrocentos e sessenta e um mil, duzentos e setenta reais), e fixam a Despesa em igual valor.

Art. 5º O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, compreendendo as Receitas Próprias e as Receitas de Transferências do Estado, está estimado em R\$ 2.522.438.950,00 (dois bilhões, quinhentos e vinte e dois milhões, quatrocentos e trinta e oito mil, novecentos e cinquenta reais), com a despesa fixada em igual importância, conforme detalhamento contido no Anexo IV desta Lei.

Art. 6º Os Resumos dos Demonstrativos da Despesa do Orçamento Geral do Estado, com recursos do Tesouro e de Outras Fontes, constam do Anexo II, integrante desta Lei.

Art. 7º As despesas referentes ao pagamento da Dívida Pública Externa e Interna constam do Anexo III desta Lei, especificadas pelas dotações: 3101.28843999.083 – Encargos Gerais da Dívida Pública Interna e 3101.28844999.084 – Encargos Gerais da Dívida Pública Externa.

Art. 8º A Reserva de Contingência consta do Anexo III desta Lei, na dotação 2501.99999999.900 – Reserva de Contingência, no montante de R\$ 55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de reais)

Art. 9º O Programa de Obras custeado com recursos do Tesouro e de Outras Fontes está detalhado no Anexo V desta Lei.

Art. 10. O Demonstrativo do Orçamento de Seguridade composto pelos Fundos Previdenciários geridos pela PARANAPREVIDENCIA, está contido no Anexo VII desta Lei, conforme determina o art., inciso XI da Lei Estadual nº 17.631, de 2013, que estabeleceu as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2014.

Art. 11. O Anexo de Vinculações de que trata o art. 17, inciso VIII, da Lei Estadual nº 17.631, de 2013 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2014, está apresentado no Anexo VI desta Lei.

SEÇÃO IV DAS CORREÇÕES DOS ORÇAMENTOS

Art. 12. Os valores constantes do Orçamento Geral do Estado estabelecidos a preços de 30 de junho de 2012, serão atualizados antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro que venha a substituí-lo, para o



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 2013, de acordo com o estabelecido no parágrafo único do art. 6º da Lei Estadual nº 17.631, de 2013.

§ 1º O Poder Executivo encaminhará à Assembleia Legislativa, até 20 (vinte) dias após a correção a que se refere o caput deste artigo, as informações sobre o índice utilizado e os valores dos totais por Órgãos, Unidades Orçamentárias e Projetos/Atividades/Operações Especiais.

§ 2º As correções de que trata este artigo não poderão ultrapassar os índices de crescimento da Receita de Arrecadação Própria do Estado, mais as Transferências Federais.

Art. 13. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder trimestralmente, a correção dos valores dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta e do Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e no caso de sua indisponibilidade, de outro indicador de atualização monetária dando ciência à Assembleia Legislativa.

§ 1º As correções de que trata este artigo não poderão ultrapassar os índices de crescimento da Receita de Arrecadação Própria do Estado, mais as Transferências Federais.

§ 2º Os valores decorrentes da aplicação do caput deste artigo poderão ser centralizados, em seu todo ou em parte, na Reserva de Contingência e o retorno para as programações, mediante créditos suplementares, não será computado nas autorizações especificadas no art. 13 desta Lei.

§ 3º No prazo de 15 (quinze) dias após as correções, o Poder Executivo fornecerá ao Poder Legislativo os percentuais utilizados na aplicação deste artigo.

SEÇÃO V

DAS AUTORIZAÇÕES PARA ABERTURA DE CRÉDITOS E AJUSTES DE GRUPO DE FONTES, DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO E OBRAS

Art. 14. Fica o Poder Executivo autorizado no que lhe cabe a:

I - Abrir créditos suplementares para atender despesas com Pessoal e Encargos Sociais, com o pagamento da Dívida Pública, com as Transferências Constitucionais aos Municípios, com Sentenças Judiciais e PASEP, utilizando como recurso as formas previstas no § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II - Abrir créditos suplementares até o limite de 10% (dez por cento), decorrentes do ingresso e do excesso de arrecadação de recursos provenientes de Convênios, de Fontes Vinculadas e de Receitas Próprias das Unidades da Administração Indireta, para



aplicação em programas aprovados por esta Lei, utilizando como recurso as formas previstas no Parágrafo Primeiro do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 1964;

III - Abrir créditos suplementares, nos termos dos incisos I, II, III e IV do Parágrafo Primeiro do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, para cumprimento de Convênios, Acordos Nacionais e com Agentes Financeiros Internacionais, não previstos ou com insuficiência de dotação, tendo como limite o valor anual dos respectivos instrumentos jurídicos celebrados;

IV - Abrir créditos suplementares até o limite de 5% (cinco por cento), do valor global da receita fixada para o exercício de 2014, utilizando como recursos as formas previstas no Parágrafo Primeiro do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, de acordo com o disposto no art. 37 da Lei Estadual nº 17.631, de 22 de julho de 2013 – Lei de Diretrizes Orçamentárias–2014;

V - Proceder até o limite de 20% (vinte por cento) das dotações definidas neste Orçamento, a compensação, conversão ou criação de Grupos de Fontes e de Fontes de recursos ordinários, vinculados ou próprios dos Projetos/Atividades/ Operações Especiais e das Obras, sem lhes alterar o valor global, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta Lei. Não serão computados neste limite os créditos suplementares abertos com base nos itens I, II, III e IV deste artigo;

VI - Alterar as Modalidades de Aplicação, definidas neste Orçamento, por ato da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta Lei;

VII - Alterar o Programa de Obras, orçado nesta Lei em nível de Projetos/ Atividades Orçamentárias, até o limite de 20% (vinte por cento), por Unidades Orçamentárias, custeado com Recursos do Tesouro e de Outras Fontes, desde que tecnicamente justificado. Não serão computados neste limite os créditos adicionais abertos com base nos itens I, II, III e IV deste artigo.

§ 1º Os créditos suplementares, as alterações no Anexo de Obras e as alterações nos Grupos de Fontes e de Fontes, nos Orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário, da Defensoria Pública e do Ministério Público, em decorrência da solicitação dos respectivos Órgãos, não serão computados nos limites estipulados neste artigo.

§ 2º Não serão computados nos limites estipulados neste artigo, os Créditos Adicionais abertos em decorrência de Acórdãos ou determinações congêneres expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado, ou por força de legislação federal expedida pela União.

Art. 15. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos adicionais necessários à implantação do Fundo Estadual de Cultura, se for alterado o art. 230 da Constituição Estadual.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Art. 16. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais necessários a execução de programas financiados, após a assinatura do respectivo contrato, tendo como limite o valor do empréstimo e respectiva contrapartida.

Art. 17. Ficam os Poderes Legislativo e Judiciário, a Defensoria Pública e o Ministério Público autorizados a procederem ajustes nos seus Orçamentos, nos termos da Lei, dando ciência ao Tribunal de Contas e ao Poder Executivo.

Art. 18. Fica automaticamente ajustado o Anexo de Vinculações, em decorrência das alterações orçamentárias procedidas com base nas autorizações contidas nesta Lei.

Art. 19. O Poder Executivo deverá encaminhar à Assembleia Legislativa do Estado, até o décimo quinto dia do encerramento de cada trimestre, demonstrativo de todas as alterações decorrentes do art. 13 desta Lei.

Art. 20. Fica o Poder Executivo autorizado a alienar e/ou permutar os títulos públicos emitidos pelo estado de Santa Catarina e pelos municípios de Osasco (SP) e Guarulhos (SP), dos quais o Estado do Paraná é portador.

SEÇÃO VI DAS CENTRALIZAÇÕES DE RECURSOS

Art. 21. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a centralização das dotações orçamentárias alocadas em diversos programas, com a finalidade de atender a aplicação mínima de recursos em função de determinações constitucionais, ou fixadas em outras legislações, e ainda atender as situações decorrentes da otimização administrativa, em especial as referidas nos artigos 63, 64 e 65 da Lei Estadual nº 8.485, de 03 de junho de 1987, bem como, proceder as suas eventuais descentralizações.

Art. 22. Fica o Poder Executivo autorizado a descentralizar recursos do Fundo Paraná, mediante a abertura de atividades específicas, através de respectivos créditos adicionais, desde que tal descentralização seja previamente autorizada pelo Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia.

Art. 23. Fica o Poder Executivo autorizado a descentralizar os recursos dos Programas Especiais, orçados nesta Lei na Administração Geral do Estado – Recursos Sob Supervisão da SEPL, mediante a abertura de projetos específicos nas Unidades Orçamentárias executoras, por meio de créditos especiais, por ocasião da formalização dos contratos.

SEÇÃO VII DA EXECUÇÃO E MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO

Art. 24. O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, nos termos do título VI, capítulo I, da Lei Federal nº 4.320, de 1964, atendendo somente as disposições constitucionais do art. 100 e do art. 97 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, inserido pela

Emenda Constitucional nº 62, em relação às Receitas Tributárias, definidas no Anexo I desta Lei.

Art. 25. Conforme determina o art. 19 da Lei Estadual 17.631, de 2013, que estabeleceu as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2014, os valores a serem repassados para os Outros Poderes e para o Ministério Público, serão calculados com base na previsão mensal da receita e não com relação ao duodécimo dos valores orçados, compensando no mês seguinte o montante de repasses para mais ou para menos de acordo com a efetiva arrecadação do mês.

SEÇÃO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 26. A Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, no prazo de 20 (vinte) dias da publicação da Lei Orçamentária, divulgará e encaminhará à Assembleia Legislativa do Estado, os Quadros de Detalhamento de Despesa especificando por Projetos/Atividades/Operações Especiais, os elementos de despesa e os respectivos desdobramentos dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores na forma do disposto no art. 12 desta Lei.

Art. 27. Fica o Poder Executivo autorizado a utilizar para fins orçamentários e contábeis, as novas denominações de Órgãos e/ou Unidades decorrentes de alterações legalmente aprovadas após a elaboração desta Lei.

Art. 28. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais no Orçamento Fiscal e Próprio da Administração Indireta e no Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, decorrentes de transformações aprovadas por lei.

Parágrafo único. Se as alterações de que trata o *caput* deste artigo forem aprovadas entre 30 de setembro a 31 de dezembro de 2013, fica o Poder Executivo autorizado a efetuar as modificações orçamentárias delas decorrentes antes do início da execução orçamentária de 2014.

Art. 29. O saldo financeiro, incluindo sua remuneração, verificado em 31.12.2013, proveniente da diferença entre as cotas liberadas de recursos do Tesouro e a despesa empenhada no âmbito do Poder Executivo, deverá ser recolhido ao Tesouro Geral do Estado, impreterivelmente, até 31.01.2014.

Art. 30. As Unidades Orçamentárias da Administração Indireta, do Poder Executivo, compreendendo as Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Empresas Públicas Dependentes e Fundos, deverão recolher ao Tesouro Geral do Estado, até 30 (trinta) dias após o encerramento do Balanço Geral do Estado de 2013, 80% (oitenta por cento) dos respectivos Superávits Financeiros apurados em seus Balanços Patrimoniais do exercício de 2013, conforme disposto no art. 35 da Lei nº 17.631, de 2013.

§ 1º Ficam excluídas das exigências do contido no *caput* deste artigo as seguintes Unidades Orçamentárias: Instituições de Ensino Superior vinculadas à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Fundos Estaduais e a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA.

§ 2º Os recursos obtidos em decorrência da aplicação do disposto no *caput* deste artigo, cuja origem seja de recursos vinculados, deverão ser utilizados em ações prioritárias do Governo Estadual, no Órgão da vinculação de origem, com exceção do disposto no § 1º deste artigo.

Art. 31. Os recursos do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN, repassados ao Departamento de Estradas de Rodagem – DER, para cumprimento da programação apresentada no Anexo III desta Lei, ficam excluídos da exigência contida no art. 6º da Lei Estadual nº 7.811, de 29 de dezembro de 1983, publicada no Diário Oficial do Estado de 30 de dezembro de 1983.

Art. 32. Os recursos destinados à execução de ações voltadas à área de saúde, estão alocados na Unidade Orçamentária Fundo Estadual de Saúde – FUNSAUDE, vinculada à Secretaria de Estado da Saúde, de acordo com as determinações contidas na Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000 e demais normas vigentes.

Art. 33. Esta Lei entra em vigor em 01 de janeiro de 2014.

Palácio do Governo, em 24 de setembro de 2013.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Curitiba, 24 de setembro de 2013.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Excelentíssimo Senhor Presidente e
Excelentíssimos Senhores Deputados,

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em, 30/09/2013

Presidente

Tenho a honra de submeter à consideração dessa Egrégia Assembleia Legislativa, o Anteprojeto de Lei que estima a receita e fixa a despesa do Orçamento Geral do Estado para o exercício de 2014, em conformidade com a Constituição do Estado do Paraná, a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a Lei Estadual nº 17.631, de 22 de julho de 2013, que estabeleceu as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício de 2014, e demais normas legais que regem a matéria.

As propostas orçamentárias dos Órgãos/Unidades do Estado foram compatibilizadas com as orientações e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2014, bem como com o Plano Plurianual 2012 - 2015, para atender aos anseios da população paranaense correspondentes ao exercício de 2014.

O presente Anteprojeto de Lei compreende: os Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta e o Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista Independentes, de acordo com o artigo 133, parágrafo 6º da Constituição Estadual.

O Anteprojeto de Lei compõe-se de: Exposição Justificativa que apresenta informações sobre a situação financeira do Estado, os Anexos contendo resumos sobre a Estimativa de Receita e a Fixação da Despesa, Programa de Trabalho do Orçamento Fiscal e Próprio da Administração Indireta, Orçamento Seguridade, Orçamento de Investimento das Empresas Independentes, Programa de Obras para o exercício e demonstrativo das Vinculações Constitucionais e Legais.

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
N/CAPITAL

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.
Em, 30 SET. 2013
Manoel
1º Secretário



PARANÁ


GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Na previsão da receita foram excluídos os valores decorrentes de diferimento ou de benefícios fiscais concedidos a contribuintes de impostos estaduais, conforme determina o art. 14, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e o art. 41, inciso II, da Lei nº 17.631, de 22 de julho de 2013, que estabeleceu as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2014.

Atendendo ao disposto na Lei Complementar Federal nº 141/2012, que regulamentou a Emenda Constitucional nº 29, foram consideradas despesas com ações e serviços públicos de saúde, alocadas no FUNSAÚDE, àquelas pautadas estritamente conforme preceituado no art. 3º da referida Lei Complementar.

O Poder Executivo, por meio da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, estará à disposição dessa Egrégia Assembleia Legislativa, para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossas Excelências as expressões de minha mais alta consideração e apreço.



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 456/13

Trata-se de Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2014, oriundo da mensagem do Poder Executivo nº 110/13.

Ao Projeto de Lei original foram apresentadas 1664 emendas, sendo 1347 à despesa, 177 ao conteúdo programático e 36 ao texto da Lei.

Foram acolhidas, segundo critérios estabelecidos por este relator, as emendas individuais à despesa tecnicamente corretas até o limite de R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais) para todas as áreas. As emendas coletivas totalizaram 104.

Os critérios foram erigidos com base em dados técnicos e legais. Tais elementos mereceram acatamento por parte deste Relator com vistas a tornar efetiva e concreta a implementação do conteúdo das proposições dos Senhores Deputados.

As emendas à despesa perfizeram um montante de R\$ 53.976.020,00 (cinquenta e três milhões, novecentos e setenta e seis mil e vinte reais), sendo atendidas por cancelamentos, na mesma importância, apontados por esta Comissão em dotação consignada na proposta do Executivo, preservando ao máximo o valor original.

Salienta-se que naquele montante não estão inclusas emendas coletivas pactuadas nas diversas reuniões da Comissão. As emendas coletivas perfizeram um total de R\$ 293.594.000,00 (duzentos e noventa e três milhões, quinhentos e noventa e quatro mil reais), as quais poderão ser pagas se houver excesso de receita com impostos ou de superávit financeiro apurados em balanço, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964.

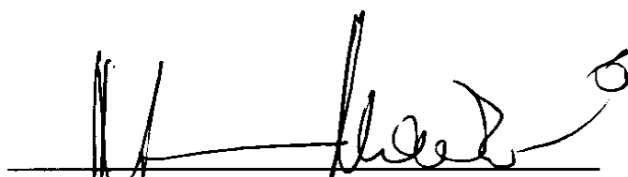
É de se notar que ao acatar 1347 emendas à despesa, 177 ao conteúdo programático e 33 ao texto da Lei, respeitou-se a prerrogativa constitucional dos Senhores Deputados de acompanhamento e fiscalização da peça orçamentária.



Na Emenda Substitutiva Geral, este Relator entendeu por bem alterar o artigo 14 do texto original, o que trata das autorizações para Abertura de Créditos e Ajustes de Grupo de Fontes, de Modalidade de Aplicação e Obras. As alterações visam restringir as delegações concedidas ao Poder Executivo, respeitando-se a competência parlamentar para a plena realização do ideal democrático através do respeito ao princípio da representação popular, o que só acontecerá através da apresentação de emendas, e se concretizará pelo acatamento das mesmas obedecendo-se à técnica peculiar do processo classificatório.

Assim, somos **FAVORÁVEIS À APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, nos termos da Emenda Substitutiva Geral apresentada em anexo.

Sala das Comissões, em 18 de novembro de 2013.



DEPUTADO NEREU MOURA
Presidente

DEPUTADO ELIO RUSCH
Relator



COMISSÃO DE ORÇAMENTO

SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 456/13

SÚMULA: Estima a Receita e Fixa a Despesa
para o exercício financeiro de 2014.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES COMUNS

Art. 1º Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício financeiro de 2014, compreendendo:

- I - os Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta;
- II - o Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista.

SEÇÃO II

DA ESTIMATIVA DA RECEITA

Art. 2º A Receita Total apresenta a previsão da Receita Bruta, no montante de R\$ 43.746.461.920,00 (quarenta e três bilhões, setecentos e quarenta e seis milhões, quatrocentos e sessenta e um mil, novecentos e vinte reais), e as deduções para a formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, no valor de R\$ 4.153.593.700,00 (quatro bilhões, cento e cinquenta e três milhões, quinhentos e

[Assinaturas manuscritas]



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY



noventa e três mil e setecentos reais), ficando a despesa fixada no montante da Receita Líquida prevista em R\$ 39.592.868.220,00 (trinta e nove bilhões, quinhentos e noventa e dois milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, duzentos e vinte reais).

Parágrafo único. A Receita será realizada mediante a arrecadação de Tributos e o ingresso de Outras Receitas Correntes e de Capital, conforme dispõe o art. 41 da Lei Estadual nº 17.631 22 de julho de 2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias – 2014) e a Legislação Estadual nas especificações do Anexo I e de acordo com o seguinte desdobramento:

EM R\$ 1,00

1.	RECEITAS DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO BRUTAS	R\$	38.860.103.660
1.1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	36.427.197.820
1.2.	RECEITAS DE CAPITAL	R\$	2.432.905.840
2.	RECEITAS DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO LÍQUIDAS	R\$	34.706.509.960
2.1.	RECEITAS CORRENTES – BRUTA	R\$	36.427.197.820
2.2.	DEDUÇÕES PARA O FUNDEB (-)	R\$	4.153.593.700
2.3.	RECEITAS CORRENTES – LÍQUIDAS PARA A FIXAÇÃO DA DESPESA	R\$	32.273.604.120
2.4.	RECEITAS DE CAPITAL	R\$	2.432.905.840
3.	RECEITAS PRÓPRIAS DE RECOLHIMENTO DESCENTRALIZADO DAS AUTARQUIAS, FUNDAÇÕES, ÓRGÃOS DE REGIME ESPECIAL, FUNDOS, EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA DEPENDENTES (EXCLUSIVE TRANSFERÊNCIAS DO TESOUREO ESTADUAL)	R\$	2.494.951.310
3.1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	1.874.195.820
3.2.	RECEITAS DE CAPITAL	R\$	620.755.490
4.	RECEITAS PRÓPRIAS DE RECOLHIMENTO DESCENTRALIZADO DAS EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA, PARA O ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO (EXCLUSIVE TRANSFERÊNCIAS DO TESOUREO ESTADUAL)	R\$	2.391.406.950
4.1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	1.688.962.670
4.2.	RECEITAS DE CAPITAL	R\$	702.444.280
5.	TOTAL DA RECEITA BRUTA	R\$	43.746.461.920
6.	TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA PARA FIXAÇÃO DA DESPESA	R\$	39.592.868.220
6.1	RECEITAS CORRENTES – BRUTA	R\$	39.990.356.310
6.2	DEDUÇÕES PARA O FUNDEB (-)	R\$	4.153.593.700
6.3	RECEITAS CORRENTES LÍQUIDAS PARA FIXAÇÃO DA DESPESA	R\$	35.836.762.610
6.4	RECEITAS DE CAPITAL	R\$	3.756.105.110



Art. 3º A previsão de Receitas do Tesouro inclui os efeitos financeiros da alteração na legislação tributária, de acordo com a legislação vigente.

§ 1º As despesas condicionadas à aprovação da respectiva alteração na legislação são identificadas por fonte específica nos Quadros de Detalhamento de Despesa.

§ 2º Na estimativa da Receita foram excluídos os valores referentes ao diferimento ou à benefícios fiscais, concedidos aos contribuintes de impostos estaduais, consoante determina o art. 14, inciso I da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

SEÇÃO III

DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º Os Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, discriminados no Anexo III, estimam a Receita Líquida em R\$ 37.201.461.270,00 (trinta e sete bilhões, duzentos e um milhões, quatrocentos e sessenta e um mil, duzentos e setenta reais), e fixam a Despesa em igual valor.

Art. 5º O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, compreendendo as Receitas Próprias e as Receitas de Transferências do Estado, está estimado em R\$ 2.522.438.950,00 (dois bilhões, quinhentos e vinte e dois milhões, quatrocentos e trinta e oito mil, novecentos e cinquenta reais), com a despesa fixada em igual importância, conforme detalhamento contido no Anexo IV desta Lei.

Art. 6º Os Resumos dos Demonstrativos da Despesa do Orçamento Geral do Estado, com recursos do Tesouro e de Outras Fontes, constam do Anexo II, integrante desta Lei.

3



Art. 7º As despesas referentes ao pagamento da Dívida Pública Externa e Interna constam do Anexo III desta Lei, especificadas pelas dotações: 3101.28843999.083 – Encargos Gerais da Dívida Pública Interna e 3101.28844999.084 – Encargos Gerais da Dívida Pública Externa.

Art. 8º A Reserva de Contingência consta do Anexo III desta Lei, na dotação 2501.99999999.900 – Reserva de Contingência, no montante de R\$ 55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de reais)

Art. 9º O Programa de Obras custeado com recursos do Tesouro e de Outras Fontes está detalhado no Anexo V desta Lei.

Art. 10. O Demonstrativo do Orçamento de Seguridade composto pelos Fundos Previdenciários geridos pela PARANAPREVIDENCIA está contido no Anexo VII desta Lei, conforme determina o art. 17, inciso XI da Lei Estadual nº 17.631, de 2013, que estabeleceu as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2014.

Art. 11. O Anexo de Vinculações de que trata o art. 17, inciso VIII, da Lei Estadual nº 17.631, de 2013 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2014, está apresentado no Anexo VI desta Lei.

SEÇÃO IV

DAS CORREÇÕES DOS ORÇAMENTOS

Art. 12. Os valores constantes do Orçamento Geral do Estado estabelecidos a preços de 30 de junho de 2013, serão atualizados antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro que venha a substituí-lo, para o período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 2013, de acordo com o estabelecido no Parágrafo único do art. 6º da Lei Estadual nº 17.631, de 2013.

§ 1º O Poder Executivo encaminhará à Assembleia Legislativa, até vinte dias após a correção a que se refere o *caput* deste artigo, as informações sobre o índice



utilizado e os valores dos totais por Órgãos, Unidades Orçamentárias e Projetos/Atividades/Operações Especiais.

§ 2º As correções de que trata este artigo não poderão ultrapassar os índices de crescimento da Receita de Arrecadação Própria do Estado, mais as Transferências Federais.

Art. 13. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder trimestralmente, a correção dos valores dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta e do Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e no caso de sua indisponibilidade, de outro indicador de atualização monetária dando ciência à Assembleia Legislativa.

§ 1º As correções de que trata este artigo não poderão ultrapassar os índices de crescimento da Receita de Arrecadação Própria do Estado, mais as Transferências Federais.

§ 2º Os valores decorrentes da aplicação do *caput* deste artigo poderão ser centralizados, em seu todo ou em parte, na Reserva de Contingência e o retorno para as programações, mediante créditos suplementares, não será computado nas autorizações especificadas no art. 13 desta Lei.

§ 3º No prazo de quinze dias após as correções, o Poder Executivo fornecerá ao Poder Legislativo os percentuais utilizados na aplicação deste artigo.

SEÇÃO V

DAS AUTORIZAÇÕES PARA ABERTURA DE CRÉDITOS E AJUSTES DE GRUPO DE FONTES, DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO E OBRAS

Art. 14. Fica o Poder Executivo autorizado no que lhe cabe a:

I - abrir créditos suplementares para atender despesas com Pessoal e Encargos Sociais, com o pagamento da Dívida Pública, com as Transferências



Constitucionais aos Municípios, com Sentenças Judiciais e PASEP, utilizando como recurso as formas previstas no § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964;

II - abrir créditos suplementares até o limite de 2% (dois por cento), decorrentes do ingresso e do excesso de arrecadação de recursos provenientes de Convênios, de Fontes Vinculadas e de Receitas Próprias das Unidades da Administração Indireta, para aplicação em programas aprovados por esta Lei, utilizando como recurso as formas previstas no Parágrafo Primeiro do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 1964;

III - abrir créditos suplementares, nos termos dos incisos I, II, III e IV do Parágrafo Primeiro do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, para cumprimento de Convênios, Acordos Nacionais e com Agentes Financeiros Internacionais, não previstos ou com insuficiência de dotação, tendo como limite o valor anual dos respectivos instrumentos jurídicos celebrados;

IV - abrir créditos suplementares até o limite de 5% (cinco por cento), do valor global da receita fixada para o exercício de 2014, utilizando como recursos as formas previstas no § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, de acordo com o disposto no art. 37 da Lei Estadual nº 17.631, de 2013 – Lei de Diretrizes Orçamentárias – 2014;

V - proceder até o limite de 10% (dez por cento) das dotações definidas neste Orçamento, a compensação, conversão ou criação de Grupos de Fontes e de Fontes de recursos ordinários, vinculados ou próprios dos Projetos/Atividades/ Operações Especiais e das Obras, sem lhes alterar o valor global, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta Lei. Não serão computados neste limite os créditos suplementares abertos com base nos itens I, II, III e IV deste artigo;

VI – alterar as Modalidades de Aplicação, definidas neste Orçamento, por ato da Secretaria de Estado da Fazenda, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta Lei;



VII - alterar o Programa de Obras, orçado nesta Lei em nível de Projetos/ Atividades Orçamentárias, até o limite de 10% (dez por cento), por Unidades Orçamentárias, custeado com Recursos do Tesouro e de Outras Fontes, desde que tecnicamente justificado. Não serão computados neste limite os créditos adicionais abertos com base nos itens I, II, III e IV deste artigo.

Parágrafo único. Não serão computados nos limites estipulados neste artigo, os Créditos Adicionais abertos em decorrência de Acórdãos ou determinações congêneres expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado, ou por força de legislação federal expedida pela União.

Art. 15. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos adicionais necessários à implantação do Fundo Estadual de Cultura, se for alterado o art. 230 da Constituição Estadual.

Art. 16. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais necessários a execução de programas financiados, após a assinatura do respectivo contrato, tendo como limite o valor do empréstimo e respectiva contrapartida.

Art. 17. Ficam os Poderes Legislativo e Judiciário, a Defensoria Pública e o Ministério Público autorizados a proceder ajustes nos seus Orçamentos, nos termos da Lei, dando ciência ao Tribunal de Contas e ao Poder Executivo.

Art. 18. Fica automaticamente ajustado o Anexo de Vinculações, em decorrência das alterações orçamentárias procedidas com base nas autorizações contidas nesta Lei.

Art. 19. O Poder Executivo deverá encaminhar à Assembleia Legislativa do Estado, até o décimo quinto dia do encerramento de cada trimestre, demonstrativo de todas as alterações decorrentes do art. 13 desta Lei.



Art. 20. Fica o Poder Executivo autorizado a alienar e/ou permutar os títulos públicos emitidos pelo Estado de Santa Catarina e pelos municípios de Osasco (SP) e Guarulhos (SP), dos quais o Estado do Paraná é portador.

SEÇÃO VI

DAS CENTRALIZAÇÕES DE RECURSOS

Art. 21. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a centralização das dotações orçamentárias alocadas em diversos programas, com a finalidade de atender a aplicação mínima de recursos em função de determinações constitucionais, ou fixadas em outras legislações, e ainda atender as situações decorrentes da otimização administrativa, em especial as referidas nos arts. 63, 64 e 65 da Lei Estadual nº 8.485, de 03 de junho de 1987, bem como, proceder as suas eventuais descentralizações.

Art. 22. Fica o Poder Executivo autorizado a descentralizar recursos do Fundo Paraná, mediante a abertura de atividades específicas, através de respectivos créditos adicionais, desde que tal descentralização seja previamente autorizada pelo Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia, observando o art. 4º da Lei Estadual nº 12.020, de 9 de janeiro de 1998.

Art. 23. Fica o Poder Executivo autorizado a descentralizar os recursos dos Programas Especiais, orçados nesta Lei na Administração Geral do Estado – Recursos Sob Supervisão da SEPL, mediante a abertura de projetos específicos nas Unidades Orçamentárias executoras, por meio de créditos especiais, por ocasião da formalização dos contratos.

SEÇÃO VII

DA EXECUÇÃO E MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO

Art. 24. O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, nos termos do Título VI, Capítulo I, da Lei Federal nº 4.320, de 1964, atendendo somente as disposições



constitucionais do art. 100 e do art. 97 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, inserido pela Emenda Constitucional nº 62, em relação às Receitas Tributárias, definidas no Anexo I desta Lei.

Art. 25. Conforme determina o art. 19 da Lei Estadual nº 17.631, de 2013, que estabeleceu as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2014, os valores a serem repassados para os Outros Poderes e para o Ministério Público, serão calculados com base na previsão mensal da receita e não com relação ao duodécimo dos valores orçados, compensando no mês seguinte o montante de repasses para mais ou para menos de acordo com a efetiva arrecadação do mês.

SEÇÃO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 26. A Secretaria de Estado da Fazenda, no prazo de vinte dias da publicação da Lei Orçamentária, divulgará e encaminhará à Assembleia Legislativa do Estado, os Quadros de Detalhamento de Despesa especificando por Projetos/Atividades/Operações Especiais, os elementos de despesa e os respectivos desdobramentos dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores na forma do disposto no art. 12 desta Lei.

Art. 27. Fica o Poder Executivo autorizado a utilizar para fins orçamentários e contábeis, as novas denominações de Órgãos e/ou Unidades decorrentes de alterações legalmente aprovadas após a elaboração desta Lei.

Art. 28. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais no Orçamento Fiscal e Próprio da Administração Indireta e no Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, decorrentes de transformações aprovadas por Lei.

Parágrafo único. Se as alterações de que trata o *caput* deste artigo forem aprovadas entre 30 de setembro a 31 de dezembro de 2013, fica o Poder Executivo autorizado a efetuar as modificações orçamentárias delas decorrentes antes do início da execução orçamentária de 2014.



Art. 29. O saldo financeiro, incluindo sua remuneração, verificado em 31 de dezembro de 2013, proveniente da diferença entre as cotas liberadas de recursos do Tesouro e a despesa empenhada no âmbito do Poder Executivo, deverá ser recolhido ao Tesouro Geral do Estado, impreterivelmente, até 31 de janeiro de 2014.

Art. 30. As Unidades Orçamentárias da Administração Indireta, do Poder Executivo, compreendendo as Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Empresas Públicas Dependentes e Fundos, deverão recolher ao Tesouro Geral do Estado, até trinta dias após o encerramento do Balanço Geral do Estado de 2013, 80% (oitenta por cento) dos respectivos Superávits Financeiros apurados em seus Balanços Patrimoniais do exercício de 2013, conforme disposto no art. 35 da Lei nº 17.631, de 2013.

§ 1º Ficam excluídas das exigências do contido no *caput* deste artigo as seguintes Unidades Orçamentárias: Instituições de Ensino Superior vinculadas à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Fundos Estaduais e a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA.

§ 2º Os recursos obtidos em decorrência da aplicação do disposto no *caput* deste artigo, cuja origem seja de recursos vinculados, deverão ser utilizados em ações prioritárias do Governo Estadual, no Órgão da vinculação de origem, com exceção do disposto no § 1º deste artigo.

Art. 31. Os recursos do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN, repassados ao Departamento de Estradas de Rodagem – DER, para cumprimento da programação apresentada no Anexo III desta Lei, ficam excluídos da exigência contida no art. 6º da Lei Estadual nº 7.811, de 29 de dezembro de 1983, publicada no Diário Oficial do Estado de 30 de dezembro de 1983.

Art. 32. Os recursos destinados à execução de ações voltadas à área de saúde, estão alocados na Unidade Orçamentária Fundo Estadual de Saúde – FUNSAÚDE, vinculada à Secretaria de Estado da Saúde, de acordo com as



determinações contidas na Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000 e demais normas vigentes.

Art. 33. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no orçamento do exercício de 2014, na programação da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social, reforço de dotação orçamentária para Prevenção e Recuperação de Toxicômanos e Alcoólatras e Subvenção de Institutos e Entidades de Combate às Drogas, o valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), provenientes do excesso de arrecadação da receita com impostos ou do Superávit Financeiro apurados em Balanço, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

Art. 34. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no orçamento do exercício de 2014, na programação da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, reforço de dotação orçamentária para Projeto de Musicalização nas Penitenciárias, o valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), provenientes do excesso de arrecadação da receita com impostos ou do Superávit Financeiro apurados em Balanço, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

Art. 35. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no orçamento do exercício de 2014, na programação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano, reforço de dotação orçamentária para o Programa Desenvolvimento Urbano e Regional Integrado, Ação Calçadas do Paraná, projeto atividade 6702.1545102.4271, o valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), provenientes do excesso de arrecadação da receita com impostos ou do Superávit Financeiro apurados em Balanço, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.



Art. 36. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no orçamento do exercício de 2014, na programação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano, reforço de dotação orçamentária para o programa Desenvolvimento Urbano e Regional Integrado, Ação Ponto de Ônibus no Interior, projeto atividade 6702.1545102.4271, o valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), provenientes do excesso de arrecadação da receita com impostos ou do Superávit Financeiro apurados em Balanço, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

Art. 37. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no orçamento do exercício de 2014, na programação da Secretaria de Estado do Esporte, reforço de dotação orçamentária para o programa Implementação dos Programas de Esporte, Lazer e Atividade Física, Ação Meu Campinho, projeto atividade 4330.27812164.109, o valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), provenientes do excesso de arrecadação da receita com impostos ou do Superávit Financeiro apurados em balanço, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

Art. 38. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no orçamento do exercício de 2014, na programação da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB, reforço de dotação orçamentária para Apoio a Políticas Agrícolas, projeto atividade 4257, natureza de despesa 33404100, o valor de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), provenientes do excesso de arrecadação da receita com impostos ou do Superávit Financeiro apurados em Balanço, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

Art. 39. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias

12



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY



para consignar no orçamento do exercício de 2014, na programação da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB, reforço de dotação orçamentária para Alavancar Financiamentos de Crédito Rural na categoria investimento, projeto atividade 3050, natureza de despesa 44904700, o valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), provenientes do excesso de arrecadação da receita com impostos ou do Superávit Financeiro apurados em Balanço, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

Art. 40. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no orçamento de 2014 a cargo da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, Programa Gestão de Projetos, Restauração e Construção de Obras do Sistema Multimodal de Transporte - DER, projeto atividade 4305, o valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para construção do contorno viário no Município de Marechal Candido Rondon, utilizando como Fonte de Recursos o cancelamento no mesmo valor na dotação 339999.900, Fonte 143, e abrir crédito suplementar, na necessidade de atender a presente obra, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

Art. 41. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no orçamento do exercício de 2014, na programação da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB, reforço de dotação orçamentária para indenizar agricultores que tiveram seus animais sacrificados por diagnóstico de tuberculose, confirmado pela ADAPAR, projeto atividade 4266, natureza de despesa 33909300, o valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), provenientes do excesso de arrecadação da receita com impostos ou do Superávit Financeiro apurados em Balanço, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY



Art. 42. Fica o Poder Executivo autorizado a alterar a forma de apresentação dos Fundos Previdenciários, antes do início da execução orçamentária de 2014, podendo abrir novas unidades e respectivas operações especiais, para atender orientação do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 43. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais necessários para atender ao Projeto Paraná sem Lixões, utilizando como recursos quaisquer das formas estabelecidas no art. 43, § 1º da Lei Federal nº 4320, de 1964.

Art. 44. Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no orçamento do Ministério Público do Estado do Paraná, antes do início da execução orçamentária de 2014, o valor de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) na Fonte 148 - outros convênios/outras transferências, procedendo às devidas alterações no quadro de receita centralizada.

Art. 45. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no orçamento do exercício de 2014, na programação da Secretaria de Estado da Segurança Pública, reforço de dotação orçamentária ao programa Paraná Seguro, para construção de Unidades Paraná Seguro - UPS na região Oeste e Sul de Cascavel, o valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), provenientes do excesso de arrecadação da receita com impostos ou do Superávit Financeiro apurados em Balanço, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

Art. 46. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no orçamento de 2014, reforço de dotação para a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária, o valor de R\$ 31.196.984,00 (trinta e um milhões, cento e noventa e seis mil e novecentos e oitenta e quatro reais) proveniente do excesso de arrecadação da receita com impostos ou do Superávit Financeiro apurados em balanço, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº



4.320, de 1964.

Art. 47. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no orçamento do exercício de 2014, na programação da Secretaria de Estado da Segurança Pública - reforço de dotação para despesa de pessoal da Polícia Militar; o valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), provenientes do excesso de arrecadação da receita com impostos ou do Superávit Financeiro apurados em balanço, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

Art. 48. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no orçamento de 2014 a cargo da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, programa Gestão de Projetos, Restauração e Construção de Obras do Sistema Multimodal de Transporte - DER, projeto atividade 4305, o valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para construção do contorno viário no Município de Palotina, utilizando como Fonte de Recursos o cancelamento o mesmo valor na dotação 339999.900, Fonte 143, e abrir crédito suplementar, na necessidade de atender a presente obra, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

Art. 49. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no orçamento do exercício de 2014, na programação da Secretaria de Estado da Segurança Pública - reforço de dotação para despesa de pessoal da Polícia Civil; o valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), provenientes do excesso de arrecadação da receita com impostos ou do Superávit Financeiro apurados em balanço, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

Art. 50. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no orçamento do exercício de 2014, na programação da Secretaria

15



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY



de Estado da Saúde, reforço de dotação no valor R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) no projeto atividade 4760 – Gestão de Redes, destinado a Campanha Publicitária sobre a prevenção de doenças relativas ao sexo feminino, conforme Lei nº 16.935, de 26 de outubro de 2011, Outubro Rosa, provenientes do excesso de arrecadação da receita com impostos ou do Superávit Financeiro apurados em balanço, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

Art. 51. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no orçamento do exercício de 2014, na programação da Secretaria de Estado da Saúde, reforço de dotação no valor R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) no projeto atividade 4760 – Gestão de Redes, destinado a Campanha Publicitária sobre a prevenção de doenças relativas ao sexo masculino, conforme Lei nº 17.099, 28 de março de 2012, Agosto Azul, provenientes do excesso de arrecadação da receita com impostos ou do Superávit Financeiro apurados em balanço, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

Art. 52. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no orçamento do exercício de 2014, o valor de R\$ 145.000.000,00 (cento e quarenta e cinco milhões de reais) para COMEC - Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - para provisão dos recursos necessários ao subsídio do transporte coletivo da Região Metropolitana de Curitiba, provenientes do excesso de arrecadação da receita com impostos ou do Superávit Financeiro apurados em Balanço, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

Art. 53. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no orçamento do exercício de 2014, o valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), como reforço de dotação para a Defensoria Pública, provenientes do excesso de arrecadação da receita com impostos ou do Superávit

16



Financeiro apurados em Balanço, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

Art. 54. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no orçamento do exercício de 2014, na programação da Secretaria de Estado da Segurança Pública, reforço de dotação orçamentária ao programa Paraná Seguro, destinado para aquisição de armamentos, equipamentos e viaturas, e contratação de pessoal para a Região Metropolitana de Maringá, para atender os Municípios de Maringá, Sarandi e Paiçandu, o valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), provenientes do excesso de arrecadação da receita com impostos ou do Superávit Financeiro apurados em Balanço, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

Art. 55. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no orçamento do exercício de 2014, na programação da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, projeto atividade 4110, implantação do Parque Tecnológico no Município de Guarapuava, o valor de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), provenientes do excesso de arrecadação da receita com impostos ou do Superávit Financeiro apurados em Balanço, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

Art. 56. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no orçamento do exercício de 2014, na programação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano, reforço de dotação orçamentária para o programa Desenvolvimento Urbano e Regional Integrado, para Obras de Infraestrutura e Mobilidade Urbana no Município de Foz do Iguaçu, o valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), provenientes do excesso de arrecadação da receita com impostos ou do Superávit Financeiro apurados em balanço, nos termos



do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

Art. 57. Fica o Poder Executivo autorizado a tomar as medidas necessárias para consignar, no Orçamento do exercício de 2014, recursos no valor de R\$ 293.594.000, (duzentos e noventa e três milhões, quinhentos e noventa e quatro mil reais), para atendimento das programações estabelecidas no Anexo XI desta Lei, utilizando como recursos o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2013, efetivada durante o exercício de 2014, bem como do excesso de arrecadação da receita com impostos, conforme disposto no inciso II, § 1º, art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

Art. 58. Fica o Poder Executivo autorizado a alterar o Orçamento do Centro de Convenções S/A, antes do início da execução orçamentária de 2014, o valor de R\$ 111.500,00 (cento e onze mil e quinhentos reais), acrescer no projeto atividade 4249, natureza de despesa 339037 – Fonte 250, reduzindo o mesmo valor da Operação Especial 9.050 – Natureza de Despesa 339047 – Fonte 250.

Art. 59. Passam a integrar a presente Lei os Anexos VIII, IX, X e XI.

Parágrafo único. As alterações decorrentes dos Anexos VIII e IX deverão ser implementadas no prazo de trinta dias, a partir da sua publicação.

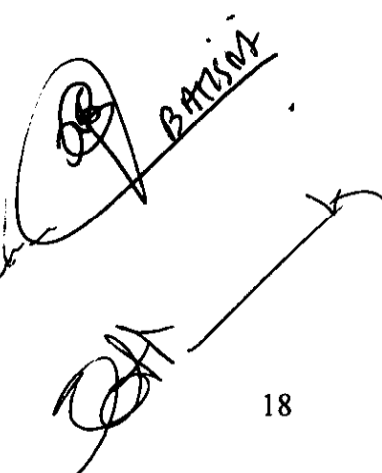
Art. 60. Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2014.

Sala das Comissões, em 18 de novembro de 2013.


Dep. NEREU MOURA
Presidente


Dep. ELIO RUSCH
Relator


Gilio Vixari


Dep. BASSO



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



PROJETO DE LEI 525/13

SÚMULA: Transfere a Comarca de Paraíso do Norte, da Jurisdição da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Maringá para a Jurisdição da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Cruzeiro do Oeste.

Art. 1º Fica transferida a Comarca de Paraíso do Norte, da Jurisdição da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Maringá para a Jurisdição da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Cruzeiro do Oeste, que passa a ter competência com relação aos processos de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios oriundos da referida Comarca de Paraíso do Norte.

Art. 2º Fica alterado o Anexo VIII da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei, oriundo do protocolado sob nº 426.751/2012, tem por objetivo a alteração da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, no âmbito da composição de seu Anexo VIII.

A proposição transfere a Comarca de Paraíso do Norte, da Jurisdição da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Maringá para a Jurisdição da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Cruzeiro do Oeste.

A Comarca de Paraíso do Norte, atualmente pertencente à Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Maringá, é integrada por outros dois municípios – Mirador e São Carlos do Ivaí.

A proposta para que a Vara de Execuções Penais da Comarca de Cruzeiro do Oeste passe a ter competência com relação aos processos oriundos de Paraíso do Norte recebeu parecer favorável da douta Comissão de Organização e Divisão Judiciárias, em Sessão realizada em 12 de agosto de 2013.

Submetida a matéria à apreciação do colendo Órgão Especial, na sessão realizada no dia 14 de outubro último passado, por unanimidade de votos, foi aprovada a transferência.

Destacamos que não haverá impacto financeiro com a presente proposta, tendo em vista tratar-se apenas de transferência de Jurisdição, razão pela qual deixamos de apresentar a declaração de adequação orçamentária e financeira exigidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277/2003
JURISDIÇÃO DAS VARAS DE EXECUÇÕES PENAIS
ANEXO VIII

Nº	JURISDIÇÃO DA VEP DE CURITIBA	JURISDIÇÃO DA VEP DE CASCAVEL	JURISDIÇÃO DA VEP DE FRANCISCO BELTRÃO	JURISDIÇÃO DA VEP DE FOZ DO IGUAÇU	JURISDIÇÃO DA VEP DE GUARAPUAVA	JURISDIÇÃO DA VEP DE LONDRINA	JURISDIÇÃO DA VEP DE MARINGÁ	JURISDIÇÃO DA VEP DE CRUZEIRO DO OESTE	JURISDIÇÃO DA VEP DE PONTA GROSSA
1	Alto Paraná	Alto Piquiri	...
2							Astorga	Altonia	
3							Barbosa Ferraz	Campo Mourão	
4							Colorado	Cianorte	
5							Engenheiro Beltrão	Cidade Gaúcha	
6							Jandaia do Sul	Cruzeiro do Oeste	
7							Mandaguaiçu	Goiabé	
8							Mandaguari	Guaíra	
9							Mariaíma	Icaraima	
10							Maringá	Iporã	
11							Nova Esperança	Loanda	
12							Nova Londrina	Mamboré	
13							Paranacity	Paraiso do Norte	
14							Paranaval	Peabiru	
15							Santa Fé	Pérola	
16							São João do Ivaí	Santa Isabel do Ivaí	
17							Sarandi	Terra Roxa	
18							Terra Boa	Umuarama	
19							Terra Rica	Xambré	
20									
21									
22									
23									
24									
25									
26									
27									
28									
29									
30									
31									
32									
33									



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Curitiba, 18 de outubro de 2013.
Of. nº 1.126/2013-GP

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em 21/10/2013

Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 21 OUT. 2013

1º Secretário

Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que propõe a transferência da Comarca de Paraíso do Norte, da Jurisdição da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Maringá para a Jurisdição da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Cruzeiro do Oeste.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Deixamos de apresentar a declaração de adequação orçamentária em razão da proposição acima referida não implicar em aumento de despesas.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.


Desembargador **GUILHERME LUIZ GOMES**
Presidente do Tribunal de Justiça



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Deputado Hermas Brandão Junior



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 525/13

Projeto de Lei nº. 525/13

Autor: Tribunal de Justiça

Súmula: Transfere a Comarca de Paraíso do Norte, da Jurisdição da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Maringá para a Jurisdição da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Cruzeiro do Oeste.

EMENTA: TRANSFERÊNCIA DE COMARCA. JURISDIÇÃO – EXECUÇÕES PENAIS. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. INEXISTÊNCIA DE IMPACTO FINANCEIRO. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Tribunal de Justiça visa alterar a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, no âmbito da composição de seu Anexo VIII, a fim de transferir a Comarca de Paraíso do Norte, da Jurisdição da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Maringá para a Jurisdição da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Cruzeiro do Oeste.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Deputado Hermas Brandão Junior



De acordo com a justificativa anexa, tal matéria foi submetida à apreciação do colendo Órgão Especial, na sessão realizada no dia 14 de outubro último passado e, por unanimidade de votos, foi aprovada a transferência.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no **artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

“Art. 33 - A – Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.”

(grifo nosso)

Acerca da iniciativa de apresentação de Leis a que se refere o projeto em questão, oportuno apresentar o conteúdo contido na Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Deputado Hermas Brandão Junior



da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.
(grifo nosso)

A seguir, apontamos a competência constitucional privativa dos Tribunais para legislar acerca de sua estrutura e funcionamento, nos termos do artigo 96, inciso I, alínea "a" da Carta Magna, senão vejamos:

"Art. 96. Compete privativamente:

I - aos tribunais:

a) eleger seus órgãos diretivos e elaborar seus regimentos internos, com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes, dispondo sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos;

b) organizar suas secretarias e serviços auxiliares e os dos juízos que lhes forem vinculados, velando pelo exercício da atividade correicional respectiva;" (grifo nosso)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Deputado Hermas Brandão Júnior



A Constituição Estadual estabelece a prerrogativa do Tribunal de Justiça do encaminhamento da alteração da organização e da divisão judiciária para a Assembleia Legislativa do Paraná, sendo o objeto em tela, que vejamos:

“Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembléia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

(...)

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;” (grifo nosso)

No que se refere a uma possível alteração no orçamento do proponente, o Presidente do Tribunal de Justiça assinala em Justificativa encaminhada junto ao projeto em comento, que não haverá impacto financeiro com a presente proposta, razão pela qual deixou de anexar a Declaração do Ordenador de Despesas.

Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência constitucional para propor o presente Projeto de Lei, não havendo qualquer empecilho para sua aprovação diante da análise desta Comissão de Constituição e Justiça.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Deputado Hermas Brandão Junior



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE**.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2013.

NELSON JUSTUS
PEDRO LUPION
PRESIDENTE em exercício

HERMAS BRANDÃO JUNIOR
RELATOR
Dep. Fernando
Dep. Durini
Dep. Traiano
Dep. Nelson

Dep. Carlos

APROVADO
28/10/13

Dep. Bator
Dep. Tadeu



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 525/13

RELATÓRIO

O Plano de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Justiça – Ofício nº 1.126/2013, que transfere a Comarca de Paraíso do Norte, da Jurisdição da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Maringá para a Jurisdição da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Cruzeiro do Oeste.

Inicialmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Hermas Brandão exarou o devido parecer favorável, em virtude de sua Constitucionalidade.

FUNDAMENTAÇÃO

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em questão a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida à análise da Proposição, sob a análise desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta pelo Tribunal de Justiça encontra-se plenamente justificada.

Vale ressaltar que a Constituição Estadual, em seus arts. 65 e 101, asseguram ao Presidente do Tribunal de Justiça, a iniciativa de leis dessa natureza.

Argumenta o autor, que não haverá impacto financeiro com a presente proposta, uma vez que trata-se apenas de transferência de Jurisdição, razão pela qual deixa de apresentar a declaração de adequação orçamentária em virtude da proposta não implicar em aumento de despesas.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



CONCLUSÃO

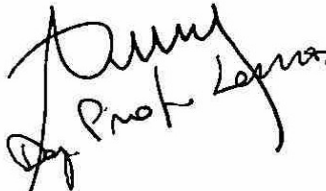
Isto posto, opina-se pela Aprovação do Projeto em tela, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 06/11/13


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO ENIO VERRI
RELATOR


Prot. Leora


Dep. Waldyr


Dep. Dupian